



esboços

histórias em contextos globais

2024 | V. 31 | ISSN
jan./abr. | N. 56 | 2175-7976 | 



esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Alex Degan

Vice-Diretora

Michele Monguilhott

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Paulo Pinheiro Machado

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Catalogação na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). -- Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 -

Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglia – CRB 14/1093

Publicação indexada em:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y HumanidadesDialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileirasERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social SciencesGenamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos – CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento CientíficoScopus
Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITOR-CHEFE

Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Fabio Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevidéu, Uruguai

Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia

Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Êca Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil

Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil

Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia

João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha

Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda

Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia

Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina

Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

CAPA

Megatrad

PROJETO GRÁFICO

Megatrad

DIAGRAMAÇÃO

Megatrad



REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO

Megatrad

REVISÃO DE INGLÊS

Megatrad

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

Avaliação dos originais

Visando garantir a qualidade e a idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços: histórias em contextos globais* adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as.

Esboços

Programa de Pós-Graduação em História

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário – Bairro Trindade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

CEP 88.040-900

Telefones: + 55 48 3721 4136

Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>

E-mail: esbocos@contato.ufsc.br

ISSN 2175-7976

Periodicidade: Quadrimestral





BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE GENÉTICA: UMA HISTÓRIA INFORMACIONAL DA NATUREZA ATÉ O PROTOCOLO DE NAGOYA (2010)

Biotechnology and genetic biodiversity: an informational history of nature up to the Nagoya Protocol (2010)

Eduardo Relly^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5196-7332>

E-mail: rellyeduardo@gmail.com

^a Friedrich-Schiller-Universität Jena, Alemanha.

RESUMO

O desenvolvimento da biotecnologia no século XX e XXI promove como fonte de valor a informação da natureza, ao passo que a materialidade dos entes naturais ou dos portadores da informação genética tem perdido importância. Neste sentido, a manipulação genética da natureza através da conversão destas em recursos genéticos deu azo a novas ontologias e formas de relacionamento com o mundo natural. A ideia de biodiversidade envolve o conceito de biodiversidade genética, abrindo novos horizontes para a apropriação capitalista da natureza. Neste sentido, reações ao projeto informacional da natureza se reúnem de modo ambivalente no mecanismo compensatório de Acesso e repartição de benefícios (ABS), consagrado na Convenção da Diversidade Biológica (CBD) e no Protocolo de Nagoya (2010). Os conflitos entre a natureza informacional e a natureza material tocam sobremaneira os saberes e conhecimentos indígenas, uma vez que a maior parte da biodiversidade global é desconhecida da ciência moderna e está sob a guarda das culturas indígenas. Esse paper tem como intenção debater a origem do mecanismo de ABS, sua relação com a biodiversidade genética, bem como analisar como ele tem legitimado a concepção de uma visão informacional da natureza que afeta negativamente povos e comunidades tradicionais. É também uma proposta por uma história das ciências e ambiental da biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE

Acesso e repartição de benefícios. Biodiversidade genética. Biotecnologia.

ABSTRACT

The development of biotechnology in the 20th and 21st century has promoted the information of nature as a source of value, while the materiality of natural beings or genetic information carriers has lost importance. In this sense, the genetic manipulation of nature through its conversion into genetic resources has given rise to new ontologies and ways of relating to the natural world. The idea of biodiversity involves the concept of genetic biodiversity, opening up new horizons for the capitalist appropriation of nature. In this sense, reactions to the informational project of nature come together in an ambivalent way in the compensatory mechanism of Access and Benefit Sharing (ABS), enshrined in the Convention on Biological Diversity (CBD) and the Nagoya Protocol (2010). The conflicts between the informational and material nature have a major impact on indigenous knowledge, since most of the world's biodiversity is unknown to modern science and indigenous cultures steward most biodiversity in the planet. This paper aims to debate the origin of the ABS mechanism, its relationship with genetic biodiversity, as well as to analyse how it has legitimized the conception of an informational view of nature that negatively affects traditional peoples and communities. It is also a proposal for a scientific and environmental history of biodiversity.

KEYWORDS

Access and benefit sharing. Genetic biodiversity. Biotechnology.

Oque a natureza significa para nós, historiadores e historiadoras? Essa é certamente uma das maiores questões que têm assombrado os historiadores ambientais e das ciências desde que a comunidade acadêmica assumiu o papel de investigar o conceito, libertando-o da filosofia natural e da filosofia da história. A natureza é material; talvez seja isso que a maioria de nós pensaria. Apesar das dificuldades em definir a natureza, filósofos, historiadores ambientais e das ciências procuram entender a relação entre os seres humanos e os representantes da natureza - uma vez que o conceito de natureza, especialmente desde 1492, é sobretudo político e eivado de relações desiguais de poder (Quijano, 2008). Plantas, animais, árvores; poucos negariam que estaríamos falando, em algum grau, de forças naturais quando listamos objetos orgânicos que têm clara expressão material.

No século XIX, especialmente na França de Louis Pasteur, uma nova forma microbial e invisível de se ver a natureza se impôs, alargando assim o reino do natural sob as bases epistemológicas do ocidente (Latour, 1993). Se por um lado, a natureza com Pasteur se alargava sob as bases da microbiologia, por outro lado o cientificismo naturalista do século XIX alijava as formas espirituais e holísticas que perfazem a fruição da natureza em diversas sociedades (Posey, 1999), empobrecendo ou ocultando o lugar do humano-espiritual no conjunto da biosfera ou mesmo legitimando visões que defendem um lugar especial ao *anthropos* no planeta.

No século XX, o conceito de natureza se ampliou uma outra vez. Dessa vez, os aspectos imateriais-informacionais, descritos por Crick e Watson através da hélice do DNA, e, posteriormente desenvolvidos pela crescente governança global da genética que emanou da Revolução Verde, tenderam a criar uma tensão entre o suporte material e a informação genética (Relly, 2023). Campos como a engenharia genética e a biologia molecular, ciências que se agrupam ora na categoria de biotecnologia, passaram a fragmentar, editar, e reconfigurar sequencias genéticas de acordo com as possibilidades e objetivos científicos de seus manipuladores. A possibilidade e realização de altíssimos lucros nas indústrias farmacêutica, química e de sementes, logo se localizou nas nações do norte que tinham as capacidades tecnológicas para explorar e manipular as informações que os recursos genéticos portavam (Queiroz, 2011). Diante dos laboratórios do norte, a biodiversidade terrestre se apresentava como uma infindável fronteira de lucros e preparava uma nova (mas relativamente diferente) investida do capitalismo em direção aos recursos da Terra (Mooney, 1983). Nesse momento, ou seja, na tensão entre a destruição ambiental motivada pela expansão do capital, da materialização da ideologia do desenvolvimento econômico nos países do sul global (Acker, 2017) e dos movimentos contestatórios aos modelos predatórios nascia a ideia de biodiversidade. Esse processo tem sido caracterizado por Görg (2002) como um conflito global sobre a regulação do relacionamento social com a natureza (*Naturverhältnisse*).

Este artigo tem como objetivo descrever à guisa de introdução os processos de apropriação da biodiversidade a partir da projeção da biotecnologia sobre os recursos biológicos, genéticos e culturais do planeta. Pretende, outrossim, clamar por uma mirada da história ambiental e da história da ciência sobre tais fenômenos. De modo especial, o mecanismo global e contemporâneo de compensação atrelado ao uso da biodiversidade genética-informacional – conhecido como acesso e repartição de benefício (ABS) e regulado globalmente pelo Protocolo de Nagoya (2010) – será historicamente investigado. O ABS enquanto mecanismo de apropriação da natureza tem sido em grande parte negligenciado pela comunidade historiadora e para além das relações de poder globais que o configurou, nele se escondem adicionalmente a possibilidade de se entrever projetos sociais, econômicos e ontológicos da natureza contemporânea, marcada pela expansão

neoliberal e tecnológica das últimas décadas. Subjacente a esse processo, a conversão da natureza física em informacional e as demandas por compensação advindas da informação genética.

APROPRIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: HISTÓRICO, ATORES E PROCESSOS

Analistas da economia ecológica em meados dos anos 1990 estimavam que a diversidade biológica valeria em torno de 33 bilhões de dólares americanos, perfazendo à época duas vezes as rendas nacionais brutas de todos os países do planeta. No cálculo, estavam incluídos não somente os valiosos recursos genéticos para as corporações *life sciences*, mas também serviços ecossistêmicos como abastecimento de água, limpeza do ar, lazer, etc. (Kaiser, 2012). Não bastasse estas somas astronômicas, que, via de regra, são criticadas por ativistas e organizações não governamentais, mais de 80% da biodiversidade terrestre está sob a guarda de comunidades indígenas e tradicionais que possuem sistemas culturais acoplados a essa diversidade biológica e conservam, assim, o *pool* genético do planeta alimentando assim a resiliência dos ecossistemas. Das espécies do planeta estima-se que no máximo 18% (estimativa otimista) delas estejam identificadas pela ciência ocidental; o resto ou pelo menos a grande maioria da diversidade biológica está igualmente sob a guarda de povos indígenas e comunidades tradicionais (Moura; Jetz, 2021). Logo, a questão da apropriação da biodiversidade se reveste de uma importância estarrecedora e o link entre cultura (diversidade linguística, epistêmica, etc.) e diversidade biológica se mostra evidente (Posey, 1999).

Até o final do século XX, a resposta à pergunta sobre a quem pertence a biodiversidade mundial era muito clara: a biodiversidade foi até 1992, pelo menos enquanto tomamos a perspectiva de sua regulação global, um bem comum da humanidade. A primeira vez que esse termo foi usado pela primeira vez foi em 1967 quando o embaixador maltês Arvid Pardo o usou em uma declaração às Nações Unidas (Scholtz, 2008). Um dos princípios desse patrimônio comum da humanidade era que ele se concentrava em domínios que (ainda) não haviam sido apropriados, que não pertenciam a ninguém. Com o rápido avanço da biotecnologia¹, definida pela Convenção da Diversidade Biológica (CBD) como “any technological application that uses biological systems, living organisms, or derivatives thereof, to make or modify products or processes for specific use” (CBD, art. 2), esse território de apropriação aumentou significativamente, pondo em risco territórios físicos e culturais de povos indígenas e comunidades tradicionais em todo o planeta, principalmente no sul global onde a biodiversidade biológica e cultural é mais acentuada.

Em 1983, a FAO criou a Comissão de Recursos Genéticos para Agricultura e Silvicultura e manteve o princípio do bem comum da humanidade para o “patrimônio genético vegetal” (Deplazes-Zemp, 2018). Nesse mesmo ano, foi publicado o influente livro de Pat Mooney (1983) *Seeds of the Earth*, que politizou a biotecnologia ao acusar instrumentos de propriedade intelectual como patentes e direito de cultivares, além das práticas de bioprospecção de recursos biológicos e genéticos em países periféricos, de serem instrumentos de exploração. Ademais, este livro foi responsável pela criação da geografia da biodiversidade entre “gene-rich” e “gene-poor”, em que países pobres em biodiversidade (como boa parte dos países do norte global) possuem as capacidades científicas de avaliação, processamento e mercantilização do manancial genético global. Junto ao ativismo de povos indígenas e tradicionais, esta obra inaugurou uma era de

¹ A definição global de biotecnologia é largamente baseada no conceito estabelecido pela *Congressional Office of Technology Assessment* (1984) dos Estados Unidos da América. As relações de poder e lobbys nesta definição se tornam assim evidentes e fazem parte do jogo de poder da apropriação global da biodiversidade. Ver Kloppenburg (2004).

enormes discussões sobre a biodiversidade, tema emergente dos anos 1980 e que tem uma relação muito próxima com o espaço amazônico brasileiro.

A invenção do conceito de biodiversidade, tema globalizante e que estrutura a governança ambiental global principalmente a partir da celebração da Convenção da Diversidade Biológica no Rio de Janeiro em 1992, envolve uma complexa interação de elementos que ainda não foi suficientemente avaliada (Relly, 2023). Nesse sentido, ela envolve as ciências emanadas do norte global (a biotecnologia, a genética, a biologia molecular, etc.) – iniciativas científicas que permitiram entrever o caráter informacional e imaterial da natureza (DNA, estruturas proteicas, genéticas, etc.) - , e os saberes e práticas de povos indígenas. A emergência da biodiversidade é igualmente permeada pelo avanço do capitalismo contemporâneo em direção às fronteiras físicas e intelectuais-culturais (etno-saberes, conhecimento tradicional dos povos indígenas e tradicionais, etc.) (Dutfield, 2004). Com este avanço, as formas de propriedade da biodiversidade se tornaram também cada vez mais sofisticadas, ao mesmo tempo que os desafios a esse processo (ativismo, novas tecnologias, *open access*, etc.) se tornaram igualmente refinados (Braun, 2024).

Sendo a ideia de biodiversidade um modo particular de se conceber à natureza e muito embora seu significado seja disputado globalmente entre cientistas, organizações, corporações e povos indígenas e tradicionais, o conceito tem uma raiz indelével com a Amazônia. Embora Thomas Lovejoy (1980) biólogo conservacionista estadunidense, que trabalhou longos anos na Amazônia, seja junto a Edward Wilson reconhecido como o fundador do conceito de diversidade biológica (Swingland, 2001), a biodiversidade angariou em meados dos anos 1980 inclusive possibilidades emancipatórias que se imiscuíam no vibrante socioambientalismo amazônico e no movimento indígena brasileiros (Santilli, 2005). O termo “biodiversidade” como composto de “bio+diversidade” passou a existir e ser replicado principalmente após a atuação de Edward Wilson na *U.S. Strategy Conference on Biological Diversity* (1981) e no *National Forum on Biodiversity* (1986). Com o tempo, ele passou a se referir à vida na Terra. Entretanto, a prática em separar a biodiversidade em termos de genes, espécies e ecossistemas tem ocorrido nos mais diversos meios de comunicação e comunidades científicas (Swingland, 2001).

No contexto das capacidades tecnológicas das nações nortistas em se apropriarem da biodiversidade existente nos países do sul global, reações ao conceito quantitativo e mensurável de biodiversidade como colocado por Lovejoy logo vieram à tona; a Declaração de Beém é, nesse sentido, exemplar (Posey, 1996), pois ali através de um esforço conjunto entre povos indígenas, ribeirinhos, e povos tradicionais da Amazônia e alhures, bem como ativistas brasileiros e estrangeiros, resultaram perspectivas críticas à especulação capitalista do norte global (principalmente aos projetos do setor de biotecnologia e congêneres das indústrias farmacêutica e de cosméticos) sobre a biodiversidade construída, manejada e culturalmente integrada de povos indígenas e tradicionais. Alguns anos mais tarde, sob o fantasma das capacidades de apropriação do norte global sobre a biodiversidade do sul, Vandana Shiva (2004), os grupos RAFI e HSCA (RAFI; HSCA, 1998) proporão o termo biopirataria para enquadrar a captura da biodiversidade genética dos países e povos do sul global como uma nova forma de colonialismo. Embora o termo biopirataria continue muito importante na discussão global do tema da apropriação da biodiversidade com implicações morais e éticas flagrantes, a tendência recente é entender tal prática sob uma ótica legal relacionada ao infringimento do consenso prévio e informado, da recusa do pagamento de compensações-benefícios (como estabelecido no Protocolo de Nagoya), e violações de *copyright* quando determinado conhecimento é levado ao público sem prévia autorização (Dutfield, 2015).

Darell Posey, os Kaiapó e ativistas diversos já na Declaração de Belém em 1988, demandavam o princípio de compensação pelo uso da biodiversidade. Ademais, afirmavam

que a biodiversidade terrestre era em grande parte um resultado do trabalho dedicado, atento e cuidadoso dos povos indígenas. Por isso, os critérios de inovação, invenção, criação e disponibilização que embasam os critérios ocidentais de propriedade intelectual estariam em tese preenchidos pelas ciências milenares indígenas (Nogueira, 2022). Compensações e reconhecimento pelo conhecimento tradicional indígena se tornaram a palavra de ordem por parte dos provedores de recursos genéticos.

Aparte dos debates sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade, as querelas sobre quem possui a biodiversidade e quem e o que pode ser acessado perfazem a parte mais complexa da atual estrutura de governança global da biodiversidade – desde 1992 estruturada na Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e nas subsequentes conferências das partes (COPs). Assim, a CDB buscou administrar a biodiversidade mundial a partir de três objetivos. 1) conservação da biodiversidade, 2) uso sustentável da biodiversidade e 3) repartição de benefícios atrelado ao uso lucrativo da biodiversidade decorrente de sua comercialização. O terceiro objetivo é o mais desafiador, e, por isso, em 2010, na cidade japonesa de Nagoya, as partes da CBD admitiram o Protocolo de Nagoya, instrumento global de padronização dos processos de repartição de benefício sobre recursos genéticos da biodiversidade.

Se as questões de acesso, conservação, uso e justiça à biodiversidade foram de alguma forma trabalhadas na CBD em 1992 e, depois, realinhadas no Protocolo de Nagoya (Suiseeya, 2014) em 2010, a barganha dos países ricos em conceder espaços para os argumentos das nações do sul cobrou seu preço através da celebração do acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) em 1995. O TRIPS foi adotado a nível internacional no âmbito da Organização Mundial do Comércio e generalizou as possibilidades legais em todo o mundo de patenteamento dos chamados “recursos genéticos” se a eles for comprovadamente adicionado trabalho humano ou uma inovação. Isto tornou global a ideia lockeana de que os direitos de propriedade surgem da apropriação de matérias-primas naturais e da adição de trabalho; uma teoria ocidental da propriedade legitimou uma ideia de natureza enquanto uma tábua rasa - passando por cima de inúmeras cosmovisões – legitimando a apropriação capitalista e tecnológica da biodiversidade global (Archibugi; Filippetti, 2010). O Acordo TRIPS protege, sobretudo, os direitos de quem adquire os princípios ativos, os modifica tecnologicamente, os transforma em produtos e os vende. Os apoiadores do acordo como: A Aliança Internacional de Propriedade Intelectual, sediada nos EUA, e o *Office of the United States Trade Representative*, organizações poderosas que conduziram o governo estadunidense a partir de fins dos anos 1980 a pleitear o acordo global, salientavam que só uma proteção consistente da propriedade intelectual garantiria que sectores inovadores como a indústria farmacêutica tivessem incentivos suficientes para investigar, desenvolver e produzir novos medicamentos e tecnologias a partir da biodiversidade (Galan; König; Moldovan, 2010).

Mas aqueles que cultivaram as plantas e reconheceram os seus ingredientes ativos - muitas vezes grupos indígenas ou comunidades tradicionais - não receberam nada ou muito pouco neste sistema globalizado e *standard* de propriedade intelectual. Ativistas ambientais como a já citada Vandana Shiva criticaram esta circunstância e politizaram a questão através do termo “biopirataria”. Numa campanha global contra a biopirataria, as patentes foram apresentadas como um instrumento fundamental para garantir e legitimar o roubo, ao mesmo tempo que apontavam para a convergência da apropriação material e imaterial. Devido à existência de direitos de propriedade intelectual, não só o material biológico pode ser apropriado, mas também o conhecimento associado e derivado deste material biológico. O capitalismo adentrava então as fronteiras imateriais da cultura e dos etnosaberes dos povos indígenas e comunidades tradicionais no mundo todo, agora sob a

chancela do desenvolvimento sustentável levantado pela doutrina Brundtland e congêneres atuais como a *green economy* (Brand, 2012).

Para combater a biopirataria e como contrapeso ao Acordo TRIPS que estava no radar do concerto internacional na ordem pós-guerra fria e no consenso neoliberal, foi negociado um mecanismo de partilha justa de benefícios (ABS – Acesso e Partilha de Benefícios) no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica em 1992, sediada no Rio de Janeiro. O objetivo do ABS é regular o acesso aos recursos genéticos de um país e, ao mesmo tempo, distribuir de forma justa os lucros económicos desta apropriação. Em 2010, após longas negociações entre os países do Sul e do Norte Global, foi adotado o Protocolo de Nagoya, cuja função é nortear o trânsito de materiais genéticos no planeta, conservar a biodiversidade ao mesmo tempo que favorece a comodificação dos mesmos pelas nações do norte. O ABS surge assim de modo ambivalente, ora colocado como um remédio para as relações de poder global herdadas do colonialismo e do imperialismo, ora como uma legitimação de uma visão capitalista, biotecnológica e informacional da natureza. A biodiversidade, sua ideia, conceito e operacionalização, tende a obedecer a esta última forma. Nesse sentido, faremos uma incursão na ideia de compensação ligada à diversidade biológica, inclusive momentos antecedentes.

ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS: BIODIVERSIDADE GENÉTICA-INFORMACIONAL E BIOTECNOLOGIA

Acesso e repartição de benefícios tem sido um instrumento fundamental que acompanhou a transição da era em que os recursos biológicos e genéticos (GR) eram livremente considerados como patrimônio comum da humanidade para um sistema internacional baseado na soberania dos estados nacionais sobre seus próprios recursos biológicos/genéticos. Desde a celebração da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), realizada no Rio de Janeiro em 1992, as partes concordaram em pôr fim ao modelo de patrimônio comum; o ABS surgiu então como uma ferramenta para as políticas nacionais abordarem uma miríade de objetivos no âmbito do desenvolvimento sustentável, incluindo a salvaguarda da biodiversidade, o acordo para um mandato de justiça ("distributivo, processual e de reconhecimento") relativo às capacidades desiguais na extração de recursos por meio de compensações (Suisseya, 2014) e, por último, mas não menos importante, a prevenção da biopirataria (Rabitz, 2015). O princípio foi consagrado no artigo 3 da CDB e no artigo 15 e foi estendido aos recursos genéticos (excluindo a genética humana).

Embora o ABS tenha sido comumente apontado como uma novidade emanada de sensibilidades ambientais recentes e relações de poder tecnológicas e ecológicas desiguais, as discussões sobre compensação/reconhecimento dos benefícios decorrentes do uso de recursos biológicos para os povos que possuem conhecimento explícito ou um meio de vida intrínseco com determinadas plantas e animais datam do final do século XVIII (Schiebinger, 2004). As discussões sobre as origens dos recursos biológicos, a distribuição natural desigual e as condições de obtenção enquadram os primeiros trabalhos de Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland (Humboldt; Bonpland, 1807) sobre a fitogeografia terrestre (*Ideen zu einer Geographie der Pflanzen*, publicado em 1807), bem como a pesquisa de Alphonse de Candolle em *Origine des plantes cultivées* (1883), obras básicas que fundamentaram as transferências coloniais e a formação de coleções científicas em todo o mundo (Arnold; Sivaramakrishnan, 2015; Flitner, 1995). Da literatura de viagem científica emanou a desigualdade da distribuição da diversidade biológica e muito precocemente cientistas europeus se sentiram na posição de tomar vantagem dela e

dos seus conhecimentos conexos. Como exemplo de tal posição, a obra de Carl von Martius *Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens* (Martius, [1844] 1939) se inclui nesta tradição. Ciência no século XIX, esta obra à luz das atuais disposições globais do Protocolo de Nagoya, constituiria um flagrante caso de biopirataria. Com a emergência do racismo científico e do evolucionismo naturalista na segunda metade do século XIX, a relativa admiração dos colonizadores europeus pelos saberes de povos indígenas se dissipou e discursos de apropriação violenta da diversidade biológica se tornaram mais altos (Schiebinger, 2004). Políticas de colonização rural através de *settler colonial policies* nas Américas, Oceania e África igualmente empregaram a noção de *terra nullius* (Veracini, 2011) para justificar ou equalizar territórios indígenas com a natureza, permitindo apropriação da terra por colonos de origem europeia e a comodificação das relações de produção econômica.

Essa clivagem que marca os primeiros séculos de colonização europeia até por volta de 1850 e o auge do imperialismo europeu no século XIX repercute na interiorização sistemática dos conhecimentos e ciências indígenas atrelados à biodiversidade, marcando igualmente um maior ritmo nos níveis de destruição ecológica no planeta. Em termos científicos, a emergência da “human ecology” foi esboçada, por exemplo, por volta dos anos 1930 no extinto Império Britânico; povos não europeus sofreram por meio do relacionamento entre esta ciência e a formação de políticas de administração dos povos colonizados, uma gradual degradação de seus modos de vida. Isso foi sintomático da forma em que o patrimônio genético e biológico dos países do sul passou a ser apropriado no contexto da expansão violenta do capitalismo (Anker, 2009).

Durante a era do imperialismo tardio, o paradoxo inicial entre a distribuição desigual dos recursos naturais (logo, biodiversidade num entendimento contemporâneo) e a necessidade de sua apropriação em termos de seu possível benefício para a humanidade (remédios, melhores sementes, etc.) - um discurso atribuído à própria legitimação da ciência ocidental sobre a apropriação dos recursos biológicos globais (Broswimmer, 1991) e replicado contemporaneamente pelo *lobby* biotecnológico em importantes fóruns internacionais – conduziu impérios europeus e os Estados Unidos ao poder direto ou indireto sobre territórios situados na periferia do sistema capitalista e com especial ênfase no mundo tropical, onde a biodiversidade é abundante (Ross, 2017); a extração de recursos biológicos/genéticos das regiões colonizadas para as metrópoles se acelerou e ocorreram deslocamentos ecológicos e sociais maciços em todo o mundo, afetando os meios de subsistência indígenas e as economias nacionais (Beinart; Middleton, 2004). Importantes e poderosos setores econômicos se formaram a partir deste acesso facilitado ao conhecimento tradicional e biodiversidade. O setor farmacêutico moderno tem seus inícios em 1880, contemporâneo à abertura forçada do mundo tropical às nações imperiais (Dutfield, 2020).

No âmbito das primeiras reações à ordem internacional biológica/genética enquadrada nas desigualdades globais imperiais/coloniais, alguns países latino-americanos no início do século XX, por exemplo, tentaram uma resposta. Estas são originais no sentido de que na história da expansão do capitalismo – de acordo com Jason Moore e Raj Patel (2018) – a diversidade biológica foi convertida em *cheap nature*. O capital homogeneizou, massificou e destruiu ambientes (*plantation*, mineração, etc.), explorou e expropriou os ecossistemas assim como o fez com os povos escravizados da África, mulheres e povos indígenas. A diversidade biológica – como no caso exemplar da Mata Atlântica colonial – caiu vítima da homogeneização biológica materializada na plantation de cana-de-açúcar e outras *commodities* coloniais. Logo, tanto no Paraguai quanto no Brasil, respectivamente, os proponentes do indigenismo nacional (Fleck, 2019; Bertoni, 1940) e do conservacionismo natural (Franco; Drummond, 2005) reivindicaram compensações pelo

uso lucrativo de recursos vegetais por potências e grupos estrangeiros. Em ambos os países houve apelos (no Brasil Frederico Carlos Hoehne foi um proeminente ator nessa seara) de nacionalização da diversidade genética nacional; no entanto, o apelo à nacionalização dos recursos do *pool* biológico nacional não tendia no sentido da compensação aos povos indígenas. No Paraguai, o naturalista suíço Moisés Bertoni argumentava pela necessidade científica ao reconhecimento das extraordinárias ciências botânicas Guarani (Bertoni, 1914). Estes movimentos antecipam, de certa forma, projetos sociais que alicerçam a biodiversidade como fonte de riqueza nacional e se afastam dos cenários e narrativas extrativas do capitalismo sem, no entanto, romper com ele.

No contexto do pós-guerra e tendo a descolonização como pando de fundo, a noção de desenvolvimento se consolidou com notáveis interfaces com a biodiversidade. O aprimoramento científico dos países colonizados ou em processo de descolonização, se tornou tema comum nos primeiros estudos geográficos tropicais, especialmente sob a influência global do francês Pierre Gourou. Gourou afirmava que as plantas dos países tropicais poderiam ser aprimoradas pela pesquisa genética; segundo ele, os países colonizados deveriam para seu próprio benefício submeter seu patrimônio genético aos países desenvolvidos em prol do retorno do desenvolvimento econômico (Bowd; Clayton, 2019). A capacidade científica dos países do norte global na área de biotecnologia e a incorporação das regiões abundantes em biodiversidade nos mercados consumidores davam pouco espaço para as discussões atinentes às compensações sobre a diversidade biológica e reforçavam as desigualdades estruturais entre norte e sul. Nesse ínterim, ou seja, a partir dos anos 1950, a natureza já se achava via aplicações da biologia molecular e da engenharia genética, em seu caminho para a diversidade genética-informacional.

Os atores que tomaram parte em tal projeto correspondem em geral às associações de empresas de sementes tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, às fundações de pesquisa e cooperação técnica –com destacado papel da Fundação Rockefeller (em parceria com o Ministério mexicano de agricultura a partir de 1943) –, e, por fim, pelos esforços de modernização agrícola empreendidos por Nikolai Vavilov e seus discípulos na União Soviética (Pistorius, 1997). Na esteira da revolução verde emanada dos Estados Unidos, uma série de centros de pesquisa internacional em agricultura foram estabelecidos no então chamado Terceiro Mundo (Kloppenburg, 2004). Em 1971, por iniciativa novamente da Fundação Rockefeller e com suporte do Banco mundial, da FAO e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi estabelecido o *Consultative Group on International Agricultural Research* (CGIAR), que impulsionou a pesquisa e a concepção genética da natureza em âmbito global. Tais desenvolvimentos adquiriram um pronunciado enfoque informacional (da informação genética) em detrimento da materialidade do recurso biológico em si (Broswimmer, 1991).

A partir dos anos 1970, mas principalmente depois de 1983, recursos genéticos extrapolaram paulatinamente a dimensão agrária e invadiram o conjunto do mundo natural. Alguns eventos são importantes nesse sentido: em 1975, Jack Harlan publicou *Our vanishing genetic resources* ressaltando a erosão genética causada pelo processo de industrialização da agricultura. Um ano antes foi fundada a *International Board for Plant Genetic Resources*, que buscava sobretudo institucionalizar as demandas pela salvaguarda da herança genética de plantas e construir bancos genéticos. Anos mais tarde, em 1983, a FAO estabeleceu a Comissão de recursos genéticos para alimentação e agricultura, declarando a herança genética de plantas patrimônio comum da humanidade (Deplazes-Zemp, 2018). Após este momento, em particular, a questão genética passou a englobar com mais firmeza os genes da biodiversidade e as preocupações da conservação da diversidade biológica de forma ampla; notícias midiatizadas dos desmatamentos em

regiões tropicais desde meados da década de 1970 contribuíram para uma aumentada preocupação com a riqueza genética de ambientes biodiversos (Acker, 2014).

O desenvolvimento da biodiversidade genética-informacional nas últimas cinco décadas é igualmente inseparável das possibilidades tecnológicas que fundamentaram a reivindicação de propriedade sobre recursos genéticos (Hayden, 2007). Assim, em 1974 foi criada por Norman Farnsworth da Universidade de Illinois nos Estados Unidos a *Natural Products Alert* (NAPRALERT), que se constituiu no primeiro banco de dados relacional para a identificação de novas drogas úteis. A NAPRALERT buscou condensar toda a informação em bioprospecção existente e os dados mais antigos remontam ao ano de 1800. Anos mais tarde, em 1991, o *Technical Assessment Group* do governo dos Estados Unidos (reunindo o Serviço de agricultura estrangeira, a Fundação nacional de ciências e o Instituto nacional de saúde) convocou empresas farmacêuticas e especialistas em etnobiologia e medicina tradicional, além de técnicos em propriedade intelectual para formar o *International Cooperative Biodiversity Group* (ICBG), no sentido de construir uma rede internacional para trabalhos de bioprospecção em diversos continentes, cujo centro científico residia nos Estados Unidos ou subsidiárias instaladas em países como México, Vietnam, Laos, Madagascar, Camarões e Panamá. A *University of Illinois* (onde o NAPRALERT está sediado), a *University of Arizona* e o *Smithsonian Tropical Research Institute*, entre outros, se mobilizaram para atender o programa. Graves problemas no subprojeto ICBG-Maya executado na região mexicana de Chiapas levaram o projeto ao seu fim, uma vez que jornalistas, ativistas e a população guardiã dos recursos genéticos acusaram os investigadores de não cumprirem adequadamente os procedimentos de consentimento informado (Ceceña; Giménez, 2002). Em 1991, o acordo entre a Ong INBio da Costa Rica e o laboratório estadunidense Merck (acordo Merck-INBio) inflaram as expectativas da arena da bioprospecção mundial e prometiam ao governo costa-riquenho a participação dos lucros dos produtos comercializados pela Merck. O acordo Merck-INBio prometia ser um modelo para outros países “megadiversos” (principalmente florestais e tropicais), mas fracassou rotundamente (Costello; Ward, 2006).

Projetos de biprospecção com compensações aos países soberanos por um lado acompanhavam o desenvolvimento da ideia de ABS no direito internacional. Herdando sua concepção central das discussões internacionais realizadas no Acordo que rege as atividades dos Estados na Lua e em outros corpos celestes (1979) e na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982); instâncias como “patrimônio comum da humanidade” e “participação equitativa de todos os Estados Partes nos benefícios” dos recursos forneceram o léxico para a CDB e ABS (Schroeder, 2007). Em termos de recursos fitogenéticos, o esboço do ABS surgiu primeiramente em 1983 no Compromisso Internacional sobre Recursos Fitogenéticos (IUPGR) da FAO, que estipulou os recursos fitogenéticos como patrimônio comum da humanidade (Bram de Jonge, 2013). Essas medidas estavam de acordo com os interesses das empresas de sementes e, durante a década de 1980, alavancados por capacidades tecnológicas sem precedentes e possibilidades crescentes de direitos de propriedade intelectual, eles pressionaram constantemente por mais acesso aos recursos genéticos (Buck; Hamilton, 2011). A emergência do conceito de *Farmers' rights* contrabalanceou o lobby da indústria biotecnológica do norte global ao argumentar os aspectos inovadores do histórico melhoramento vegetal realizado por camponeses do mundo todo, se colocando assim como a própria base da moderna engenharia genética de sementes. Os agricultores exigiam logo participar nos benefícios derivados da utilização de recursos fitogenéticos, abrindo caminho para o ABS não só no interior da CDB, mas também como base para o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA) assinado somente em 2001 (Andersen, 2013). A noção de conhecimento tradicional (CTA) ligado aos

recursos genéticos vegetais tornou-se influente nesse mesmo período e foi especialmente elogiada por movimentos populares e pela academia tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos (Posey; Dutfield, 1996; Santilli, 2005). Subjacente à discussão sobre ABS, a difusão do conceito de biopirataria (especialmente na Índia) na forma de colonialismo intelectual aumentou a temperatura política entre o setor de biotecnologia (localizado principalmente no Norte Global) e ativistas, povos indígenas e governos do Sul (Robinson, 2010).

Neste contexto, celebrou-se a CBD em 1992 e como já anteriormente descrito, compensações em forma do instrumento acesso e repartição de benefícios (ABS) se estruturaram como o terceiro objetivo da convenção. Dezoito anos depois, o Protocolo de Nagoya (NP) assinado na décima Conferência das Partes (COP) foi saudado como uma resposta firme às fracas disposições da CDB relativamente à implementação do ABS e uma vitória decisiva para os países fornecedores de recursos genéticos de a biodiversidade (Bavikatte; Robinson, 2011; Saint André, 2013). O PN entrou em vigor em 2014 e os partidos foram pressionados para a implementação de políticas nacionais de ABS. No Brasil o marco da Biodiversidade (Lei Federal 13.123/2015) é o instrumento regulatório que implementa o Protocolo de Nagoya no país. Por outro lado, o PN e as soluções compensatórias da CDB só ocorrem via comodificação da biodiversidade, ferindo as sensibilidades e as cosmologias de povos e comunidades tradicionais.

A compensação pela via informacional da natureza (os recursos genéticos) encontra, entretanto, seu paradoxo na formulação do conceito de recurso genético pela CDB. A CDB define recursos genéticos como “material genético de valor real ou potencial”, logo embora recursos genéticos carreguem uma enorme quantidade de informações, a CDB manteve a importância dos aspectos biológicos. Logo, na racionalidade da CDB, recursos genéticos não se distinguem do portador da informação genética (Exemplos: um sapo, um musgo, um cogumelo). Esse “deslize” talvez tenha sido uma grande vitória dos povos e comunidades tradicionais em manter a materialidade da natureza viva no direito ambiental internacional (Klüunker, 2023). Por outro lado, ele é o critério que permite a rastreabilidade do recurso genético e uma clara arquitetura entre provedores e usuários. Ou seja, a bilateralidade do sistema de ABS (país/povo provedor e país/organização usuária), ou seja, a estrutura do Protocolo de Nagoya, é por meio deste conceito factível.

Esses desenvolvimentos do direito internacional da biodiversidade, no entanto, estão sendo questionadas devido à digitalização: as inovações biotecnológicas como sequenciamento rápido e barato de estruturas genéticas pela genómica promovem a disponibilidade digital e desmaterializada de informações sequenciais sobre recursos genéticos, um processo que é operado pela dita *digital sequence information* (DSI). O acesso digital aos dados sequenciais via DSI colocou em jogo duas ideias centrais e, com elas, a intenção original do Protocolo de Nagoya. A primeira diz respeito à característica de um recurso genético como entidade material. A segunda diz respeito ao próprio mecanismo bilateral de ABS, que se baseia nessa materialidade. Como se pode entrever pelas discussões contemporâneas no âmbito das COPs, o DSI parece ser um verdadeiro divisor de águas para a governança global da proteção da biodiversidade e pode tornar obsoletos os atuais mecanismos de ABS, além de construir um novo projeto global de natureza baseada na informação genética, deixando assim em menor importância os aspectos materiais da mesma. Os impactos disso na política de conservação ambiental e na proteção dos direitos indígenas e das comunidades tradicionais podem ser enormes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou duas dimensões básicas dos projetos biotecnológicos de construção de naturezas. O Instrumento de acesso e repartição de benefícios (ABS) vigente

desde a Convenção da Biodiversidade Biológica (1992) e a questão da natureza informacional. Pautado numa discussão central na história das ciências, ou seja, as formas e modos em que a tecnologia transforma o mundo e é por ela transformada, observamos que a emergência da natureza informacional e as potencialidades do poder de apropriação da mesma por parte de corporações, governos e instituições científicas do norte global originou uma forte resistência aos termos da apropriação e gerou a demanda por compensações que compreendiam uma visão crítica do bioimperialismo dos últimos 500 anos. Por outro lado, essa natureza informacional tende a ser deslocada dos sistemas de vida e conhecimento (povos indígenas e tradicionais) que lhe deram origem e as disputas pela materialidade da natureza se colocam inclusive nos ambivalentes resultados da Convenção da Diversidade Biológica.

Essa natureza informacional dá origem ao conceito, ideia e projeto de biodiversidade, conceito embasado numa imagem de quantificação da natureza e de natureza em crise. É, outrossim, o resultado de uma operação do capitalismo tardio e neoliberal, em que novos projetos de natureza legitimam formas tecnologicamente avançadas de apropriação baseadas numa plethora de novos instrumentos de propriedade intelectual. Compensações fazem parte da equação, mas não adereçam as preocupações centrais de povos indígenas e tradicionais do Brasil e do mundo: territórios de vida seguros (jurídica e socialmente) e reconhecimento de formas de fruição da natureza para além da comodificação.

Talvez pela primeira vez na história do capitalismo, a biotecnologia e as indústrias *life sciences* promovem uma ontologia da natureza informacional que promete avançar os interesses de expansão do capital sem necessariamente gerar *externalidades físicas*. Projetos como a bioeconomia da sociobiodiversidade, *green economy*, entre outros defendem acesso ao *pool genético* global e argumentam que a indústria 4.0 prescinde das externalidades de formas antigas e contemporâneas de capitalismo extrativista. Logo, resultados historicamente associados à expansão do capital como desmatamento, poluição de águas e da atmosfera não ocorreriam sob a batuta dos grupos e corporações que operam a natureza informacional. Estas formas de capitalismo produzem alternativas ao *cheap nature* capitalista e demandam da comunidade em ciências sociais e humanas uma teorização específica. Ela terá de explicar essa nova fase do capital e da exploração da natureza informacional, mas também terá de apontar e/ou denunciar o projeto global de comodificação das sacionaturezas indígenas e tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Antoine. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.
- ACKER, Antoine. **Volkswagen in the Amazon: The Tragedy of Global Development in Modern Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ANDERSEN, Regine. Crop genetic diversity and farmer's rights. In: ANDERSEN, R.; WINGE, T. (orgs.) **Realising farmers' rights to crop genetic resources: Success stories and best practices**. New York: Routledge, 2013. p. 3-11.
- ANKER, Peder. **Imperial Ecology: Environmental Order in the British Empire, 1895-1945**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- ARCHIBUGI, Daniele; FILIPPETTI, Andrea. The Globalisation of Intellectual Property Rights: Four Learned Lessons and Four Theses. **Global Policy**, v. 1, n. 2, p. 137-149, 2010.
- ARNOLD, David. **The Tropics and the Traveling Gaze: India, Landscape, and Science, 1800-1856**. Washington: University of Washington Press, 2015.
- BAVIKATTE, Kabir; ROBINSON, Daniel F. Towards a People's History of the Law: Biocultural Jurisprudence and the Nagoya Protocol on Access and Benefit Sharing. **Law, Environment and Development Journal**, v. 7, n. 1, p. 35-52, 2011.

- BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Plant Transfers in Historical Perspective: A Review Article. **Environment and History**, v. 10, n. 1, p. 3-29, 2004.
- BERTONI, Moisés S. **Diccionario botanico latino-guarani y guarani-latino:** con un glosario de vocablos y elementos de la nomenclatura botánica. Asunción: Editorial Guarani, 1940.
- BERTONI, Moisés S. **Las plantas usuales del Paraguay y países limítrofes:** caracteres, propiedades y aplicaciones, con la nomenclatura guaraní, portuguesa, española y latina y la etimología guaraní. Assunción: Brossa, 1914.
- BOWD, Gavin; CLAYTON, Daniel. **Impure and Worldly Geography:** Pierre Gourou and Tropicality. New York: Routledge, 2019.
- BRAND, Ulrich. Green Economy – the Next Oxymoron? No Lessons Learned from Failures of Implementing Sustainable Development. **GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society**, v. 21, n. 1, p. 28-32, 2012.
- BRAUN, Veit. **At the end of property:** Patents, plants and the crisis of privatization. Bristol: Bristol University Press, 2024.
- BROSWIMMER, Franz. Botanical imperialism: The Stewardship of Plant Genetic Resources in the Third World. **Critical Sociology**, v. 18, n. 1, p. 3–17, 1991.
- BUCK, Matthias; HAMILTON, Claire. The Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization to the Convention on Biological Diversity. **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 20, n. 1, p. 47–61, 2011.
- CECEÑA, Ana E.; GIMÉNEZ, Joaquín. Hegemonia y bioprospección: El caso internacional Cooperative Biodiversity Group. In: BRAND, Ulrich; KALCSICS, Monika. (eds.) **Wem gehört die Natur?: Konflikte um genetische Ressourcen in Lateinamerika.** Frankfurt: Brandes & Apsel, 2002.
- COSTELLO, Christopher; WARD, Michael. Search, bioprospecting and biodiversity conservation. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 52, n. 3, p. 615–626, 2006.
- DE JONGE, Bram. Towards a fair and equitable ABS regime: Is Nagoya leading us in the right direction? **Law, Environment and Development Journal**, v. 9, n. 2, p. 241-255, 2013.
- DEPLAZES-ZEMP, Anna. 'Genetic resources', an analysis of a multifaceted concept. **Biological Conservation**, v. 222, p. 86–94, 2018.
- DUTFIELD, Graham. **Intellectual property, biogenetic resources and traditional knowledge.** Abingdon, New York: Taylor & Francis, 2004.
- DUTFIELD, Graham. **That high design of purest gold:** A critical history of the pharmaceutical industry, from 1880 to 2020. Hackensack: World Scientific, 2020.
- DUTFIELD, Graham. Traditional Knowledge, Intellectual Property and Pharmaceutical Innovation: What's Left to Discuss? In: DAVID, Matthew; HALBERT, Debora. (eds.) **The Sage handbook of intellectual property.** Los Angeles: SAGE, 2015.
- FLECK, Eliane C. D. Do meu amor ao Paraguai e à raça guarani: ideias e projetos do naturalista e botânico Moisés Santiago Bertoni (1857-1929). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, n. 4, p. 1151–1168, 2019.
- FLITNER, Michael. **Sammler, Räuber und Gelehrte:** Die politischen Interessen an pflanzengenetischen Ressourcen, 1895-1995. Frankfurt: Campus, 1995.
- FRANCO, José L. A.; DRUMMOND, José A. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pionero no campo da proteção à natureza do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. VIII, n. 1, p. 1–26, 2005.
- GALAN, Matthias; KÖNIG, Alexandra; MOLDOVAN, Lida. strategisch-relationales Handeln im erweitereten internationalisierten Staat. Zivilgesellschaftliche Akteure und die Konvention über biologische Vielfalt. In: BRAND, Ulrich (ed.). **Globale Umweltpolitik und Internationalisierung des Staates. Biodiversitätspolitik aus strategisch-relationaler Perspektive,** Münster: Westfälisches Dampfboot, 2010. p. 145–187.
- GÖRG, Christoph. Biodiversität: ein neues Konfliktfeld in der internationalen Politik. In: BRAND, Ulrich; KALCSICS, Monika. (eds.) **Wem gehört die Natur?: Konflikte um genetische Ressourcen in Lateinamerika.** Frankfurt: Brandes & Apsel, 2002.
- HARLAN, Jack R. Our vanishing genetic resources. **Science**, v. 188, n. 4188, p. 617–621, 1975.

- HAYDEN, Cori. Taking as Giving: Bioscience, Exchange, and the Politics of Benefit-sharing. **Social Studies of Science**, v. 37, n. 5, p. 729–758, 2007.
- HUMBOLDT, Alexander von; BONPLAND, Aimé. **Ideen zu einer Geographie der Pflanzen nebst einem Naturgemälde der Tropenländer**: Auf Beobachtung und Messung gegründet, welche von 10ten Grade nördlicher bis zum 10ten Grade südlicher Breite, in den Jahren 1799, 1800, 1801, 1802 und 1803 angestellt worden sind. Tübingen/Paris: F. G. Cotta/F. Schoell, 1807.
- KAISER, Gregor. **Eigentum und Allmende**: Alternatives zu exklusiven geistigen Eigentumsrechten an genetischen Ressourcen. München: Oekom, 2012.
- KLOPPENBURG Jr., Jack R. **First the Seed**: The Political Economy of Plant Biotechnology, 1492–2000. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.
- KLÜNKER, Irma. Die genetische Ressource als Immaterialgut. **Zeitschrift für geistiges Eigentum**, v. 15, n. 2, p. 121, 2023.
- LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- MARTIUS, Carl F. P. von. **Natureza, doenças, medicina e remedios dos indios brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, [1844] 1939.
- MOONEY, Pat R. **Seeds of the Earth: A Private or Public Resource?** Ottawa: Inter Pares, 1983.
- MOURA, Mario R.; JETZ, Walter. Shortfalls and opportunities in terrestrial vertebrate species discovery. **Nature Ecology & Evolution**, v. 5, n. 5, p. 631–639, 2021.
- NOGUEIRA, Marcelo. **Eco-Inovação e conhecimentos tradicionais associados**. São Paulo: Dialética, 2022.
- PATEL, Raj; MOORE, Jason W. **A history of the world in seven cheap things**: A guide to capitalism, nature, and the future of the planet. Oakland: University of California Press, 2018.
- PISTORIUS, Robin. **Scientists, plants and politics**: A history of the plant genetic resources movement. Rome: IPGRI, 1997.
- POSEY, Darrell A. Introduction: Culture and Nature - the inextricable Link. In: POSEY, Darrell A. (ed.) **Cultural and spiritual values of biodiversity**: A complementary contribution to the global biodiversity assessment, London: Intermediate technology publications, 1999.
- POSEY, Darrell A. **Traditional resource rights**: International instruments for protection and compensation for indigenous peoples and local communities. Gland, Switzerland: IUCN--the World Conservation Union, 1996.
- POSEY, Darrell A.; DUTFIELD, Graham. **Beyond Intellectual Property**: Toward Traditional Resource Rights for Indigenous Peoples and Local Communities. Ottawa: International Development Research Centre, 1996.
- QUEIROZ, Francisco A. de (org.) **A Revolução biotecnológica**: história e Indústria no Brasil. 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, Eurocentrism and social classification. In: MORAÑA, M.; DUSSEL, Enrique (org.) **Coloniality at large**: Latin America and the postcolonial debate, Durham: Duke University Press, 2008.
- RABITZ, Florian. Biopiracy after the Nagoya Protocol: Problem Structure, Regime Design and Implementation Challenges. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 30–53, 2015.
- RAFI; HSCA. **An Inquiry into the potential for plant piracy through international intellectual property conventions**: Plant breeders Wrongs, 1998.
- RELLY, Eduardo. Recursos genéticos e bioprospecção no Brasil: capitaloceno, protagonismo e os (des)caminhos até o Protocolo de Nagoya (2010). **Caravelle**, v. 119, p. 89–106, 2023.
- ROBINSON, Daniel F. **Confronting biopiracy**: Challenges, cases and international debates. London/Washington: Earthscan, 2010.
- ROSS, Corey. **Ecology and Power in the Age of Empire**: Europe and the Transformation of the Tropical World. New York: Oxford University Press, 2017.
- SAINT ANDRÉ, Susanne von. **Genetische Ressourcen und traditionelles Wissen**: Zugang, Teilhabe und Rechtsdurchsetzung. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2013.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.
- SCHIEBINGER, Londa. **Plants and Empire**: Colonial bioprospecting in the Atlantic World. Boston: Harvard University Press, 2004.

- SCHOLTZ, Werner. Common heritage: saving the environment for humankind or exploiting resources in the name of eco-imperialism? **Comparative and International Law Journal of Southern Africa**, v. 41, n. 2, p. 273–293, 2008.
- SCHROEDER, Doris. Benefit sharing: it's time for a definition. **Journal of medical ethics**, v. 33, n. 4, p. 205–209, 2007.
- SHIVA, Vandana. **Biopiracy**: The plunder of nature and knowledge. Boston: South End Press, 2004.
- SUISEEYA, Kimberly R. M. Negotiating the Nagoya Protocol: Indigenous Demands for Justice. **Global Environmental Politics**, v. 14, n. 3, p. 102–124, 2014.
- SWINGLAND, Ian R. Biodiversity, Definition of. In: LEVIN, Simon A. (ed.) **Encyclopedia of biodiversity**. San Diego: Academic Press, 2001. p. 377–391.
- VERACINI, Lorenzo. **Settler colonialism**: A theoretical overview. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Eduardo Relly. Doutor em História pela Universidade Livre de Berlim. Atualmente docente e pesquisador no Projeto Colaborativo “Mudanças estruturais da propriedade” (*Deutsche Forschungsgemeinschaft*), subprojeto “JRT03 - Propriedade sobre recursos genéticos: da apropriação do conhecimento tradicional na bioeconomia”, na Friedrich-Schiller-Universität Jena, Alemanha.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Eduardo Relly
Arvid-Harnack-Straße 23
07743 Jena
Alemanha

ORIGEM DO ARTIGO

Projeto Colaborativo “Mudanças estruturais da propriedade” (*Deutsche Forschungsgemeinschaft*), subprojeto “JRT03 - Propriedade sobre recursos genéticos: da apropriação do conhecimento tradicional na bioeconomia”

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos para Prof. Dra. Maria Backhouse, PD Anne Tittor, Leoni Schlender, Theresa Rüdiger, Zelda Wenner, membros da iDSI Network, Guilherme de Queiroz Stein e corpo editorial da Revista Esboços.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Eduardo Relly

Coleta de dados: Eduardo Relly

Análise de dados: Eduardo Relly, Leoni Schlender e Anne Tittor

Discussão dos resultados: Eduardo Relly

Revisão e aprovação: Eduardo Relly

FINANCIAMENTO

Projeto Colaborativo SFB 294 “Mudanças estruturais da propriedade” (*Deutsche Forschungsgemeinschaft*). Sonderforschungsbereich 294 “Strukturwandel des Eigentums”.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Eduardo Relly. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 2 de fevereiro de 2024.

Como citar: RELLY, Eduardo. Biotecnologia e biodiversidade genética: uma história informacional da natureza até o Protocolo de Nagoya (2010). *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 5-20, 2024.



AS MULHERES NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP): ALICE PIFFER CANABRAVA E A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Women at University of São Paulo (USP): Alice Piffer Canabrava, and the (in)visibility
of women in Brazilian historiography

Beatriz Rodrigues^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8784-0330>

E-mail: bia_sic@hotmail.com

Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, RO, Brasil.

 Cleyton Rodrigues dos Santos^b

<https://orcid.org/0000-0002-3858-1408>

E-mail: cleyton14santos@gmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil.

RESUMO

A trajetória acadêmica da historiadora Alice Piffer Canabrava na Universidade de São Paulo é o objeto de análise deste artigo. Refletiremos sobre suas experiências, participações e interdições em um período em que a academia era dominada por indivíduos do sexo masculino. Apoiados em estudos teóricos de historiadores como José Jobson de Andrade Arruda, Flávio Saes, Joan Scott, Maria da Glória Oliveira, dentre outros – compusemos o quadro em que Alice Canabrava contribuiu de maneira bastante significativa para a superação de esquecimentos e invisibilidades ao qual foi relegada pelos cânones dominantes na universidade e na historiografia brasileira, algo que será perceptível, sobretudo, através de concurso realizado na USP em 1946.

PALAVRAS-CHAVE

Alice Canabrava. Gênero. Historiografia. História Econômica.

ABSTRACT

The academic trajectory of the historian Alice Piffer Canabrava at the University of São Paulo is the object of analysis of this article. We'll reflect on their experiences, participation and interdictions in a period when the academy was dominated by male individuals. Supported by theoretical studies of historians such as José Jobson de Andrade Arruda, Flávio Saes, Joan Scott, Maria da Glória Oliveira, among others - we composed the framework in which Alice Canabrava contributed significantly to the overcoming of forgetfulness and invisibilities to which she was relegated by the dominant canons in the university and in Brazilian historiography, something that will be noticeable, above all, through a contest held at USP in 1946.

KEYWORDS

Alice Canabrava. Gender. Historiography. Economic History.

Em sua grande maioria as mulheres permaneceram, na história, como figuras silenciosas, em grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria. Felizmente, nos últimos anos, várias iniciativas vêm procurando resgatar a memória feminina do passado, antes que a perda seja irreparável.

Alice Piffer Canabrava.

Cuidar para que a perda em relação à produção historiográfica feminina não se torne algo irreparável. Assim acautelou Alice Piffer Canabrava, historiadora, autora de uma das primeiras pesquisas acadêmicas na área de História Econômica no Brasil e protagonista desse artigo. Não podemos permitir que histórias de mulheres sejam abafadas, silenciadas. Causa medo colocar o dedo na ferida, mas causa medo maior ainda, cicatrizá-la, abafá-la.

Através da produção e trajetória acadêmica de Alice Piffer Canabrava temos por objetivo nesse artigo ocupar o presente com as palavras de uma mulher. Não temos a pretensão de fazer uma abordagem das relações de gênero que existiam na Universidade de São Paulo, mais especificamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quando de sua gênese; muito menos, galgar voos em que coloque personagens importantes em determinadas circunstâncias ao posto de heroínas.

A noção de gênero servirá de horizonte crítico para que possamos compreender a invisibilidade de mulheres no que se refere ao mundo intelectual e acadêmico. Conforme afirmou a historiadora, professora e militante feminista norte-americana Joan Scott (1995), o conceito de gênero continua sendo uma categoria útil de análise histórica. É partindo dessas concepções que pretendemos refletir sobre o papel exercido por Alice Canabrava cujas obras constituem referências importantes nas pesquisas em História Econômica nos quadros da produção historiográfica brasileira de meados do século XX, além de tecer breves considerações acerca de sua tese de cátedra, *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*.

A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E O CONCURSO NA USP

Seria possível iniciar as considerações sobre Alice Piffer Canabrava no ano de 1911, quando de seu nascimento no município de Araras, interior de São Paulo. À época, mesmo apresentando sinais de declínio, o motor da economia local era a economia cafeeira. Também seria possível iniciarmos essa análise pela trajetória de Alice Canabrava, desde o curso primário, passando pelo Colégio Stafford, em São Paulo, onde fez o ginásio como interna, até seu ingresso na Escola Normal Caetano de Campos da Praça da República.

Esses eventos foram marcantes na vida dessa historiadora, principalmente aqueles relacionados à decisão de deixar o interior e fixar residência na capital paulista nos anos 1920. Com todo suporte e incentivo dos pais que afirmavam o valor do trabalho para a mulher (Saes, 1999, p. 41), seu objetivo era o ingresso no magistério oficial, o que veio a ocorrer em 1931, quando inicia sua carreira em Manduri, distrito de Piraju, na Alta Sorocabana, que era, nas palavras da própria Alice Canabrava,

[...] Lugarejo em meio a um grande campo arenoso constava de uma única rua central, a da estação ferroviária, cortada por algumas curtas vias transversais. Nenhum cinema, nem médico ou dentista, nenhuma praça ajardinada, apenas alguns estabelecimentos comerciais. Em torno do núcleo urbano, vastos campos de pobres gramíneas naturais onde pastavam algumas cabeças de gado. O único grande acontecimento diário



era a chegada do trem, que vinha de São Paulo ao cair da noite. Periodicamente, um movimento ruidoso agitava a vilazinha: a chegada a pé das manadas de bovinos de Mato Grosso, tangida por boiadeiros a cavalo, que permaneciam alguns dias nas pastagens circundantes, antes de prosseguir viagem para os matadouros da capital (Canabrava, 2003, p. 8).

Posteriormente, Canabrava foi transferida para Araras, sua terra natal. Quando da descrição de seu retorno, é quase possível sentir o cheiro dos jardins e o frescor das sombras dos *flamboyants*. Alice Canabrava menciona que encontrou Araras em uma situação de estagnação, como a havia conhecido na infância. Em suas palavras:

Cidade pequena, com a inteireza de seus quadros administrativos e instituições pertinentes, com belíssimo edifício para o curso primário, o Grupo Escolar, que se inscreve no plano de construções congêneres ideado e realizado pelos paulistas velhos da Primeira República. Amplas salas de aulas, belos jardins, extensas áreas para recreio sombreadas de grandes *flamboyants*, distanciava-se bastante do prédio acanhado, ao nível da rua, da minha experiência anterior (Canabrava, 2003, p. 8).

Canabrava almejava descortinar uma nova vida de inquietações culturais e a ocasião pareceu se dar em 1933 com a reforma de Fernando de Azevedo, que proporcionou equivalência entre os cursos de segundo grau, colocando fim, desta forma, ao privilégio de que usufruíam os ginásios como cursos propedêuticos às escolas de nível superior. A grande oportunidade, porém, surge em 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo.

O período é marcado pela “fremência da paulistanidade dos anos de 1930” ou pela chamada “*belle époque paulistana*”, que poderia ser resumida pela vontade manifesta de transformar São Paulo em uma metrópole reconhecida. Mergulhada em um processo de transformações intensas, a capital é marcada por mudanças sociais, políticas, econômicas e científico-tecnológicas. A transição para a “cidade moderna”, apesar de todos os esforços do poder público e de parte considerável da elite do país, era um processo social descontínuo e diversificado, no qual as inovações não chegavam a romper com os traços tradicionais. Como recordou Maria Stella Bresciani, “o espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos” (Bresciani, 1992, p. 14).

Nesse panorama “almejado”, mas nem sempre vivido no cotidiano pelos habitantes da capital, a fundação da Universidade de São Paulo veio como espécie de resposta ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, bem como para a formação intelectual para os quadros administrativos do Estado e do País. Sobre esse assunto, Eva Alterman Blay e Alice Beatriz da Silva Lang explicam:

Do ponto de vista político, a Universidade [de São Paulo] formaria elites dirigentes para o país, tendo papel central na emancipação nacional, pois havia a necessidade de combinar reformas políticas (voto secreto) com as educacionais, no sentido da maior democratização. Por outro lado, cresciam nos centros urbanos ocupações que exigiam qualificação, multiplicando em ritmo acelerado a procura de vagas na educação secundária e sobretudo superior. Assim a Universidade respondia à necessidade de ampliação do ensino médio decorrente dos processos de urbanização e industrialização. Formaria professores secundários num projeto de reestruturação do ensino médio (Blay; Lang, 2004, p. 44).

A universidade foi encarada por muitos como a formadora de pessoal para o exercício de funções superiores. Houve também a consideração de que ela seria um centro civilizador por excelência, que a um tempo possibilitaria e orientaria o desenvolvimento da sociedade. Segundo Eva Blay e Alice Beatriz Lang, a Universidade de São Paulo inseriria-se num projeto geral das universidades brasileiras, conforme os próprios decretos do governo Provisório de Getúlio Vargas (Blay; Lang, 2004, p. 44).

Flávio Saes, sobre a gênese da instituição, revela que “naquele ano [1934] foi fundada a Universidade de São Paulo, que agregava algumas faculdades já existentes — como as de Medicina, Direito, Engenharia, Agronomia além do Instituto de Educação e alguns elementos das Escolas de Veterinária, Farmácia e Odontologia — e criava uma nova Faculdade — a de Filosofia, Ciências e Letras” (Saes, 1999, p. 43).

Alice viveu, portanto, esse período ímpar, tendo a experiência tanto da ruralidade quanto do ambiente urbano, abrindo assim, novas perspectivas com a Reforma de Fernando de Azevedo e a criação da Universidade de São Paulo, conforme aponta Flávio Saes (1999, p. 44):

Com o objetivo de consolidar a Faculdade de Filosofia, garantindo o preenchimento das vagas, o governo do estado de São Paulo abriu a possibilidade de que professores do magistério primário oficial ingressassem nos cursos da faculdade, numa espécie de “comissionamento”: eles manteriam seu emprego e receberiam seus vencimentos enquanto cursavam a faculdade. Além disso, também nesses anos, uma reforma educacional garantiu a equivalência do curso normal ao ginásio, viabilizando o acesso dos “normalistas” à universidade. Alice Canabrava, vendo aí a possibilidade de atender às suas expectativas de novos conhecimentos e novas atividades, prestou o exame para ingresso na faculdade. Aprovada, iniciou em 1935 o curso de História e Geografia (à época um único curso).

O “comissionamento” foi fundamental para o ingresso não apenas de Alice Canabrava na Universidade de São Paulo, mas também de muitas outras professoras.¹ Sobre o “comissionamento” a autora explica que:

Muitas mulheres e homens que frequentaram a USP, quando de sua criação em 1934, puderam fazê-lo através do “comissionamento”. As mulheres foram as que mais entraram para a Faculdade por esse mecanismo, pois elas constituíam a maioria das professoras primárias. Eram mulheres que trabalhavam, não tinham posses, de modo geral dependiam de seus salários. Para poder frequentar uma faculdade não podiam abrir mão do salário. Assim, foi por um ato governamental que essas professoras, mulheres na maioria, moradoras no interior do Estado de São Paulo, puderam vir estudar na capital (Canabrava, *apud* Blay; Lang, 2004, p. 101).

¹ O “comissionamento” aparece também nos relatos de Jandira França Barzaghi. Nas palavras dessa figura ilustre da área de química, “uma das finalidades da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era formar professores secundários especializados nas diversas matérias. Sabiamente, o Governo do Estado se dirigiu à legião dos professores primários, acenando-lhes com um comissionamento pelo curso todo, desde que fosse mantida uma nota 7 em cada uma das matérias do currículo. As professoras acudiram em grande número, espalharam-se por toda a Faculdade, primeiramente matriculadas em caráter condicional, o qual logo depois foi convertido em matrícula regular com a aceitação oficial do diploma de Escola Normal, se anterior a 1937, pois em 1936, tinha início o pré-universitário, único que daria ingresso às Faculdades nos anos seguintes. Fui uma das professoras comissionadas nessas condições” (Barzaghi *apud* Blay; Lang, 2004, p. 81).

Em seus relatos, Canabrava lembrava dos mestres franceses com entusiasmo. Quanto aos professores brasileiros, como Afonso Taunay, em História do Brasil, Plínio Ayrosa, de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, os elogios mais contundentes eram reservados, principalmente, aos professores Fernand Braudel e Pierre Monbeig, respectivamente responsáveis pelos cursos de História Geral e Geografia.

Alice Canabrava concluiu a licenciatura em 1937 e nesse mesmo ano é convidada para trabalhar como assistente da cátedra de História da América com o professor Paul Vanorden Shaw. Flavio Saes lembra que foi esse vínculo que a levou ao tema de sua tese de doutoramento, defendida em 1942: *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, concedendo a ela uma posição de destaque, dada a originalidade da pesquisa e a relevância dos resultados obtidos (Saes, 1999, p. 44).

Em 1946 ocorreu um dos fatos marcantes na vida e trajetória pessoal e profissional de Canabrava, narrado de forma pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda (2011, p. 24-25):

Inquestionavelmente, um dos fatos momentosos na trajetória profissional e acadêmica de Alice Canabrava foi o concurso para provimento da cátedra de História da América em 1946. Vencido por seu opositor, o professor Astrogildo Rodrigues de Mello, apesar da nota final obtida por Alice ser superior, o concurso transformou-a num ícone do movimento de afirmação feminina na academia, um exemplo candente de perfídia orquestrada pela corporação masculina em defesa de seu espaço acadêmico e, por conseguinte, de seus privilégios de gênero. Ao crucificar, de modo genérico, a banca examinadora pelo resultado desfavorável e ao interpretá-la como fruto da “arraigada consciência de superioridade, a tradição do meio quanto à predominância dos padrões masculinos”, Alice minimiza o fato, por ela mesma relatado, de dois dos membros da banca, homens, ficaram a seu favor, exigindo do presidente da mesma o voto de minerva, que acabou por favorecer seu oponente. Elide, igualmente, o fato de ter sido o professor André Dreyfus, diretor da Faculdade de Filosofia, quem a consultou “sobre a possibilidade de concorrer ao concurso da carreira de História da América, pois não desejava abri-lo para um único candidato”. Finalmente, não faz justiça aos colegas homens da Faculdade de Filosofia, que não lhe recusaram amparo no momento traumático em que o resultado foi anunciado, deixando perplexa grande parte da plateia que havia acompanhado o concurso e, sobretudo, a candidata vencida, caso de Antonio Cândido de Mello e Souza e Florestan Fernandes.

O concurso foi um evento marcante na história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Inscreveram-se para o referido certame três candidatos, quais sejam: o então regente da cadeira de História da Civilização Americana, Astrogildo Rodrigues de Mello, Alice Piffer Canabrava – Professora Assistente da mesma cadeira – e Odilon de Araújo Grellet – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, que mais tarde se tornaria professor catedrático de Relações Internacionais na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

As provas foram realizadas entre os dias 30 de julho e 07 de agosto de 1946. A banca examinadora do concurso foi composta pelos professores Sérgio Buarque de Hollanda (diretor do Museu Paulista), Eremildo Luiz Vianna (Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro), Jaime Coelho (Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro), além dos professores Jorge Americano (Faculdade de Direito da USP) e Zeferino Vaz (Faculdade de Medicina Veterinária), membros eleitos do Conselho Universitário.

Ao final das provas, os três candidatos foram considerados habilitados por todos os membros da banca, isto é, aprovados por terem obtido nota acima de 7,0, o que lhes garantiria minimamente o título da livre-docência. Foi indicado pela maioria dos membros da banca para ocupar a cátedra o candidato Astrogildo Rodrigues de Mello. O professor e presidente da Comissão Examinadora, Jorge Americano declarou em seu parecer: “havendo empate entre os candidatos Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice Piffer Canabrava, desempatei pelo primeiro, levando em conta o exercício anterior da Cátedra nesta Faculdade” (Atas do Concurso de História da Civilização Americana, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 17 ago. 1946, *apud*, Arruda, 2011, p. 26). Segue abaixo o boletim geral de notas atribuídas:

Tabela 1 - Boletim geral das notas atribuídas aos candidatos à Cadeira de História da Civilização Americana

Candidato	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Astrogildo Rodrigues de Mello	10	9	9	9	9,25
Alice Piffer Canabrava	9	9	10	9	9,25
Odilon Araújo Grellet	6	8	6	8	7,00

Fonte: Atas do concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 17 ago. 1946, cf. Arruda (2011, p. 26).

Após a análise de notas individuais, percebemos que não se tratava de um empate. Alice Canabrava havia vencido o concurso. Houve empate somente nas notas individuais atribuídas pelo presidente da banca examinadora, ou seja, 9,25. Assim sendo, uma vez consideradas todas as notas atribuídas pelos demais membros da banca, Alice Canabrava obteve a nota 9,30 e Astrogildo Rodrigues de Mello, 9,15 (Tabela 2).

Tabela 2 - Notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora

Astrogildo Rodrigues de Mello					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	10	9	9	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	8	9	9
Jaime Coelho	10	10	10	9	9,75
Eremildo Luiz Viana	10	10	10	9	9,75
Sérgio Buarque de Holanda	9	9	8	8	8,50
Alice Piffer Canabrava					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	9	9	10	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	10	10	9,75
Jaime Coelho	9	9	9	9	9
Eremildo Luiz Viana	9	9	9	9	9
Sérgio Buarque de Holanda	9	10	10	10	9,75
Odilon de Araújo Grellet					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	6	8	6	8	7
Zeferino Vaz	6	8	6	8	7
Jaime Coelho	6	8	6	8	7
Eremildo Luiz Viana	6	8	6	8	7
Sérgio Buarque de Holanda	6	8	6	7	6,75

Fonte: Atas do concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 17 ago. 1946, cf. Arruda (2011, p. 27).



Os números apresentados nas tabelas acima demonstram que, na prova de títulos, o candidato Astrogildo Rodrigues de Mello não poderia obter a nota final 10, uma vez que ele não obteve nota 10,0 com Sérgio Buarque de Hollanda. Percebemos, também, que todas as notas quebradas do candidato declarado vencedor foram arredondadas para cima, de títulos e de didática; ao passo que as de Alice Canabrava o foram para baixo – títulos, escrita e didática, com exceção da nota de defesa de tese, que foi elevada de 9,6 para 10,0. Essa atitude beneficiou também Odilon de Araújo Grellet, pois sua nota final não atingiu 7,0, de tal forma que deveria ter sido reprovado e não habilitado.

Arruda (2011, p. 28) afirma que:

As notas revelam também que Jorge Americano se protegeu atribuindo notas iguais para os principais competidores. Já os outros dois examinadores, Zeferino Vaz e Sérgio Buarque de Hollanda, deram notas mais altas à Alice Canabrava, que seria certamente a indicada se suas notas prevalecessem. Que decidiu o concurso e, por decorrência o destino da Professora Alice foram os examinadores de fora, vindos ambos da área de história da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Eremílido Vianna e Jaime Coelho, que atribuíram a três diferentes candidatos, em quatro tipos de provas, um total de 24 notas absolutamente iguais, evidência inconteste de que esses dois membros da banca combinavam as notas, atribuindo nota 9 à Alice em todas as provas e nota 10 à Astrogildo em três delas. Isso fez a diferença, acentuada pela manipulação dos resultados realizada ou acoitada pelo presidente da Comissão Examinadora, configurando uma situação anômala, pois a nota final verdadeira não foi 9,25 e sim 9,30 a favor de Alice, enquanto Astrogildo alcançou somente 9,15. Se conluio houve, portanto, deu-se na indicação dos membros da banca pelo Conselho Técnico e Administrativo da FFLC.

Mesmo sendo preterida ao cargo, a tese intitulada *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas no Mar das Antilhas, 1697-1755* lhe conferiu o título de livre-docente. Entretanto, o concurso para a cátedra de História da América deixou marcas profundas, conforme atesta a própria Alice Canabrava:

O concurso foi rumoroso e memorável. Jamais poderia esquecer a presença maciça dos meus alunos do curso de História da América, a juventude descomprometida e idealista que me apoiou sem reservas; recebi também o apoio de muitas colegas de trabalho, docentes na Faculdade. Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíam em base do critério para a indicação ao cargo de professor catedrático, segundo o regulamento vigente. Esta se decidia com a votação pelos membros da banca. Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses. Verificando-se o embate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou em favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado (Canabrava *apud* Blay; Lang, 2004, p. 102).

Apesar das atitudes misóginas expostas, segundo Alice Canabrava, “por coincidência muito feliz”, organizava-se naquela época (1946) a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, para a qual [se transferiu] de imediato (Canabrava, *apud* Blay; Lang, 2004, p. 103). A acolhida na nova faculdade foi calorosa, que, “sem qualquer discriminação por sua condição feminina, marcou indelevelmente a memória de Alice”

(Arruda, 2011, p. 35). Não faltaram críticas aos antigos colegas da Faculdade de Filosofia, onde, segundo a própria Alice revela, “havia muitos ‘intelectualóides’ que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo, eram extremamente preconceituosos para com uma mulher” (Arruda, 2011, p. 35).

Ao chegar à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Canabrava tornou-se a primeira mulher a ocupar o posto de professora catedrática em 1951, com a tese intitulada *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, permanecendo nessa faculdade até sua aposentadoria em 1981.

A trajetória de Canabrava como pesquisadora e o caso ocorrido no concurso da USP pode ser interpretado como espécie de documento histórico indicador das condições vivenciadas pelas mulheres na história da Universidade de São Paulo e que oferece um modo de compreensão pelo qual as questões de gênero foram e possivelmente ainda são perpassadas.

Segundo Joan W. Scott, apesar da presença de mulheres na academia, elas sempre precisaram lidar com experiências de discriminação baseadas em diferenças de gênero (Scott, 1992, p. 69). Percebemos que o silenciamento acerca das produções intelectuais de mulheres podem se dar de variadas formas e que o veto à participação delas no quadro de instituições acadêmicas é uma delas.

SOBRE A TESE “O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1861-1875)”

A tese de cátedra *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* da historiadora Alice Piffer Canabrava foi defendida em 1951 e obteve sua primeira edição publicada nesse mesmo ano pela Indústria Gráfica Siqueira. Em 2011 a obra foi relançada, uma vez que viria marcar uma data importante, pois se estivesse viva, a autora estaria completando 100 anos.

A edição comemorativa de 2011 apresenta possibilidades instigantes de reflexão, não apenas da tese, mas também da trajetória de Alice Canabrava na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. José Jobson de Andrade Arruda expôs os caminhos trilhados pela historiadora quando da pesquisa e escrita, destacando as circunstâncias e a complexidade cultural na qual estava inserida:

Se a história se refere, primordialmente, às ações e/ou práticas humanas concretas, ao realmente vivido e, em segunda instância, às interpretações feitas pelos historiadores, cabe à historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou, em termos correntes, sobre as obras históricas. [...] Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento. Em decorrência, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade (Arruda, 1999, p. 11).

Arruda insere a historiadora nos processos de transformação e modernização de São Paulo quando observa que:

É a sensibilidade aguda para a necessidade ingente do presente transformada em projeto de futuro que transporta Alice de volta ao passado

recente, não muito distante, cujos ruídos ressoavam nitidamente na memória de quem bem viveu a experiência da faina rural em comunidades médias e minúsculas do interior paulista. Aqui, entrelaçam-se os tempos, temporalidades se mesclam e fazem-na encontrar o objeto que os emblematiza, o crescimento vertiginoso da cultura algodoeira que expressava nossa tradição histórica: ascensão, auge e decadência. Decadência transmutada em novo renascer, pois as herbáceas disseminadas deitaram raízes, hibernaram à espreita do novo ciclo industrial (Arruda, 2011, p. 10).

Com relação à tese, as fontes utilizadas por Alice Canabrava são bastante variadas. Como pode ser constatado, ela lançou mão de uma grande quantidade de jornais, tais como: *Diário de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, além de outros que circularam pelo interior como o *Ypanema de Sorocaba*. As circulares e relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas às Câmaras Municipais, as cartas como as de Jean Jaques Aubertin, notável incentivador da cultura do algodão em São Paulo, também fazem parte do rol de fontes utilizadas por ela.

Logo no prefácio a autora menciona a utilização da imprensa para compor seus trabalhos de modo a justificar o uso de jornais como fonte de pesquisa:

Mas é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos dá a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representando tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal (Canabrava, 2011, p. 72).

Apesar dos jornais constituírem documento privilegiado para conhecer “o clima psicológico” da capital, é importante lembrar, conforme análise de Tânia de Luca, que o trabalho com a imprensa periódica:

não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve[r] a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e [delinear] uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica rigorosamente inseridos na crítica competente (Luca, 2003, p. 141).

Essas discussões são importantes pois um periódico privilegiado por Alice Canabrava havia sido o *Agricultor Paulista*. Esse periódico, de responsabilidade do fazendeiro de Itu Carlos Ilidro da Silva, fornecia informações relevantes sobre o cultivo do algodão na Província. Sobre o assunto, José Jobson Arruda tece algumas críticas que, segundo ele, revelam certo traço conservador do perfil de Canabrava:

Um dos traços fundamentais da nova metodologia é a postura crítica face aos documentos, tidos como ponto de partida e não de chegada da história. O documento entendido como aparência e não como essência na operação empreendida pelo historiador. Mas não é isto que faz Alice ao destacar a história particular do fazendeiro Carlos Ilidro da Silva, que transformou sua propriedade de café em Itu numa fazenda modelo as custas do erário público, pois recebeu um empréstimo substancial de 15 contos de réis, sem

juros, pelo prazo de cinco anos, e que seriam reembolsados ao tesouro provincial em prestações anuais de três contos de réis. E mais, que a dívida poderia ser perdoada, convertida em prêmio, se o tomador se fizesse merecedor, por aplicar corretamente os ditos recursos no desenvolvimento de sua fazenda, cujas porteiras seriam franqueadas aos interessados para se inteirarem de suas inovações no campo da agricultura. Empréstimo tão oneroso aos cofres públicos que precisou ser repactuado face às dificuldades financeiras da província. Empreendedor notável, na visão de Alice para quem, “podemos considerá-lo, antes de tudo, um grande idealista” (Arruda, 2011, p. 57).

Segundo o historiador, o que se vê é a heroicização do “grande fazendeiro” Carlos Ilidro da Silva a saltar da caneta de Alice Canabrava quando da escrita da tese. A periodização compreende os anos entre 1861 e 1875. Neste caso, Alice Canabrava é pontual, uma vez que é em 1861 que se dá o início da Guerra de Secesão nos Estados Unidos da América, o que justificaria o abastecimento de algodão para a Europa, principalmente, para a Inglaterra; já o ano de 1875 marcaria o retorno da produção e das exportações à níveis anteriores aos da Guerra de Secesão. Segundo Arruda (2011, p. 54):

O evento primacial, a Guerra de Secesão, determina o *boom* algodoeiro. O fim do conflito, sua extinção. Trata-se de um encadeamento direto nos eventos na escala do tempo regidos pela noção de causa e consequência. A síntese que a própria Alice faz sobre o objeto de sua tese, a de que foi elaborada para “averiguar em que medida o algodão fora uma opção para o café, em função da Guerra de Secesão nos EUA”, não corresponde ao seu conteúdo, uma espécie de *wishful thinking* elaborado *a posteriori*.

Conforme apontado por Arruda (2011, p. 55), causas e consequências são expressões-chave da corrente historiográfica dita tradicional, combatida pelos adeptos da metodologia dos *annales*. Atualmente, a ideia de causa foi praticamente abolida pela historiografia, que se abre para um pluralismo interpretativo. Alice Canabrava se inseriu, de certa forma, nesse debate a partir da própria prática historiográfica em que “dialogou” com a vertente denominada positivista.

Seu pioneirismo nas pesquisas em História Econômica também é marcante. Seu arcabouço teórico, tanto em relação à utilização de fontes, quanto no diálogo com outras disciplinas, particularmente à geografia, é reconhecido. Maria Alice Rosa Ribeiro revela que o contato de Alice Canabrava com *annales* foi importante para compor sua tese. Indubitavelmente, “a matriz teórica e metodológica, a forma de se fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annals*” (Ribeiro, 1999, p. 15).

Outro elemento marcante nas obras de Alice Canabrava e que interliga sua produção aos *annales* é a importância concedida à Geografia nas análises históricas, onde “no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada” (Mello; Nozoe; Saes, 1985, p. 177). Para ela era impossível pensar a História sem uma reflexão apurada dos fatores geográficos, tanto que em seus depoimentos ela cita o geógrafo Lucien Febvre², claro que fortemente inspirada nas leituras exigidas para o curso de Geografia ministrado por Pierre Monbeig.

² Lucien Febvre, em trabalho publicado em 1935 sobre o Reno, menciona: “O Reno: existe na Europa, no mundo, um rio capaz de colocar à duas ciências vizinhas problemas tão diferentes; ou melhor, de mergulhar aqueles que devem resolvê-los, o geógrafo e o historiador, em atmosferas tão dessemelhantes?” (Febvre, 2000, p. 63).

Ainda que reconheçamos o elo entre a produção de Canabrava e dos *annales*, não pretendemos pensar a produção da autora como espécie de suplemento à essa vertente historiográfica. É preciso compreender e valorizar seu trabalho diante da complexidade de sua análise e não diante daquilo que a aproxima dos cânones acadêmicos historiográficos da época.

Conforme mencionado por Natalie Zamon Davis, a primeira geração dos *annales* era uma “confraria de irmãos franceses” composta exclusivamente por editores homens. “A principal exceção no grupo dos fundadores era Simone Vidal Bloch, esposa de Bloch, que atuava como secretária assistente e revisora de todos os seus manuscritos e cujo trabalho nunca foi reconhecido ou sequer mencionado pelo autor de *Apologia à História*” (Davis, 1988, p. 23 *apud* Oliveira, 2018, p. 125). É válido recordar também que apenas duas historiadoras tiveram seus trabalhos publicados pela revista dos *annales* entre os anos 1929-1944, a saber: Thérèse Sclafert e Lucie Varga, ambas sem visibilidade. (Oliveira, 2018, p. 125).

Ocultamentos e segregações sempre existiram, na historiografia e/ou fora dela. De todo modo, a tese *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* foi produzida como exigência para cátedra e, mesmo com eventuais atitudes, marcou consideravelmente as pesquisas em História Econômica no Brasil, bem como o pioneirismo dessa historiadora que se almeja dar a visibilidade que merece.

No decorrer do texto procuramos expor a trajetória acadêmica de Alice Piffer Canabrava, sem dúvidas, inspiradora. Vários fatores contribuíram para o ingresso dessa historiadora na Universidade de São Paulo, sobretudo, os conhecimentos teóricos e metodológicos acerca da História. Ainda assim, seu percurso é marcado por um espaço constituído de relações desiguais de poder no que se refere ao gênero.

Maria da Glória Oliveira (2018, p. 108) ao tecer reflexões sobre a história da historiografia, afirma não faltar evidências sobre a escassez e a pouca centralidade dos estudos sobre historiadoras. Esse caso poderia ser visto através da análise de obras de síntese que propõem balanços historiográficos, tais como a coletânea *Os historiadores*, organizada por Maurício Parada e que em seus quatro volumes de ensaios, trata de autores “clássicos” da historiografia não mencionando sequer uma autora mulher. Ainda de acordo com Oliveira, se fizéssemos um levantamento na revista *História da Historiografia*, perceberíamos um desequilíbrio de gênero. “Em seus 26 números, apenas 124 textos são assinados por mulheres, o que corresponde a 29% do total de 422 artigos e resenhas publicadas ao longo dos 10 anos de existência da revista (2008 a 2018).” Quando passamos a analisar os títulos e temas dos artigos das publicações, percebemos que apenas “cinco artigos contemplam estudos sobre a obra e a trajetória de autoras e/ou historiadoras, sendo predominantes os estudos em torno de nomes masculinos canônicos da historiografia geral” e brasileira (Oliveira, 2018, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de constituição da História enquanto disciplina acadêmica no século XIX, e também ao longo do século XX, as mulheres foram muitas vezes relegadas ao anonimato. Cabe a nós historiadoras e historiadores indagarmos hoje sobre os limites daquilo que Maria da Glória Oliveira denominou de “constatação resignada” em relação à cultura historiográfica brasileira, corroborando a ideia de que não havia mulheres historiadoras devido à condição feminina na sociedade patriarcal marcada pela falta de acesso à educação, à cultura letrada e à formação profissional. Assim:

Se, por um lado, o caráter excludente desse contexto não pode ser menosprezado, por outro, tampouco seria irrelevante lembrar que, no processo específico de disciplinarização do conhecimento histórico, o que era então reconhecido como “historiográfico” pressupunha uma circunscrição de gênero de escrita menos baseada em critérios vinculados a uma modalidade textual de contornos bem definidos e mais na autoridade daquele que a praticava, em grande parte, baseada no sexo, raça e classe social (Oliveira, 2010, p. 118).

É consenso atual entre historiadoras e historiadores que Canabrava adentrou em um mundo que, até então, não era considerado espaço para mulher e por conta disso, foi preterida academicamente e não obteve a visibilidade condigna. Levando isso em consideração, julgamos necessário tratar o “universo feminino” pelo ponto de vista das atividades intelectuais, para além de questões ligadas ao corpo, à maternidade e à sexualidade.

Em vista disso e buscando contribuir de alguma maneira para a superação dos esquecimentos e invisibilidades frente aos cânones dominantes na historiografia brasileira, apresentamos, ainda que brevemente, os fatos ocorridos no concurso da USP e partes de sua trajetória biográfica, de modo a destacar que, apesar de ser uma historiadora competente, foi preterida e sofreu as consequências por ser mulher.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José J. de A. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. 2.ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- ARRUDA, José J. de A. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.
- ARRUDA, José J. de A. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARZAGHI, Jandira F: Química. In: BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- BRESCIANI, Maria S. M. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. A. de F. (orgs.) **Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA/FAU/ANPUR, 1992. p. 11-26.
- CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. 2 ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- CANABRAVA, Alice P. **O Caminho percorrido**. Araraquara: ABPHE, set. 2003.
- CANABRAVA, Alice P: Historiadora. In: BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- CAPELATO, Maria H. R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera L. do A. Escola uspiana de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.
- FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LUCA, Tânia R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2003.p.111-153.
- MELLO, Zélia C. de; NOZOE, Nelson H.; SAES, Flávio M. de A. Três pesquisas pioneiras em História Econômica: as teses universitárias de Alice Canabrava. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.
- RIBEIRO, Maria A. R. As primeiras pesquisadoras brasileiras em História Econômica e a construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

- SAES, Flavio. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. **História Econômica & História de Empresas**, v. II, n. 2, p. 41-61, 1999.
- SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Beatriz Rodrigues. Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, RO, Brasil.

Cleyton Rodrigues dos Santos. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP. Professor Colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Guarapuava, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UNIR / Beatriz Rodrigues
Avenida Norte Sul, 7300, Nova Morada
CEP 76940-000 – Rolim de Moura - RO
Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo não está vinculado a projeto.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Coleta de dados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Análise de dados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Discussão dos resultados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Revisão e aprovação: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de novembro de 2023.

Aprovado em: 18 de janeiro de 2024.

Como citar: RODRIGUES, Beatriz; SANTOS, Cleyton R. dos. As mulheres na Universidade de São Paulo (USP): Alice Piffer Canabrava e a (in)visibilidade da mulher na historiografia brasileira. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 21-35, 2024.





HISTÓRIA ORAL E FERRAMENTAS DIGITAIS: NOVAS POSSIBILIDADES NO TRABALHO COM A ORALIDADE

Oral History and digital tools: new possibilities in working with orality

Pedro Henrique Victorasso^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8154-3378>
E-mail: ph.victorasso@unesp.br

Eduardo Romero de Oliveira^b

 <https://orcid.org/0000-0002-1287-4798>
E-mail: eduardo.romero@unesp.br

^{a,b} Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis,
Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade investigar o que avançou no debate sobre a história oral entre os anos 2000 e 2020 em produções acadêmicas (artigos) na base de dados Google Scholar relacionadas principalmente às questões metodológicas. Para tanto, entendemos que o uso de uma ferramenta de análise bibliométrica seria mais adequada para essa investigação, assim, optamos por realizar uma pesquisa a partir do software Harzing's Publish ou Perish, um programa que recupera e analisa citações acadêmicas. Por fim, buscamos compreender o quanto o uso da ferramenta digital Nvivo pode impactar no trabalho com fontes orais e se esse uso pode trazer novas questões para a pesquisa da história oral. Nesse sentido, refletimos sobre as potencialidades no uso de novas tecnologias como uma possibilidade de avançarmos o debate sobre as narrativas sociais a partir do passado.

PALAVRAS-CHAVE

História Oral. Software. Nvivo.

ABSTRACT

This paper aims to investigate what has advanced in the debate on the oral history between 2000 and 2020 in literary productions (scientific papers) in the Google Scholar database related mainly to methodological issues. Therefore, we believe that using a bibliometric analysis tool would be more suitable for this investigation. Therefore, we chose to conduct research using the program Harzing's Publish or Perish, a program that retrieves and analyzes academic citations. Finally, we seek to understand how the use of the digital tool Nvivo can impact the work with oral sources and if this can bring new questions to the research of oral history. Thus, we reflect on the potential of Digital Humanities as a possibility to advance the debate on social narratives from the past.

KEYWORDS

Oral History. Software. Nvivo.



Para a historiografia brasileira, falar sobre fontes orais não é, necessariamente, algo inédito, hoje em dia é quase um consenso entre os historiadores de que, pelo menos há duas décadas, a história oral encontra-se consolidada, tanto na academia quanto nas instituições. Contudo, nos interessa compreender se no período entre 2000 e 2020 os debates sobre a pesquisa a partir da oralidade estagnaram ou avançaram.

Primeiramente, é importante entender que a história oral percorreu um caminho para chegar ao estágio de maturidade acadêmica e institucional. De acordo com Philippe Joutard, com exceção da história africana que se constituiu a partir da oralidade, desde o século XVII, momento em que a História se estabeleceu científicamente, houve um olhar crítico quanto à tradição oral (Joutard, 2006, p. 43-44).

Posteriormente, o século XIX foi marcado pelo predomínio da história “positivista” e pela supervalorização do documento escrito. Sendo assim, Verena Alberti destaca que o trabalho de colher depoimentos estava relegado a segundo plano, pois os historiadores entendiam que o conteúdo era carregado de subjetividade, desta forma, apresentava “uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória” (Alberti, 2013, p. 25).

Assim, quando a fonte oral passou a ser mais utilizada a partir da segunda metade do século XX, a historiografia ocidental, carregada dessa herança da disciplina, ainda relutou em aceitá-la com o status de fonte histórica, sobretudo em países de forte tradição escrita. Nesse sentido, os historiadores que trabalhavam com a oralidade organizavam-se em grupos e instituições, fortalecendo assim, o debate sobre essa tipologia de fonte de pesquisa. Sobre esse contexto, Joutard (2006, p. 43-44) afirma que “os adeptos da história oral não raro ficam à margem da história acadêmica, constituindo grupos particulares com suas próprias instituições, sociedades, revistas e seminários”.

Segundo Joutard (2006, p. 44-45), a partir de meados do século XX podemos identificar duas correntes dedicadas à história oral, a primeira, mais próxima das ciências políticas, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos na década de 1950, voltada para as elites e os notáveis, a outra, mais antropológica, foi idealizada sobretudo entre historiadores italianos e ingleses em fins dos anos 1960, estava interessada nas consideradas “populações sem história”. Vale ressaltar que, esta segunda corrente avançou o debate sobre a história oral ao reconhecer como sujeitos históricos os iletrados, valorizar os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros e mulheres.

Mesmo com avanços supracitados, Ângela de Castro Gomes aponta que a rigidez e longa tradição da disciplina ainda prevaleciam e os depoimentos orais produzidos pelo pesquisador, devido a sua subjetividade ser mais perceptível, eram vistos como documentos pouco confiáveis. Além disso, a autora afirma que até meados dos anos 1970 havia uma forte desconfiança sob os historiadores que analisaram o “tempo presente” em seus trabalhos, pois, os acontecimentos recentes deviam “ficar a cargo dos cientistas sociais que não precisariam de distanciamento temporal para fazer suas análises” (Gomes, 2020, p. 182-183).

Assim como nos Estados Unidos e na Europa, na América Latina observou-se igualmente o desenvolvimento das duas correntes da história oral (história política e antropologia) apresentadas por Joutard anteriormente. Desta forma:

Em 1975 criou-se na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de história oral destinado a colher depoimentos dos líderes políticos desde 1920. Em Costa Rica, de 1976 a 1978, a Escola de Planejamento e Promoção Social da Unidade Nacional organizou o primeiro concurso nacional de autobiografias de camponeses (Joutard, 2006, p. 47).

Estes exemplos nos permitem entender que na América Latina a difusão da história oral também gerou um engajamento de grupos de pesquisadores que se empenharam em estruturar a metodologia, as técnicas de entrevista e os programas de história oral. Desta forma, Joutard (2006, p. 50-51) afirma que nos anos 1990 esse movimento latino-americano potencializou o debate ao valorizar a subjetividade, abordando temas como o mundo do trabalho, os fenômenos migratórios, a problemática dos gêneros e a construção das identidades.

A partir dos anos 1990, um número crescente de instituições produziu e conservou acervos de fontes orais, disponibilizando-os à consulta pública (Gomes, 2020, p. 7). Nesse contexto, o chamado “movimento da história oral”, ampliou-se consideravelmente tanto no Brasil como no exterior, e em abril de 1994 foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). No âmbito internacional, em 1996, foi fundada em Gotemburgo (Suécia) a International Oral History Association (Ioha) que contou com expressiva participação de pesquisadores brasileiros (Alberti, 2013, p. 28).

Embora a introdução da história oral no Brasil date dos anos 1970, somente no início dos anos 1990 ela experimentou uma expansão mais significativa, como a já citada criação da ABHO que avançou o debate em relação a questões metodológicas, tradição oral e etnicidade, instituições, elites e militares, gênero, trabalho e trabalhadores, e constituição de acervos (Amado; Ferreira, 2006, p. IX). Vale apontar que esta mesma associação é responsável pelos encontros nacionais e regionais que proporcionam uma constante troca de experiências e de reflexões entre os investigadores da área (Alberti, 2013, p. 14).

Logo, a história oral saiu de uma posição marginal na qual era questionada por seu valor como produtora de fontes, para após da década de 1990, ser reconhecida por diversas instituições de ensino e pesquisa, responsáveis por “uma situação de grande compartilhamento e reconhecimento entre historiadores e cientistas sociais, para ficar apenas na grande área de conhecimento das Ciências Humanas” (Gomes, 2020, p. 182). Amado e Ferreira (2006, p. XVIII) ainda destacam que esse reconhecimento levou a história oral a integrar currículos e experiências de muitas comunidades e grupos sociais.

Portanto, após anos de militância do movimento pela história oral, este encontrou uma estabilidade na década de 1990. Desta maneira, compreendemos que a fonte oral trouxe para o debate historiográfico temáticas importantes que resultaram em avanços significativos nas análises das narrativas sociais. Todavia, nosso questionamento se dá a partir daí, ou seja, o que avançou desde então (2000-2020) para o debate historiográfico?

Sendo assim, este texto tem por objetivo investigar os avanços no trabalho com a história oral no Brasil nas últimas décadas em produções acadêmicas (artigos) relacionadas principalmente às questões metodológicas. Vale ressaltar que, embora existam diferentes formas de publicação de trabalhos acadêmicos (anais, teses, dissertações, livros), nossa escolha por periódicos se deu pelo fato de revistas acadêmicas estabelecerem como critério a avaliação pelos pares, instituindo assim, um filtro mais rigoroso em relação a essas obras.

Para tanto, realizamos um balanço bibliográfico mostrando o que avançou na discussão e o que se estabilizou a partir da base de dados do *Google Scholar*. Os resultados dessa primeira etapa da investigação nos conduziram a pensarmos quais foram os avanços e quais são os desafios relacionados às técnicas de entrevistas nas últimas décadas.

Tendo em vista que no recorte temporal proposto para a nossa investigação houve uma acelerada evolução das tecnologias da informação e da comunicação, cabe-nos em um segundo momento discutir o quanto o uso de ferramentas digitais pode impactar no trabalho com a oralidade e se esse uso pode mudar a natureza da história oral.

Por último, na terceira seção, iremos refletir sobre as potencialidades do uso do software Nvivo para análise de fontes orais como forma de avançarmos o debate sobre as narrativas sociais sobre o passado.

QUAIS FORAM OS AVANÇOS RECENTES NA HISTÓRIA ORAL?

Para responder essa questão, entendemos que o uso de uma ferramenta de análise bibliométrica seria mais adequada para essa investigação, pois, de acordo com Antonio Brasil Jr. e Lucas Carvalho essas categorias de ferramentas “foram criadas para as chamadas *hard sciences*, nas quais o artigo científico é o principal produto da atividade científica” (Brasil Jr.; Carvalho, 2020, p. 157).

Sendo assim, optamos por realizar uma pesquisa bibliométrica a partir do programa *Harzing's Publish ou Perish*, um software que recupera e analisa citações acadêmicas. Ele usa uma variedade de fontes de dados para obter as citações brutas, analisa-as e apresenta uma variedade de métricas de citação, incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice h (Harzing, 2021). Entre as opções de filtros disponíveis, escolhemos buscar trabalhos publicados entre 2000 e 2020. Em determinadas buscas, adicionamos o filtro de palavras-chave ou o nome do autor e a obra específica. Após os procedimentos citados, os resultados disponíveis na tela foram salvos em formato csv., o que possibilitou abrir o arquivo através do *Microsoft Excel* para gerarmos as tabelas que possibilitaram a análise a seguir.

Desta forma, na primeira busca realizada com a palavra-chave “história oral”¹ em trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2020 (tabela 1) mantivemos todos os tipos de publicações para entendermos de forma geral o que mais tem sido citado no assunto.

Tabela 1 – “História oral” entre 2000 e 2020

Citações	Autor	Título	Ano
2710	V Alberti	Manual de história oral	2018
1209	V Alberti	Ouvir contar: textos em história oral	2004
1205	JA; M de Moraes Ferreira	Usos e abusos da história oral	2015
953	LAN Delgado	História oral-memória, tempo, identidades	2017
593	SM de Freitas	História oral: possibilidades e procedimentos	2006
354	MM Ferreira	História, tempo presente e história oral	2002
343	A Portelli	Ensaios de história oral	2010
284	A Portelli, DR Fenelon	História oral como gênero	2001
240	MM Ferreira, TM Fernandes, V Alberti	História oral: desafios para o século XXI	2000
208	LAN Delgado	História oral e narrativa: tempo, memória e identidades	2003

Fonte: Levantamento realizado pelo autor no *Google Scholar*.

Na tabela 1 podemos observar que entre as dez obras mais citadas nas duas últimas décadas destacam-se os manuais de história oral, bibliografia reconhecida por seu sucesso editorial. Nesta listagem, os artigos publicados em periódicos mais citados (em números menos expressivos) são dos autores Marieta Moraes Ferreira e Alessandro Portelli, no qual, ambos se debruçam sobre questões ligadas à História e Memória.

¹ Na pesquisa com a palavra-chave “oralidade” os resultados apontam para obras com diferentes enfoques que não tem uma relação direta com a história oral.

De acordo com Alberti, os manuais têm como finalidade ensinar “como fazer” algo, ou seja, apresentam possibilidades de procedimentos para aplicações práticas. “Nesse sentido, ele tem um valor eminentemente instrumental, como uma obra de referência, que auxilia, orienta, mas está situada em um espaço adjacente àquele em que se desenvolve o trabalho propriamente dito” (Alberti, 2013, p. 23). Assim, um primeiro indicativo nos mostra que entre os anos 2000 e 2020 um número considerável de autores se apropriaram do termo “história oral”, sobretudo, para citarem questões ligadas à metodologia, ou seja, sobre como realizar uma pesquisa a partir da oralidade.

A obra mais citada, *Manual de História Oral*, de Verena Alberti, foi produzida para auxiliar pesquisadores e estudiosos das diversas áreas das ciências humanas sobre os procedimentos da história oral. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1990 e em 2021 teve sua 3^a reimpressão da 3^a edição revista e atualizada. A autora destaca que este trabalho é resultado das práticas da equipe do Programa de História Oral do CPDOC, assim como da constante troca de experiências e conhecimento nos encontros da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da Associação Internacional de História Oral (Ioha), entre outros (Alberti, 2013, p. 12).

Vale ressaltar que os diversos manuais de história oral publicados nas últimas décadas, em sua maioria por pesquisadores ligados ao CPDOC, têm sua finalidade delimitada e importância reconhecida, principalmente quanto à metodologia e sua instrumentalização.

Essas obras continuam sendo um sucesso editorial e têm se atualizado frente a questões contemporâneas; porém, buscamos compreender quais foram os avanços nas análises das narrativas sociais e quais foram os usos e apropriações dos manuais de história oral. Quem leu e se apropriou dos manuais produzidos pelos pesquisadores no contexto de difusão da história oral? Essas obras foram criticadas e revistas ou se estagnaram como manuais? Ao instrumentalizar as técnicas de entrevistas, houve avanços?

Almejando tais respostas, realizamos um levantamento sobre os artigos acadêmicos mais citados que utilizam o *Manual de História Oral* da autora Verena Alberti, que de acordo com nosso levantamento na base do *Google Scholar* foi a referência mais utilizada entre os anos 2000 e 2020. Como podemos verificar na tabela 2, nas duas últimas décadas, essa obra foi usada por pesquisadores de áreas variadas, entre elas: administração, educação, saúde, psicologia e turismo.

Tabela 2 – Artigos acadêmicos mais citados que utilizam o Manual de História Oral de Verena Alberti

Citações	Autor	Título	Ano	Revista
111	AP Carrieri, EM Souza, ARC Aguiar	Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais	2014	Revista de Administração
73	V Alberti	De "versão" a "narrativa" no Manual de história oral	2012	História oral
64	RCB Varela, FC Oliver	A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência	2013	Ciência & Saúde Coletiva
38	MGF Reis, DMP Camargo	Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH	2008	Psicologia escolar e educacional
32	SMP Alves, MCR Coelho, LH Borges	A flexibilização das relações de trabalho na saúde: a realidade de um Hospital Universitário Federal	2015	Ciência & Saúde
29	VL Fonseca	A capoeira contemporânea: antigas questões, novos desafios	2008	Recorde: Revista de História do Esporte

29	RF de Freitas Mussi, LMPT Mussi	Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades	2019	Revista Sustinere
28	SG Feuerschütte, CK Godoi	Competências de empreendedores hoteleiros: um estudo a partir da metodologia da história oral	2008	Turismo-Visão e Ação
28	H Santos, P Oliveira, P Susin	Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas	2014	Civitas-Revista de Ciências Sociais
28	OF Gomes, TR Gomide, MÂN Gomes, DC Araujo	Sentidos e implicações da gestão universitária para os gestores universitários	2013	Revista GUAL

Fonte: Levantamento realizado pelo autor no *Google Scholar*.

Chama atenção, contudo, que entre os dez trabalhos mais citados que utilizaram o manual supracitado, apenas um artigo foi produzido por uma historiadora, a própria Alberti, no qual a autora apresenta uma prévia do que viria a ser a 3^a edição revista e atualizada do Manual de História Oral, publicada em 2013. O número pouco expressivo de publicações na área de humanidade pode-se explicar pelo fato de que no Brasil, as Ciências Humanas têm uma predileção de comunicação de pesquisas e auto-observação a partir do livro (Brasil Jr.; Carvalho, 2020).

Em nosso levantamento, compreendemos que, nas duas últimas décadas, as técnicas da história oral alcançaram novas áreas, assim como têm contemplado novos objetos (vide tabela 2), como esporte, sexualidade, etnia, etc., temas que também são investigados por meio da oralidade nos estudos históricos. Esses se inserem num panorama mais amplo de estudos historiográficos que adotam a metodologia da história oral, tais como Ditadura Militar, movimento estudantil, movimento negro e racismo, os migrantes nordestinos, refugiados no Brasil, história das doenças, gênero (Gomes, 2020).

Nesse sentido, notamos que a história oral, enquanto técnica, passou a ser mais utilizada nas últimas décadas, principalmente porque ela responde melhor às fontes de temáticas do tempo presente. Também é evidente que entre os anos de 2000 e 2020 novos objetos passaram a ser estudados, porém, a partir dos resultados de nossa pesquisa bibliométrica (tabela 2), entendemos que os estudos a partir da oralidade não avançaram no debate sobre as narrativas sociais sobre o passado.

Vale ressaltar que, de acordo com nosso levantamento (tabela 2), apesar da abertura para novos objetos, dentro dos estudos históricos, a história oral não apresentou avanços que mudaram a natureza do debate estabelecido na década de 1990. Entre os dez trabalhos mais citados que utilizaram o Manual de História Oral de Verena Alberti, não houve revisão ou crítica acerca da metodologia proposta, ou seja, essa obra foi única e exclusivamente utilizada como orientação sobre as técnicas para a realização de entrevistas.

Tendo em vista que nossa investigação apresentou como principais resultados os aspectos ligados à metodologia da história oral, cabe então pensarmos quais foram os avanços nas técnicas de entrevistas frente às transformações tecnológicas das últimas décadas. Posto isto, Aberti (2013), uma das principais referências nos estudos em história oral no Brasil apresenta no prefácio da 3^a edição do Manual de História Oral um balanço sobre os avanços da história oral nesses vinte e três anos desde a 1^a edição, publicada em 1990. A autora destaca que:

[...] as principais mudanças continuam dizendo respeito à tecnologia de gravação e preservação das entrevistas, assunto que vem se tornando cada vez mais espinhoso e difícil de acompanhar sem a estreita parceria com

profissionais das áreas de arquivo e tecnologia da informação e comunicação (TIC) (Alberti, 2013, p. 11).

Portanto, seguindo as reflexões da área, que destacam as importantes mudanças nas técnicas de gravação e preservação das entrevistas diante dos avanços tecnológicos e a necessidade de parceria com profissionais das áreas de arquivo e tecnologia da informação e comunicação (TIC), percebemos que podemos almejar avanços metodológicos na história oral, principalmente relacionados à análise qualitativa, ao utilizarmos ferramentas digitais nas pesquisas, assunto ainda caro aos historiadores.

OS HISTORIADORES FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS DE PESQUISA

Quando pensamos em TICs necessariamente associamos ao uso de tecnologias, porém, a utilização destas, associadas aos estudos das Ciências Humanas, trazem hoje uma discussão mais complexa, pois entramos no campo das humanidades digitais.

Desde 2004, quando o termo “humanidades digitais” foi discutido pela primeira vez, várias foram as tentativas de chegar a um consenso sobre sua definição, porém, muitas incertezas e questionamentos persistem atualmente. “Mais do que isso, parecem ter se tornado mais frequentes e problemáticas com o tempo” (Feitler; Ferla; Lima, 2020, p. 113).

Para Maria Ferreira dos Santos, as humanidades digitais aplicadas à História possibilitam novas formas de obter e transmitir conhecimento histórico, mas também desafiam o processo tradicional desta disciplina, proporcionando uma “visão mais globalizante do passado, através de uma maior exploração dos dados e contexto por diferentes utilizadores, e uma interpretação de dados históricos num contexto digital que permite cruzar os dados de uma forma mais abrangente” (Santos, 2020, p. 1).

Embora a “classificação e sistematização de arquivos digitais, criação e utilização de software de análise textual, web semântica”(Brasil Jr.; Carvalho, 2020, p. 150), sejam questões discutidas no interior das humanidades digitais, entre os estudiosos há uma compreensão de que as tecnologias digitais proporcionam novas formas de interpretação dos documentos históricos, que extrapolam os métodos tradicionais, que se desenvolvem “sobretudo na habilidade interpretativa de cada pesquisador e seu treinamento na leitura cerrada de cada documento” (Brasil Jr.; Carvalho, 2020, p. 150). Os autores apontam que uma integração entre as novas tecnologias informacionais e a análise hermenêutica potencializam as análises tanto quantitativas quanto qualitativas.

Mesmo diante de interessantes possibilidades, Daniel Alves (2016) afirma que esta é uma área em desenvolvimento, na qual os investigadores pertencentes a áreas distintas que normalmente pouco comunicam entre si se veem parte de uma “comunidade de práticas”. Essa falta de comunicação entre as diferentes áreas apontada por Alves é evidente na área da História, pois a partir dos diálogos entre os historiadores e os pesquisadores das humanidades digitais, desde a década de 1990, propiciou-se o florescimento da História Digital na Europa e nos Estados Unidos, entendida como uma espécie de “sucessora” das *digital humanities*.

Essa discussão chega ao Brasil apenas em 2014, através da historiadora Anita Lucchesi, que em sua dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro apresenta um estudo sobre o debate e a formação da “história/historiografia digital”, no qual a autora define como novas possibilidades de escrita da história, inscrita no ciberespaço, escrita digitalmente e é divulgada na rede (Lucchesi, 2022).

Pedro Telles da Silveira (2021) e Lucchesi (2022) concordam que a História Digital ainda busca definições, problema que deriva de sua pluralidade, no entanto, ambos

entendem ser necessário a Academia se aproximar do mundo digital, pois as transformações tecnológicas causam impactos para além do surgimento de um conceito, campo, método ou disciplina.

De fato, o debate sobre a História Digital tem gerado discussões importantes nos espaços acadêmicos brasileiros, como por exemplo a publicação do Dossiê "História global e digital: novos horizontes para a investigação histórica" na Revista Esboços do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Os artigos publicados demonstram as preocupações e os problemas mais amplos na relação entre a historiografia e as tecnologias digitais (Lucchesi; Silveira; Nicodemo, 2020).

Diante do exposto, compreendemos que a relação entre os pesquisadores e as tecnologias digitais são inevitáveis. Prova disso são as discussões brevemente apresentadas neste texto, tanto nas Ciências Humanas quanto de forma específica na História. É fato que pesquisadores brasileiros têm gerado reflexões relevantes sobre Humanidades Digitais e História Digital, entretanto, entendemos destes serem debates de maior complexidade que fogem do nosso objetivo inicial. Porém, muito nos interessa um ponto de intersecção entre as humanidades digitais e a historiografia digital, o uso de ferramentas digitais no ofício dos historiadores. Dito isso, é importante destacar que usar apenas um *software* relacionado ao objeto de estudo não quer dizer que se tenha feito humanidades digitais (Rollo, 2020).

É inegável que o uso de programas facilita o trabalho do pesquisador, que pode analisar uma grande quantidade de dados, mas isso seria o suficiente para avançar no debate historiográfico sobre a história oral? Será que apenas o uso de ferramentas digitais poderia mudar a natureza do trabalho com a oralidade?

Autores como Juán Bresciano (2015) e Serge Noiret (2015) argumentam que, hoje em dia, são necessárias novas metodologias e formas de interpretações, tendo em vista que as fontes atuais estão digitais, assim como parte da vida social e da produção cultural.

Sendo assim, entendemos que existem possibilidades de avanços ao relacionarmos os desafios aqui já expostos sobre a história oral com o uso de novas tecnologias, por exemplo, combinando o trabalho que utiliza a oralidade como fonte documental com softwares que potencializam a interpretação de dados, como o Nvivo², uma das ferramentas digitais mais utilizadas para análises qualitativas de entrevistas no mundo.

OS USOS DO SOFTWARE NVIVO EM PESQUISAS BRASILEIRAS

De acordo com Valesca Ames, as ferramentas informacionais de análise qualitativa, definidas pelo uso do termo CAQDAS (*Computer-aided qualitative data analysis software*), “desenvolveram-se em meados da década de 1980, através do trabalho conjunto realizado por cientistas sociais e especialistas em computação com o objetivo de auxiliar no trabalho de análise de dados não numéricos e não estruturados” (Ames, 2013, p. 231). A autora destaca o Nvivo como um dos softwares mais utilizados pelos cientistas sociais no Brasil, pois ele permite “a organização do material, a codificação do mesmo através de categorias pensadas durante o desenvolvimento da pesquisa e a geração de cruzamento entre categorias” (Ames, 2013, p. 231). Ou seja, essa ferramenta passa a ser muito útil principalmente em pesquisas qualitativas com grande volume de dados a serem analisados, agilizando e facilitando a análise do material de pesquisa.

Entretanto, quando pesquisamos publicações relacionadas ao Nvivo na base do Scielo, filtrando apenas publicações no Brasil em português, percebemos que de fato esse

² Software que foi desenvolvido na Universidade de La Trobe, na Austrália, e é propriedade da empresa QSR Internacional (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020, p. 952).

software é bastante utilizado por pesquisadores brasileiros, mas vale destacar que quando analisamos os números em relação a *Scielo Áreas Temáticas* há um predomínio de artigos das Ciências da Saúde, no total de sessenta e dois, seguido pela área da Ciências Humanas com apenas vinte trabalhos. Ao refinarmos essa busca, quando ponderarmos o *WoS Áreas Temáticas*, identificamos que a Enfermagem conta com trinta e quatro publicações, já a Sociologia apresenta apenas seis artigos, enquanto na História não consta nenhum. Esses resultados apresentam dados para uma reflexão sobre a relação entre as Ciências Humanas e o uso de ferramentas digitais.

Assim, é notável que pesquisadores brasileiros de outras áreas do conhecimento como a Saúde e Educação utilizam programas para o trabalho com a oralidade há algumas décadas; entretanto, percebemos que entre os historiadores brasileiros não é comum utilizar-se softwares em conjunto com a história oral.

Entre os artigos publicados em revistas acadêmicas brasileiras, cujo autores utilizaram de alguma maneira o software *Nvivo* em trabalhos com a oralidade, percebemos que uma parcela considerável utilizou esse programa para auxiliar na sistematização de dados e na análise das entrevistas, porém, ressaltamos que nesse levantamento bibliográfico não tivemos nenhum resultado da área da História. Então, reforçamos a hipótese de que essa ferramenta tem sido muito utilizada no trabalho com as fontes orais em diversas áreas do conhecimento e pode ser muito útil para os historiadores. Desta forma, nos textos que discutiremos a seguir, nos atentamos principalmente às questões metodológicas a fim de refletir sobre as possibilidades que o uso de uma ferramenta digital pode trazer para possíveis avanços da história oral.

Desta forma, Maria Campos Lage (2011), da área de Ciências Sociais Aplicadas, contribui para o debate ao apresentar em seu trabalho uma análise da utilização do *Nvivo* em pesquisas qualitativas relacionadas ao Ensino a Distância (EaD). Lage destaca que um dos recursos mais úteis para a análise dos dados foi a geração de gráficos, pois possibilitou uma avaliação visual do resultado das codificações. “O *Nvivo* possui algumas opções de formatação, em duas e três dimensões, permitindo realizar diferentes cruzamentos de dados” (Lage, 2011, p. 213). Então, essa ferramenta potencializa o trabalho do pesquisador, porém, a autora defende que o uso do software em si não altera qualidade da pesquisa, o sucesso da análise está muito atrelado à qualidade dos dados e à “adequação dos procedimentos metodológicos ao problema a ser investigado, além da experiência do pesquisador” (Lage, 2011, p. 224).

Em 2016, os autores Maykon dos Santos Marinho (enfermagem) e Luciana Araújo dos Reis (fisioterapia), ambos da área da Saúde, apresentaram um artigo com os resultados de sua pesquisa sobre gerontologia. A partir de entrevistas, eles buscaram analisar as memórias e compreender as identidades dos idosos longevos. De acordo com Marinho e Reis (2016), devido a grande quantidade de informações obtidas nas entrevistas, foi necessário o uso de uma ferramenta computacional, o *Nvivo*. Dentre os recursos disponíveis, eles destacaram a técnica da “nuvem de palavras”:

Essa técnica pode ser compreendida como uma forma de visualização de dados linguísticos, que mostra a frequência com que as palavras aparecem em um dado contexto. As palavras aparecem com tamanhos e fontes de letras diferenciadas de acordo com as ocorrências daquelas no texto analisado. O conjunto dessas palavras gera uma imagem e aquela que tem maior frequência aparece no centro da imagem, e as demais, em seu entorno, de modo decrescente (Marinho; Reis, 2016, p. 247-248).

Os autores destacam que em posse da nuvem de palavras e dos dados codificados, iniciou-se uma última etapa do tratamento dos dados, no qual eles articularam o material empírico e o referencial teórico para potencializar os resultados de análise (Marinho; Reis, 2016).

As autoras Danielle de Andrade, Elisabeth Schmidt e Fabiana Montiel (2020) da área de Educação Física, discorrem sobre o uso do *Nvivo* como ferramenta auxiliar no processo de organização e sistematização das informações durante o percurso metodológico da Análise Textual Discursiva. Elas destacam os recursos que possibilitam ao pesquisador criar matrizes de codificação, gráficos, análise de cluster, diagrama de comparação, “assim como permite a classificação de casos e criação de conjuntos, entre outras ferramentas disponíveis no software” (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020, p. 967).

O *Nvivo* ainda possibilita a consulta de frequência de palavras, a busca de termos em texto, relacionamento dos materiais disponíveis no projeto, representação de gráficos e diagramas, assim como a exportação de documentos, como por exemplo, um nó criado, as codificações e as anotações realizadas, além da exportação de imagens geradas a partir de outros recursos (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020, p. 952).

Para Andrade, Schmidt e Montiel, outro ponto favorável para o uso deste programa é a disponibilidade no idioma da língua portuguesa. Elas também destacam que o layout é muito próximo aos encontrados nos sistemas operacionais para computadores que habitualmente utilizamos. Por outro lado, elas entendem como desvantagens o custo para a aquisição do software e a escassa produção de materiais e tutoriais sobre a utilização do software (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020).

Embora o *Nvivo* ofereça muitos recursos para quem trabalha com entrevistas, as autoras reforçam que o programa não substitui o papel do pesquisador, pois exige uma organização do material em eixos temáticos ou outras formas de categorização, assim como continua sendo necessário uma leitura analítica acerca das informações. O fato é que o uso dessa ferramenta potencializa os resultados através do aumento do alcance e da profundidade da análise (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020). “Enfatizamos, mais uma vez, que o software, por si só, não realiza a análise, porém auxilia o/a pesquisador/a na organização dos seus materiais em um único espaço” (Andrade; Montiel; Schmidt, 2020, p. 968).

Também na área da Educação Física, o artigo dos autores Edvaldo Pedroza Júnior, Marcos Costa, Vilde Menezes, Henrique Kohl e Esdras Melo (2020) teve como objetivo discorrer sobre a história de vida de ex-jogadores profissionais de Pernambuco. Para tanto, investigaram sobre a formação acadêmica e a formação esportiva na vida desses esportistas. Deste modo, eles entrevistaram onze ex-atletas profissionais que atuaram em pelo menos um dos grandes clubes do estado, assim, escolheram como metodologia a História Oral de Vida (Costa *et al.*, 2020).

Os pesquisadores apontam que após alimentar a ferramenta digital com os dados coletados, eles descobriram núcleos de sentidos contidos na fala dos entrevistados, considerando, além da frequência de aparição de palavras, os significados contidos nas ideias apresentadas. Segundo eles, “depois de feita a exploração do material (codificação, classificação e categorização dos dados), fizemos alocações com trechos de entrevistas concedidos pelos participantes da pesquisa” (Costa *et al.*, 2020, p. 03-04). Em seguida, com a criação de um gráfico, no formato de nuvens de palavras, os autores puderam realizar uma análise mais aprofundada dos depoimentos.

Logo, nos trabalhos supracitados, foi notável que todos utilizaram como aporte metodológico os manuais de história oral produzidos por historiadores já consagrados. Assim sendo, esses artigos de diferentes áreas do conhecimento apresentaram resultados de pesquisa a partir da apropriação das técnicas de entrevista e análise de acordo com suas áreas. Embora todos tenham utilizado as técnicas da história oral, não era o objetivo de nenhum destes autores aprofundar a discussão sobre essa metodologia.

Embora tenha sido recorrente a afirmação de que o *software* em si não substitui o trabalho do pesquisador, é inegável que o uso de uma ferramenta digital altera a forma de realizar a pesquisa, possibilitando tanto avanços quantitativos quanto qualitativos.

Nessa discussão, a partir de estudos que utilizaram o *Nvivo*, não localizamos artigos que trataram especificamente da história oral ou de narrativas memoriais. Ainda que os textos discutidos em nosso levantamento tenham conciliado o trabalho com a oralidade e o uso deste *software*, a ampla maioria não é de pesquisadores das Ciências Humanas. Assim, podemos constatar que as áreas das humanidades que trabalham com a oralidade têm uma baixa aceitação do uso de tecnologias digitais em suas análises. Desta forma, o estudioso da enfermagem, por exemplo, usa a ferramenta digital para facilitar a técnica; então, por que o historiador que trabalha com a história oral não utiliza essas ferramentas? Uma possível justificativa seria que os trabalhos que utilizam depoimentos orais como fontes podem, por vezes, se limitar a um número pequeno de entrevistados.

De fato, quanto maior o número de depoentes, maior a quantidade de dados produzidos para análise e, se feita manualmente, torna-se inviável. Nesse caso, uma das vantagens do uso de softwares é a possibilidade de sistematizar um número bem mais amplo de dados, possibilitando pesquisas mais aprofundadas que busquem entender como o discurso da memória é produzido. Vale destacar que, além dessas funções apresentadas anteriormente, o *Nvivo* e diversas ferramentas proporcionam a automatização da transcrição de entrevistas, o que significa outro considerável ganho de tempo.

O NVIVO APLICADO À HISTÓRIA ORAL: UM RELEITURA METODOLÓGICA

Colocamos em questão o pressuposto de que o uso do *software* não se justifica porque os historiadores não utilizam uma grande quantidade de depoimentos. Para refutar esse argumento equivocado, realizamos um teste com a ferramenta *Nvivo*, utilizando as transcrições de entrevistas realizadas para nossa dissertação de mestrado (Autor 1, 2015) – que originalmente não contou com o uso de um *software* de análise. Essa pesquisa de mestrado abordou a folia de Reis, folguedo com características do sagrado e do profano, um dos festejos religiosos mais populares no estado de São Paulo. Vale destacar que o texto atual não tem como objetivo discutir a temática das festas, mas abordar a metodologia da história oral. Nesse sentido, desenvolvemos uma releitura a partir dos aspectos metodológicos da dissertação, ou seja, uma revisão dos nossos dados através do uso de uma ferramenta digital.

No decorrer do trabalho supracitado, foram investigadas a trajetória, as variações e permanências nas práticas e representações da Companhia de Reis Fernandes, do município de Olímpia, durante o período de transição das atividades do espaço da zona rural para a zona urbana, entre os anos de 1964 a 2014.

A partir da análise dos documentos, sobretudo as fontes orais, concluímos que essa prática cultural ocorre num município, cuja administração pública, desde a década de 1960 tem se preocupado com a preservação de grupos folclóricos. Consequentemente, foram criadas instituições que forneciam incentivos financeiros com verbas públicas e privadas,

em contrapartida, esses grupos locais participavam de um evento anual, o Festival do Folclore de Olímpia (Victorasso, 2015).

Para os foliões da Companhia estudada, apresentar-se no Festival não tem o mesmo significado do giro realizado durante o ciclo natalino, mas há benefícios financeiros - permite troca de vestimentas e reformas nos instrumentos - e religiosos - execução da festa da Chegada da Bandeira, após o dia do Reis. Embora nem todos os foliões do grupo abordado façam parte da família Fernandes, os familiares foram os principais responsáveis pela continuidade do grupo. Dentre as conclusões principais, destacamos duas. Primeiramente, esta manifestação está inserida no denominado catolicismo tradicional brasileiro que tem como principal característica as raízes vinculadas ao espaço rural do município, que não depende de um membro oficial da Igreja. Por segundo, vale apontar o aspecto familiar presente nessa religiosidade, pois esse tipo de devoção é transmitida de pai para filho, de geração para geração.

Nos parágrafos anteriores foram apresentados alguns resultados de nossa dissertação de mestrado, os quais foram constatados a partir da metodologia da história oral, no entanto, uma análise desenvolvida em sua forma tradicional. Todavia, em nosso teste, realizamos uma releitura dos depoimentos utilizados anteriormente, chegando então a dados adicionais à pesquisa anterior e a novas interpretações do conteúdo.

De acordo com a experiência realizada, mesmo quando trabalhamos com poucas entrevistas, o uso de um software de análise de dados pode ampliar o poder de análise. Assim como apontado na bibliografia de referência, o uso do software Nvivo se mostrou bastante intuitivo e suas diversas funções abrem um leque de possibilidades para a organização e sistematização dos dados coletados ao longo da pesquisa. Após importar as transcrições das entrevistas criamos sete códigos com títulos relacionados a alguns temas que buscamos aprofundar a leitura - "Festival de Folclore"; "Jornada o Giro"; "Origens"; "Poder público"; "Religião"; "Perspectivas"; "Estrutura do festejo" (que teve um subitem "Palhaço ou Fardado"). A partir da leitura das entrevistas foi possível inserir trechos específicos em seus respectivos códigos, assim como a criação de novos códigos e subcategorias. Esses códigos são categorias de análises que observamos em nossos documentos e podem ser cruzados com outros dados de acordo com as escolhas do pesquisador.

Vale apontar que, além de importar e codificar os dados, atividades que desenvolvemos em nosso teste, também pode-se criar casos, notas (memos e anotações), gerar classificação de arquivos por atributos (idade, gênero, emprego), sendo assim, quanto mais dados e classificações forem criadas, mais variada é a gama de opções de cruzamentos e visualizações possíveis. Com os dados sistematizados, cabe ao pesquisador escolher quais os tipos de consultas que serão realizadas, que poderão ser visualizadas em gráficos, mapas mentais e diagramas de cluster. Todas as buscas podem ser executadas apenas uma vez ou também serem salvas no projeto para visualizações posteriores.

O software conta com um assistente de consultas que nos permite optar por procurar onde os termos, isolados ou combinados, ocorrem no conteúdo. Em nosso teste, analisamos apenas nove entrevistas e, embora seja uma quantidade pequena de entrevistados, foi gerado um volume denso de dados, com cerca de uma centena de páginas.

Primeiramente, optamos por buscar a palavra “família” nessa massa documental e em questão de segundos obtivemos informações de quantas vezes isso foi citado pelos depoentes e qual a percentagem de cobertura desse termo na fala de cada pessoa. Vale apontar que em nossa pesquisa original foi apontado que a família era um dos fatores que mais contribuíram para a manutenção desse grupo, no entanto, é interessante que no

resultado de nossa busca os dois principais líderes desta companhia foram os que menos falaram sobre família, com 0,03% de cobertura sobre o tema, ambos ocuparam a função de mestre da Companhia de Reis, um destes, filho do patriarca que criou o grupo.

Em nossa pesquisa original o “folclore” foi visto como algo secundário para a continuidade desta folia de reis, porém, na fala do folião supracitado, filho do fundador da Companhia, este termo aparece com 0,24% de cobertura sobre o tema. Essa rápida busca nos traz a compreensão de que, embora para o grupo a folia seja uma herança de família e deve ser continuada em memória do patriarca, a figura principal, responsável por liderar a continuidade do grupo, dá uma grande importância para o folclore, tendo em vista que a existência de um Festival de Folclore no município em que eles atuam proporciona verbas que são de extrema relevância para a sobrevivência desse festejo.

Outra opção que testamos foi a busca por termos que aparecem com mais frequência em nosso corpo documental. Antes de realizar a pesquisa foi possível delimitar nos filtros a quantidade e o comprimento das palavras; neste caso, a escolha se deu pelas cem mais frequentes e com um mínimo de quatro letras. Nos filtros também é possível solicitar uma busca por palavras exatas ou termos da mesma origem. Por último, foi escolhido o local de consulta, que poderia ser delimitado a algum código específico ou em todos os arquivos. Decidimos pela última opção.

Após gerar o resultado, ainda foi necessário incluir algumas palavras na lista de impedidas, como as interjeições, por exemplo. Feito isso, realizamos uma nova busca que já excluía as palavras que consideramos indesejadas.

Como produto, tivemos uma contagem e um percentual ponderado e, de acordo com a interpretação do pesquisador, pode-se criar novos códigos e categorias de análise que podem ser visualizados de diferentes formas. Nossa primeira visualização foi no formato nuvem de palavras, a qual exportamos do Nvivo para o Word e apresentamos a seguir.

Nuvem de palavras – As palavras mais frequentes

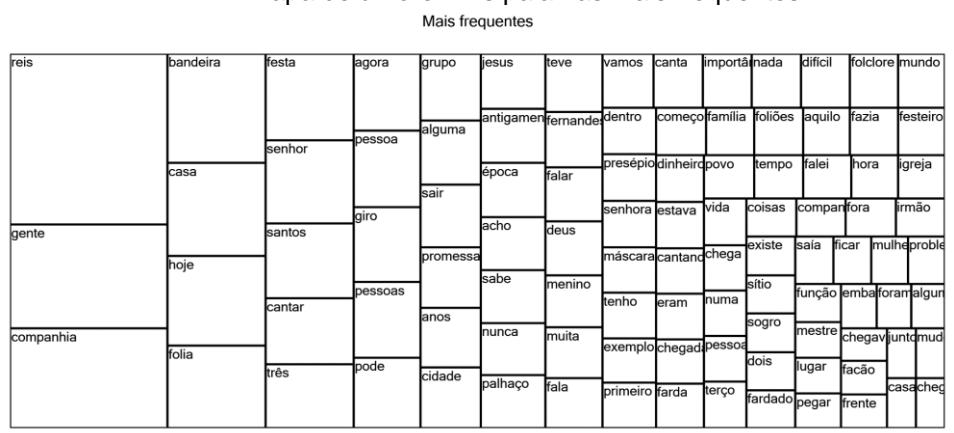


Fonte: Levantamento realizado pelo autor no Nvivo.

O mapa de palavras apresenta em fontes maiores e centralizados os termos mais recorrentes nas nove entrevistas. É inegável que a palavra "Reis", que faz referência aos santos que são cruciais para existência das folias, seja a mais citada, no entanto, podemos visualizar o quanto outros elementos como a "bandeira" e "Companhia" são importantes para essas pessoas, enquanto o folclore quase não tem destaque. Já o termo "família", que teve destaque na pesquisa original, nessa análise, aparece como pouco relevante. A partir

dessa busca, foi possível ainda criar outra forma de visualização do mesmo resultado, um mapa de árvore.

Mapa de árvore – As palavras mais frequentes



Fonte: Levantamento realizado pelo autor no Nvivo.

No mapa de árvore podemos observar, por exemplo, o quanto os termos reis e bandeira ocupam espaço nas falas dos foliões em comparação ao ocupado por Deus, Jesus e Igreja. Isso nos apresenta que, embora se trate de uma festividade cristã, os reis magos, para estas pessoas, são os elementos centrais para sua fé e devoção, ou seja, aqui é quantificada a relação entre o catolicismo tradicional e catolicismo oficial.

Diante do exposto, vimos duas possibilidades de buscas a partir da massa documental sistematizada, porém, vale a pena destacar outras opções que o software proporciona, que não utilizamos em nosso teste. O assistente de consulta também tem como opção realizar a pesquisa no conteúdo com base em como ele está codificado ou selecionar o respondente desejado, assim como encontrar interseções de codificações entre duas listas de dados, ou seja, cruzando informações (dados vs atributos). Outra função que pode ser explorada é a análise de sentimentos, na qual visualizamos os aspectos positivos e negativos nas falas dos entrevistados.

Também destacamos a possibilidade de trabalho em equipe, que possibilita várias pessoas colaborarem com um mesmo projeto, assim, em rede, os usuários podem inserir novos dados e gerar diferentes análises. Além do trabalho colaborativo, o Nvivo também permite a integração com outras ferramentas usadas no cotidiano do pesquisador, como o *Outlook*, *Word* e *Excel*.

Por fim, concluímos que o uso desse programa proporciona importantes avanços nas análises de dados, pois, além de criar facilidades em relação à organização e gestão da documentação referente a pesquisa, permite uma busca em grandes volumes de dados, possibilitando novas formas de análise, tanto no que tange ao qualitativo quanto ao qualitativo. Enfim, com o mesmo número de entrevistas, esses dados intermediados pela ferramenta digital possibilitam ganho de tempo e uma análise mais aprofundada e novos olhares a partir das mesmas fontes históricas.

Portanto, esta ferramenta digital que exploramos ao longo do texto pode contribuir para o debate historiográfico em relação ao trabalho com a oralidade, não pelo uso do software em si, mas, como observamos em outras áreas do conhecimento, além de ampliar e diversificar os objetos de pesquisa, promoveram uma instrumentalização das técnicas da história oral, fato que pode ser muito útil para gerar análises mais globalizantes. Mas, em que ponto os novos recursos que permitem essa amplitude podem oferecer avanços para o estudioso de oralidade?

Nesta reflexão que propomos não encontramos respostas concretas para nossa problemática, contudo, abrimos um campo de possibilidades. Talvez, o uso da história oral em massa com o auxílio das novas tecnologias de pesquisa possa potencializar o resgate de uma memória social, assim, essa quantificação nos possibilitará trabalhar com novos dados e agrupamentos que não teríamos manualmente. Quem sabe o avanço no debate da história oral esteja na busca por novas formas de se fazer a pesquisa, ou seja, são alterações metodológicas para obtermos novas informações que não tínhamos antes na pesquisa a partir da oralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros trabalhos que utilizaram a história oral na década de 1950, percebemos que os avanços na história oral se deram principalmente na inclusão de novos objetos de pesquisa, trazendo para o debate historiográfico temáticas importantes para as análises das narrativas sociais. Além disso, destacamos que, após décadas de militância pela história oral, nos anos 2000 o movimento chegou a um ponto de estabilidade, alcançando seu espaço tanto na Academia quanto nas várias instituições criadas.

Desta forma, nossa análise bibliométrica, a partir de publicações relacionadas a história oral entre os anos 2000 e 2020, nos permitiu compreender que os pesquisadores da oralidade continuaram acompanhando as principais pautas de cada contexto histórico, sendo assim, novos objetos passaram a ser estudados nesse período. Contudo, entendemos que estes estudos não avançaram significativamente no debate sobre as narrativas sociais sobre o passado, ou seja, a discussão sobre a história oral encontra-se estagnada desde os 2000.

De acordo com as reflexões mais atuais na história oral, existe uma necessidade de avançar em relação às técnicas de entrevista e de análise de dados, ou seja, a metodologia, pois, nas últimas décadas houve um avanço significativo das TICs e a difusão de estudos das humanidades digitais e da História Digital. Nesse sentido, os historiadores neste período aproximaram-se dessas novas temáticas, no entanto, na prática, existe resistência quanto às mudanças relacionadas ao uso da tecnologia.

Partindo da reflexão proposta ao longo do texto, compreendemos que houve uma expansão do uso da técnica da história oral em outras áreas que avançaram ao conciliar o uso da técnica com as possibilidades das ferramentas digitais. Porém, percebemos que nas Ciências Humanas existe uma fragilidade quanto a utilização desses softwares, com exceção da Sociologia, embora em número bastante inferior comparado a outras áreas.

Utilizamos como exemplo o uso do software *Nvivo*, uma das ferramentas digitais mais utilizadas para análises qualitativas de entrevistas no mundo. Em nosso levantamento bibliográfico encontramos artigos de diversas áreas do conhecimento, mas, não obtivemos resultados da área da História. As pesquisas que utilizaram essa ferramenta digital notavelmente potencializaram as análises das fontes orais, transformando as entrevistas em estatísticas, por exemplo. Vale ressaltar que, em nossa busca, não localizamos textos que trataram especificamente da história oral ou de narrativas memoriais.

Entendemos que, possivelmente, ao instrumentalizar/operacionalizar as técnicas da história oral a partir dos softwares, como vimos nas diferentes áreas do conhecimento, esta pode ter perdido questões que são próprias da constituição da área, assim, entendemos que a ferramenta se torna mais que a questão em si. Logo, pensamos que os historiadores que pretendem avançar nas discussões sobre oralidade e memória podem avançar ao retomar algumas questões de essência da sua disciplina, ou seja, trabalhar com as

narrativas sociais do passado, assim como, formular suas pesquisas em consonância com as novas tecnologias de pesquisa.

Nesse sentido, apresentamos algumas reflexões a partir de testes realizados com o software Nvivo, no qual utilizamos entrevistas coletadas em nossa pesquisa de mestrado, realizada anteriormente sem o uso de programas de análise de conteúdo. Ao sistematizar os dados, passamos a ter uma visão mais ampla dos materiais a serem analisados, pois todos estavam em uma mesma plataforma, fato que possibilitou o cruzamento de informações e geração de diferentes formas de visualizações dos resultados, ou seja, obtivemos novos aspectos analisados com o mesmo corpo documental.

Percebemos que o uso dessa ferramenta potencializa a pesquisa com as fontes orais, pois, além de acelerar o processo de análise, também possibilita quantificar automaticamente os dados, fato este que abre a perspectiva de trabalhar com grandes volumes de depoimentos. A quantificação gera novas informações que não existiriam caso se tratasse de um trabalho manual, assim, avançamos ao propor alterações metodológicas a partir da relação entre oralidade e ferramentas digitais.

Então, a princípio, constatamos que a história oral não apresentou avanços que alteraram a natureza do debate estabelecido na década de 1990 e, mesmo compreendendo que os historiadores, ao longo das duas últimas décadas exploraram novos temas, entendemos que estes não trouxeram novidades em termos de análise. Por fim, percebemos que uma possibilidade para contribuir com o debate em história oral esteja nos aspectos metodológicos, pois, ao promovermos a instrumentalização das técnicas ao utilizarmos a tecnologia por meio de ferramentas digitais, poderemos gerar análises mais globalizantes. Quem sabe, o uso das fontes orais em massa, com o auxílio das ferramentas digitais, seja uma maneira de potencializar o resgate de uma memória social.

Afinal, vimos que pesquisadores de outras áreas do conhecimento têm apresentado resultados interessantes em suas pesquisas ao integrarem as novas tecnologias às suas metodologias, potencializando assim os seus resultados.

Seria muita pretensão afirmar que, de alguma maneira, estamos próximos de mudar a natureza da história oral. No entanto, ao utilizarmos a oralidade com o intermédio de softwares que ampliam a análise de dados, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, podemos avançar o debate sobre história oral. Desta forma, podemos pensar na tecnologia como um material substantivo para transformar a forma de fazer pesquisa em História. Enfim, a relação entre a oralidade e as novas tecnologias de pesquisa proporciona mudanças metodológicas em que a ferramenta muda a forma de realizar a análise e, consequentemente, surgem novas formas de interpretação dos documentos históricos que extrapolam os métodos tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES, D. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler história**. Lisboa, n. 69, p. 91-103, 2016.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AMES, V. D. B. As possibilidades de uso do software de análise qualitativa Nvivo. **Sociologias Plurais**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 230-247, 2013.
- ANDRADE, D. M.; MONTIEL, F. C.; SCHMIDT, E. B. Uso do software Nvivo como ferramenta auxiliar da organização de informações na Análise Textual Discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 8, n. 19, p. 948-970, 2020.

- BRASIL JR., A.; CARVALHO, L. Por dentro das Ciências Humanas: um mapeamento semântico da área via base SciELO-Brasil (2002-2019). **Revista de Humanidades Digitales**. Madrid, v. 5, p. 149-183, 2020.
- BRESCIANO, J. A.; GIL, T. L. (eds.) **La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas e prácticas metodológicas**. Buenos Aires: Ediciones Cruz del Sur, 2015.
- FEITLER, B.; FERLA, L. A. C.; LIMA, L. F. S. Novidades no front: experiências com Humanidades Digitais em curso de História na periferia da Grande São Paulo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 111-132, 2020.
- GOMES, Angela de C. **História Oral e historiografia: questões sensíveis**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.
- HARZING, Anne-Will. *Publish or Perish*. Disponível em: <<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Revista Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.
- LAGE, M. C. Utilização do software Nvivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 12, n. esp., p. 198-226, 2011.
- LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)**. Recife: Editora Universidade de Pernambuco-EDUPE, 2022.
- LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro T. da; NICODEMO, Thiago L. Nunca fomos tão úteis. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 161-169, maio/ago. 2020.
- MARINHO, M. S.; REIS, L. A. Reconstruindo o passado: memórias e identidades de idosos longevos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-264, 2016.
- MARINHO, M. S.; REIS, L. A. Velhice e aparência: a percepção da identidade de idosas longevas. **Revista Kairós Gerontologia**. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 145-160, 2016.
- NOIRET, S. História Pública Digital. **Digital Public History. Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 28 maio 2015.
- PEDROZA Jr., E. T. et al. História de vida de ex-jogadores profissionais de futebol em Pernambuco: formação acadêmica versus formação esportiva. **Movimento**. Porto Alegre, v. 26, p. 01-14, 2020.
- ROLLO, M. F. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 19-44, 2020.
- SANTOS, M. J. F. Reconstruir histórias da conservação da natureza na Califórnia: 1850-2010. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**. Boston, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2020.
- SILVEIRA, Pedro T. da et al. Quais os limites da História Digital em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade social? In: ALMEIDA, Juniele R. de; RODRIGUES, Rogério R. (orgs.) **História Pública em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 61-88.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Pedro Henrique Victorasso: Mestre em História e Sociedade e doutorando em História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Eduardo Romero de Oliveira: Livre-docente em Patrimônio Cultural pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Associado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, na graduação (UNESP, campus de Assis), no Programa de Pós-



Graduação de História Social (UNESP/FCL, campus de Assis) e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNESP/FAAC, campus de Bauru).

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História. Unesp - Campus Assis - Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, Assis - SP, 19806-900, Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído de resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento intitulada *Novos olhares sobre o Patrimônio Industrial Ferroviário - Cultura e Sociedade na Vila de Paranapiacaba (1946-1981)* sob a orientação do professor doutor Eduardo Romero de Oliveira no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) - Processo: 2021/08597-2.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: P.H. Victorasso; E. R. de Oliveira.

Coleta de dados: P.H. Victorasso

Análise de dados: P.H. Victorasso

Discussão dos resultados: P.H. Victorasso; E. R. de Oliveira.

Revisão e aprovação: E. R. de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Bolsa de doutorado - Processo: 2021/08597-2.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Pedro Henrique Victorasso e Eduardo Romero de Oliveira. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz

HISTÓRICO

Recebido em: 24 de agosto de 2023

Aprovado em: 18 de dezembro de 2023

Como citar: VICTORASSO, Pedro H.; OLIVEIRA, Eduardo R. de. História oral e ferramentas digitais: novas possibilidades no trabalho com a oralidade. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 36-55, 2024.



CARTAS DA PROVÍNCIA: MEMORIALÍSTICA E CONVENÇÕES INTELECTUAIS NA CORRESPONDÊNCIA DE EDUARDO CAMPOS

Letters from Province: Memorialistic and Intellectual Conventions in the Correspondence of Eduardo Campos

Plauto Daniel Santos Alves^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2953-8819>

E-mail: plautosalves@gmail.com

^aSecretaria da Educação do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

RESUMO

Este artigo discute como o escritor Eduardo Campos concebia sua prática intelectual e, em função dela, elaborou uma memorialística em torno de sua rede epistolar. Para tanto, contrasta os conceitos e retóricas presentes em *Cartas de Afeição*, breve volume que constitui a compilação de sua correspondência passiva, com a linguagem política praticada pelo grupo CLÃ, um círculo de letreados no qual o autor esteve inserido. Percebe-se que as narrativas em torno do movimento, fundamentaram um sentimento de distinção, uma identificação coletiva que perdurou por muito tempo e que se caracteriza por excluir as dinâmicas e os vínculos históricos inerentes à prática artística desses escritores, promovendo a consagração de suas trajetórias através do esquecimento, da abstração e da idealização de seus laços familiares, políticos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Clã (revista). Eduardo Campos. Linguagens políticas.

ABSTRACT

This article discusses how the writer Eduardo Campos conceived his intellectual practice and, based on it, elaborated a memorialistic around his epistolary network. To do so, it contrasts the concepts and rhetoric present in "*Cartas de Afeição*," a brief volume that compiles his passive correspondence, with the political language practiced by CLÃ, a circle of literati in which the author was involved. It is noted that the narratives surrounding the movement grounded a sense of distinction, a collective identification that endured for a long time and is characterized by excluding the dynamics and historical ties inherent in the artistic practice of these writers, promoting the consecration of their trajectories through forgetfulness, abstraction, and idealization of their family, political, and social bonds.

KEYWORDS

Clã (magazine). Eduardo Campos. Political Languages.



Bastante prolífico, Manuel Eduardo Pinheiro Campos ou Manuelito, como costumava ser designado na intimidade, exerceu, dentre outros, os ofícios de escritor, dramaturgo e radialista, constituindo uma figura muito atuante na cena cultural cearense da segunda metade do século XX. De fato, esteve ativamente presente nas redes de sociabilidade que marcaram os movimentos artísticos e literários da região e ocupou lugar de prestígio em instituições de destaque, chegando ao cargo de Presidente da Academia Cearense de Letras (ACL), da Associação de Rádio e Televisão e à superintendência de meios de comunicação, como o jornal Unitário e a TV Ceará (Girão; Sousa, 1987).

A despeito dessa carreira vultosa, no prefácio que escreveu para a compilação de sua correspondência, um breve livro intitulado *Cartas de Afeição* (2004), o autor caracteriza seus triunfos de maneira acanhada, evitando, não apenas o uso de descrições autoelogiosas, mas também a exposição de sua trajetória. Em sua opinião, a publicação de suas missivas se justificava apenas na medida em que estas documentam o “exato situamento de uma época” (Campos, 2004 p. 06) na qual uma rede de comunicação epistolar conectava “jovens escritores da província” (Campos, 2004, p. 05) a “escritores mais experimentados e vividos (para não dizer consagrados)” (Campos, 2004, p.05).

Essa rede acaba sendo objeto de um trabalho de rememoração que vai além do processo de fotocopiar, transcrever e organizar correspondências, uma vez que o volume que constitui as *Cartas de Afeição* é composto, também, por uma série de comentários pontuais referentes ao tipo de relação travada entre Eduardo Campos e o remetente de cada missiva. Dessa forma, é possível afirmar que a obra em questão apresenta um tipo de escrita memorialística (Miceli; Myers, 2019) que não se detém sobre a trajetória daquele que a escreveu, centrando-se em recordações que dizem respeito ao contato do autor com figuras que se inseriram na referida malha letrada.

Dito isso, a modéstia com que Eduardo Campos descreve os próprios feitos não deixa de soar curiosa, visto que se trata de um intelectual, ou seja, de um agente social cujo respaldo diante dos pares e do público se encontra atrelado a seu “poder de ressonância” (Sirinelli, 1998, p. 265). Nesse sentido, o fato de não se deter sobre suas conquistas e de assinalar os limites que cercearam sua atuação, remetendo à ideia de que seu desempenho esteve restrito à “província” (Campos, 2004, p. 7), parece ir na contramão da transmissão de capitais simbólicos e do processo de consagração social geralmente propiciado pela publicação de cartas, diários, biografias e textos afins.

Tais elementos geram questionamentos em torno do modo como o autor concebeu sua atividade epistolar e produziu uma prática memorialística baseada em uma visão muito específica da sua atuação intelectual. Nesse sentido, a temática aqui delineada estabelece afinidades com certos estudos oriundos da crítica literária que rejeitam a ideia de uma essência própria à escrita de missivas e reafirmam a validade de pensá-las historicamente, contextualizando seus exemplares e discutindo tanto sua singularidade quanto sua adequação às convenções sociais (Diaz, 2016, p. 54). Nessa perspectiva, as cartas passam a ser encaradas, simultaneamente, como “testemunho do indivíduo que escreve, testemunho do grupo ao qual pertence ou tenta se integrar, bem como representação contínua de uma ordem social” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 25).

Não obstante, em função das peculiaridades da documentação, o foco deste artigo não recai sobre as correspondências em si, direcionando-se, antes, à discussão do gesto de publicá-las, isto é, aos procedimentos intelectuais que, através da compilação, organização e adição de comentários, elaboraram uma narrativa em torno da vida do autor e da rede epistolar a qual ele ensejava remeter. Conforme Gomes (2004), há alguns anos tais processos se firmaram como objeto para o trabalho de historiadores cujas análises,

impulsionadas por problemáticas relacionadas às modalidades de produção do eu, voltaram-se não somente para o material epistolar, mas também para outros tipos de documentos correlatos – diários, autobiografias, memórias etc. –, de maneira a abordar tanto as práticas associadas ao ato de escrever como as atividades de triagem e salvaguarda vinculadas à posse de objetos íntimos.

Motivado pela literatura citada, este artigo analisa as práticas de ordenação, seleção e composição de comentários realizados em torno da correspondência de Eduardo Campos. Acredita-se que essa abordagem facilita o entendimento das peculiaridades inerentes à atividade memorialística praticada pelo autor, pois, a partir dela, torna-se possível identificar não apenas as escolhas narrativas presentes na operação de contar episódios da própria vida, mas também as retóricas e os conceitos compartilhados que assentam sobre convenções e foros de legitimidade próprios a partir dos quais os agentes sociais inscrevem seus escritos (Miceli; Myers, 2019).

Tal percepção incita a comparar os argumentos presentes nas Cartas de Afeição com as retóricas empregadas na malha de sociabilidades em que seu autor se encontrava inserido, mais especificamente, com as formas de falar enunciadas pelo grupo CLÃ, um círculo de letrados – do qual o próprio Eduardo Campos fez parte – atuante na cidade de Fortaleza/CE cujos projetos literários lograram articular uma rede intelectual ativa entre os anos 40 e 80 do século XX. Assim, ainda que a memorialística em análise apresente uma visão subjetiva trabalho intelectual, acredita-se que ela retoma retóricas que mantiveram usos e sentidos relativamente estáveis apesar dos anos, configurando a linguagem política (Pocock, 2003) associada ao coletivo, isto é, o vocabulário, os argumentos e as convenções arraigadas à comunicação de seus integrantes.

Desse modo, a fim de melhor entender como Eduardo Campos concebia sua prática intelectual e, a partir daí, elaborou uma memorialística em torno de sua rede epistolar, o presente trabalho contrasta os conceitos e retóricas recorrentes em Cartas de Afeição com os significados e funções relativos ao vocabulário empregado pela agremiação mencionada.

CARTAS DE OFÍCIOS E MISSIVAS DE AFETOS

A ampla variedade de ocupações que Eduardo Campos exerceu não deixa de constituir uma das temáticas tácitas das suas Cartas de Afeição. Para citar alguns exemplos, o destinatário da correspondência é tratado pelos remetentes como contista promissor, profissional da radiodifusão, especialista em medicina popular e eficiente estudioso das tradições nacionais. Além disso, quase sempre emerge trajando as vestes de notório incentivador das artes plásticas, da literatura, da música e da dramaturgia. Em face de tantos ofícios, não é de se admirar que sua atividade de missivista se apresente perpassada por relações de cunho profissional, estabelecidas em meio a uma gama diversa de intelectuais.

Nesse sentido, o crítico de arte Walter Wey, além de incluir textos de Eduardo Campos em duas antologias, ainda mediou a encomenda de três edições do mesmo livro (Campos, 2004, p. 162-164). Herman Lima, por seu turno, contatou revistas que pagaram para publicar os contos do autor. Além disso, também atuou algumas vezes como uma espécie de “procurador” financeiro para o escritor, remetendo-lhe honorários advindos de seu trabalho (Campos, 2004, p. 78). Assim, paralelamente às suas atividades profissionais, Eduardo Campos estabelecia laços de solidariedade que o integraram a diferentes regiões do país e que sinalizam o grau de afetividade que tinha com os destinatários. Algumas

dessas relações podiam ser bastante íntimas, como demonstra a mensagem enviada pelo pintor Antônio Bandeira:

Meu caro Meninão:

V. mais que ninguém me poderia salvar a vida nesse instante. É que preciso de material de minha vida antiga daí, posso montar um painel descriptivo de minha vida (?!). Fui convidado para inaugurar o Museu de Arte Moderna da Bahia, com uma exposição de minhas obras. [...]

Manuelito, por isso estou contando com você e peço perdão pelo abacaxi que estou entregando. Já escrevi para casa, mas você conhece minha gente como é tão simples. [...] Você como dono da praça muito poderia me ajudar. Precisamos principalmente de fotos para a montagem. Também os "Verdes Mares", revista do Colégio Cearense seriam de uma grande utilidade. Também o nosso quadro (foto) do curso de humanidades do Colares. [...] Também fotos de nosso tempo de CLÃ da praça José de Alencar, etc.

Manuelito, peço também que fale com o Reitor Magnífico Antônio Martins Filho. Talvez ele possa me ajudar a respeito de fotografias [...]. Empenho minha palavra, e garanto que não perderemos nada. Tudo será depois devolvido direitinho. [...] (Campos 2004, p. 23).

Cabe destacar o tratamento reservado a um indivíduo que se sente à vontade entre os pares, descontraído em seu papel de "dono da praça". Nessa passagem, Eduardo Campos emerge como um "meninão" cuja propensão a arquivar e preservar determinados materiais, uma marca da sua condição de intelectual, o faz capaz de interceder, mesmo à distância, pelo amigo de juventude. O autor apresenta-se em uma relação que não se limita aos interesses propriamente culturais ou artísticos, dado que o relacionamento com o pintor Antônio Bandeira também diz respeito a vínculos familiares e pessoais forjados através de uma trajetória escolar comum que esteve marcada pela influência de um mestre de prestígio, o "Colares", e pela convivência com a mesma "turma":

Posso contar com você? Me responda Logo (sic)!

Desculpe essa carta entre antiga e atualíssima, se não disse nada de mim, nada perguntei dos nossos comuns. Ando num corre-corre e essa exposição é urgente. Entre 1º e 4º de janeiro a inauguração. [...] porque não dar um jeito de comparecer ao "verrissage" (sic)? Seria ótimo e eu ficaria alegríssimo. Você, o Girão, o Fran, o Antônio Martins, enfim, nossa turma daí. Eu teria um painel descriptivo de meus amigos em carne e osso, e vs. adorariam a Bahia e veriam minhas últimas cartas. Creio que virão gente do Rio e S. Paulo, intelectuais e "gente boa", tudo. Dê um jeito e venha, rapaz?

Manuelito, vê se faz isso por mim e lhe agradeço do coração.

Com um grande abraço e aproveito a oportunidade para cumprimentar a sua família, que ainda não tive a honra em conhecê-la.

Até e aguardando notícias suas (Campos, 2004, p. 23).

Matizando o destinatário como indivíduo despojado cujas maneiras não se encontram formalizadas por protocolos ou distinções de grau, o emissário se enuncia como se estivesse fisicamente próximo. Numa relação que beira o vicinal, o adjacente, chega a mandar um abraço que se estende não apenas ao corpo do radialista, mas ao de seus familiares com os quais o pintor, sequer, manteve quaisquer contatos anteriores. Desse modo, com qualquer distância entre os dois tornada em nada, o Manuelito pintado nas cores de Bandeira entre menino e intelectual, passa a ser cobrado, pressionado a agir com rapidez. No oposto da descontração, o ritmo apressado da escrita do artista plástico marca

uma relação tensa com o tempo, por isso mesmo, talvez, passe a tentar regulá-lo através da menção a datas, ou por meio da colaboração alheia.

Não obstante, ainda que as correspondências selecionadas por Eduardo Campos se apresentem constantemente marcadas por questões de fórum íntimo e pela linguagem coloquial, a atmosfera composta por esses elementos às vezes pode vir a ser interrompida por determinadas epístolas. Essas cartas exibem tons formais, empregados a partir de distâncias que buscam estabelecer sociabilidades “objetivas”, como é o caso do bilhete enviado pelo antropólogo Alfred Métraux:

***United Nations Education, Scientific and Cultural Organization
Organisation des Nations Unies Pour L'éducation, la Science et la
Culture
Paris, 4 de setembro de 1951***

Prezado Senhor,

Recebi e li com prazer o livro que teve a gentileza de enviar-me, pelo que muito agradeço. Além da curiosidade que desperta por si mesmo, constitue (sic) ele um repositório importante de dados sobre a medicina popular no Brasil. Revela-se assim de grande utilidade como obra de consulta para estudos comparativos nesse terreno. Constitue outrossim, elemento de interesse imediato para mim, pois estou preparando um trabalho sobre a medicina popular entre os negros haitianos.

É de desejar-se que outros pesquisadores lhe sigam o exemplo em outros pontos do Brasil, coligindo, dessa forma, um material valioso, que possivelmente se está perdendo sem que ninguém o registre.

Queira aceitar minhas cordiais saudações (Campos 2004, p. 11).

Por meio de um documento em que se nota o zelo protocolar desde a atenção dispensada ao cabeçalho – caprichosamente destacado do restante do texto através do negrito e do itálico –, uma dinâmica relacional distinta daquela estabelecida nas epístolas de Bandeira se desenvolve. Essa breve carta digitada à máquina cujo topo ostenta, em letras maiúsculas, a formalidade do emblema da UNESCO, assinala um percurso diverso daquele que, até aqui, estava se insinuando na construção da imagem de si de Eduardo Campos. Afinal, anteriormente a verossimilhança das opiniões redigidas pelos emissores se fundamentava na “sinceridade” evocada pela afinidade existente entre aqueles e o destinatário. De modo divergente, os juízos presentes na carta de Métraux conferem legitimidade ao trabalho “etnológico” do autor a partir de um distanciamento afetivo que, *a priori*, isentaria o parecer do remetente de dúvidas.

Dessa maneira, é possível argumentar que Eduardo Campos delimita percepções do eu e se alinha a diferentes identidades através da confiança depositada no testemunho de outrem. Constituindo sua narrativa por meio da pena alheia, Manuelito se apresenta como um sujeito ocupado em meio aos diferentes ofícios intelectuais desempenhados na sua trajetória. Essa figura de polímata multifacetado se entrelaça por meio de um denominador comum: sua “vocação” intelectual. Em face de tantos contatos e comportamentos díspares, o indivíduo que se deixa entrever nas Cartas de Afeição aparenta (ou enseja aparentar), antes de tudo, um genuíno interesse no fomento da criatividade, da arte e da cultura.

NOTÍCIAS DA TERRA DOS INTELECTUAIS DE PROVÍNCIA



A despeito de seus esforços, os trunfos de Eduardo Campos não lograram garantir ampla proeminência ao seu trabalho cuja abrangência, embora nem sempre restrita às esferas locais, não se mostrou suficiente para alcá-lo a uma posição de destaque nacional. Em vista disso, o próprio autor delimitava sua trajetória por meio do recurso à noção de “intelectual de província”, expressão que aludia a uma suposta hierarquia literária cujas clivagens, tanto dividiam os letrados entre metropolitanos e provincianos quanto condenavam os trabalhos destes últimos a sofrer de baixa notoriedade.

O termo remonta ao I Congresso Cearense de Escritores (1946), evento levado a cabo por pouco mais que uma dezena de indivíduos – dentre os quais alguns componentes do que viria a ser conhecido como grupo CLÃ – cujo propósito de debater o intelectual em face da literatura, do meio e do mundo (Afirmação, 1947) logrou reunir cerca de oitenta letrados oriundos dos mais diversos campos de atuação profissional disponíveis na região. A despeito da amplitude de suas pautas, os organizadores da solenidade tentavam direcionar os debates, assinalando que, ao abordar as temáticas, os congressistas deveriam ater-se à sua condição de escritores da província.

Dessa maneira, os idealizadores do conclave calibravam o foco das discussões para uma escala abrangente, a partir da qual era possível dissimular privilégios, encobrir as rivalidades locais e fomentar a imaginação (Anderson, 2008) de uma comunidade letrada, visto que, a despeito das posições distintas ocupadas por alguns, todos os participantes da cerimônia se encontravam sujeitos ao quadro de adversidades descrito.

Nesse ponto, parece interessante remeter também ao periódico CLÃ, uma revista literária publicada durante longo intervalo (1946-1988) de forma tão associada ao grupo em pauta que seus trinta (30) números, dispersos em vinte e oito (28) volumes, compartilham com ele a mesma designação. Conforme consta em suas primeiras edições, esses impressos objetivavam solucionar os dissabores a que estavam submetidos os ditos escritores de província, não apenas atuando como a “porta de saída da melhor produção intelectual da gente cearense” (CLÃ, 1946, p. 02), mas, sobretudo, como uma espécie de veículo possibilitador do intercâmbio de ideias entre as diferentes regiões do país (CLÃ, 1948, p. 77).

Essa perspectiva do mapa literário nacional parece corroborar as figuras de si produzidas por Eduardo Campos em suas Cartas de Afeição. Nesse sentido, o periódico supracitado pode ser compreendido como um elemento importante para a catalisação coletiva de concepções profissionais ligadas ao termo “intelectual de província”, uma vez que, conforme Alves e Rodrigues (2020), os escritores pertencentes às redes de afetos nas quais o autor estava inserido, estabeleceram os traços e delimitações de uma identidade relacionada ao conceito, encontrando no gesto de publicar as páginas de CLÃ uma forma prática para expressar a crença em suas restrições intelectuais.

Isto posto, saliente-se que, tanto as Revistas CLÃ, como as atividades do grupo a ela vinculado, são mencionadas nas cartas de Eduardo Campos como meios eficientes de divulgação da “literatura de província”. Remeta-se, por exemplo, ao escritor mineiro Amadeu de Queiroz cuja epístola, além de acusar a circulação do periódico, ainda expõe a admiração que o emissário nutria por esses escritores locais que “sonham, criam e realizam no mundo das letras e das artes” (Campos, 2004, p. 17). De forma semelhante, a carta enviada pelo jornalista, cronista e romancista carioca Marques Rebelo, dá notícia do recebimento de três edições e traz consigo a confissão de que o remetente se encontrava “entusiasmado com o esforço” dos colegas distantes (Campos, 2004, p. 143).

A partir dessa perspectiva, é possível inferir a existência de uma relação intrínseca entre a dinâmica coletiva do grupo vinculado à Revista e as versões de si elaboradas por Eduardo Campos, as quais, longe de constituírem unicamente atributo de desígnios individuais, emergem imbricadas em relações sociais que perpassam o vocabulário

produzido por outros atores históricos. Corroborar essa perspectiva não implica necessariamente, no endosso ou na rejeição da condição provinciana do escritor. Não se trata de vasculhar suas cartas em busca de elementos contraditórios ou enganosos, mas de discutir às ferramentas conceituais que os agentes tinham a mão (Palti, 2016), uma vez que é por meio delas que os sujeitos históricos acessam e significam suas tomadas de posição e os diferentes eventos vivenciados em suas trajetórias.

Cabe também assinalar que essas dinâmicas identitárias situadas por meio da ideia de “intelectual de província” se vinculam indiretamente a noções de cearenseidade que se encontram embasadas em estereótipos e na repetição de clichês cujas marcas, caracterizariam tanto Eduardo Campos, como sua produção. Afetados por essas noções, escritores como Sérgio Milliet, relataram surpresa com a aparência física do escritor, uma vez que suas expectativas o levaram a imaginar um sujeito “baixo e talvez moreno” (Campos, 2004, p. 26), o que contrastava abertamente com os traços étnicos e a compleição robusta do autor, os quais levaram Mário de Andrade a descrevê-lo em carta, como uma espécie de “hércules severo” (Campos, 2004, p. 107).

À vista disso, ainda que pautadas em estigmas sociais e regionais, essas visões parecem reservar determinados espaços de atuação profissional a Eduardo Campos. Dessa forma, embora o rótulo de escritor local limite sua atuação, estabelecendo inclusive modelos pré-concebidos à recepção de seus textos, por outro lado, também produziu um lugar específico na rede de sociabilidades nacional para o autor e seus colegas, interligando-os a sujeitos como José Condé, redator do *Correio da Manhã* que se mostrou notável “estimulador de intelectuais provincianos” (Campos, 2004, p. 187).

MARCOS, EVENTOS, CAUSOS E EPÍSTOLAS

A publicação da correspondência passiva de Eduardo Campos se articula com o conjunto de estratégias identitárias dos círculos intelectuais com que o escritor conviveu. Por esse ângulo, ainda que seja resultado de um trabalho de investigação de si, de significação e seleção da própria trajetória, de identificação com determinados papéis individuais e, enfim, de rememoração do eu, as Cartas de Afeição operam a partir de narrativas balizadas pelos mitos, pelas crenças e pelas referências temporais características às lógicas dos grupos culturais em que seu destinatário se inseriu. Nesse sentido, é interessante atentar às tramas forjadas por tais coletividades intelectuais, uma vez que o autor remete a elas em sua correspondência.

No geral, essas menções retomam marcos e episódios vivenciados de forma coletiva, tais como o 1º Congresso de Poesia do Ceará. Evento concretizado em agosto de 1942 por alguns escritores e artistas plásticos – dentre os quais, constava Eduardo Campos – e celebrado como uma espécie de mito das origens quatro décadas mais tarde, na edição de número vinte e oito da Revista CLÃ (1982 p. 07-28). Com efeito, é curioso que esse certame tenha sido elevado à tal posição, visto que sua concretização se deu em meio a um contexto conflituoso, fator que o transformou em objeto de repreensões nos meios letRADOS cearenses.

Conforme Francisco Linhares (2018, p. 48), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial gerou um ambiente tenso em meio ao qual se debatia, através dos veículos de imprensa, o papel da região Nordeste no dito esforço de guerra e os possíveis impactos negativos advindos do conflito: racionamento de energia e alimentos, afundamento de navios etc. Ademais, o interior do estado do Ceará se encontrava assolado por uma estiagem rigorosa que servia como pretexto, ao regime estadonovista, para incentivar o envio de retirantes à Amazônia no intuito de empregar mão de obra na extração de látex e,



assim, atender às demandas militares das tropas em contenda. Tais circunstâncias, tanto embasaram as reparações dirigidas ao supracitado certame, como a estruturação de um dito Congresso Sem Poesia, consumado como contrapartida ao certame.

Mencionado na correspondência de Eduardo Campos, o episódio em questão conserva seu status polêmico, não deixando de configurar objeto de reticências, pois, ainda que tenha angariado a simpatia de Manuel Bandeira, cabe salientar que um escritor de prestígio, como o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, afirmou abertamente que não compreendia “o sentido e o alcance do empreendimento”, visto que encarava a produção literária como resultado “da solidão, pelo seu caráter (sic) individualista” (Campos, 2004, p. 95 e 55). Trata-se de comentário que, embora pertinente do ponto de vista estético, apenas tangencia as inquietações políticas que motivaram as desavenças entre os intelectuais cearenses. Curiosamente, certa missiva enviada por Mário de Andrade segue esquema aparentado, adotando uma posição ambígua e enfocando temas que parecem apenas circundar a questão:

[...] Outro dia o Aluizio Medeiros me escreveu, e entre os assuntos, tocou também no tal Congresso de Poesia que vocês realizaram aí, dizendo que eu decerto não estava bem informado sobre o que houve. Respondi que de fato soube muita pouca coisa sobre, mas sabia que não fôra simples gratuidade de desocupados. É engraçado que eu fiquei numa posição um bocado esquerda a respeito desse Congresso, mas esqueci de contar ao Aluizio que já me referira ao Congresso. Deve ter chegado por aí também o livro de Otacílio Freitas Jr. “Ensaios do nosso tempo” [...] pro qual escrevi um prefácio. Ai me refiro ao Congresso de vocês, mostrando que não sou contra ele, pois pelo contrário o dou como intruso da angústia dos moços que estão engajados e não podem dizer toda a verdade. É uma enumeração de fatos: “Aqui é um grupo de audácia vertiginosa que escapole para um Congresso sem Poesia. Mas *bem próximo* um Congresso de Poesia //, também //, à procura de outras frinchas por onde faça escapar uns crivos de verdade. Livros insuficientes. Mas é preciso ler o trecho todo, prazer (sic) que mesmo os “livros insuficientes” não estão aí como censura, mas como prova de que vocês também estão engasgados pelas “dores da vida”. Eu quero apenas é que vocês não me imaginem trocando posição, seria absurdo! em // contradições ou brigas existentes por aí (Campos 2004, p. 109).

Na carta de Mário de Andrade toma-se nota de uma série de desentendimentos que, segundo o remetente, resultam dos obstáculos que a distância impõe sobre a comunicação. Todavia sobeja a sensação de que, pelo menos para o redator da missiva, sua posição (“um bocado esquerda”) a respeito da iniciativa, configura tema de menor importância. Com efeito, o autor de Macunaíma encara os contendores da “província” a partir de uma distância tão segura que torna, quase nulo, o apelo provocado pelos congressos remotos e suas querelas locais. Ao fim e ao cabo, as “contradições ou brigas existentes por aí” (Campos, 2004, p. 109) constituem questões ermas, abordadas com tamanha reserva que se torna possível fundir as partes em disputa, ambas constituídas por moços igualmente “engasgados com as dores da vida” (Campos, 2004, p. 109).

Dito isso, a despeito das críticas ou aplausos que tenha suscitado, a rememoração do 1º Congresso de Poesia do Ceará parece visar, menos a aclamação, do que o testemunho das repercussões alcançadas pelo certame. De fato, as posições adotadas pelos escritores ilustres frente ao episódio funcionam, antes, como evidências da dualidade existente entre o centro e as periferias. Trata-se de fatores que corroboram a construção da mencionada identidade intelectual provinciana, pois, ao mesmo tempo em que essas remissões demarcam o hiato comunicativo presente entre as regiões, também reafirmam as diferenças existentes entre o grupo de Manuelito e os autores de renome.

Paralelamente às assembleias, aos conclaves e às solenidades pomposas, é possível encontrar outros tipos de acontecimentos referidos nas Cartas de Afeição. Episódios cuja dinâmica foge ao protocolo, constituindo-se em meio à ocasionalidade que é característica à malha volátil do cotidiano. Emergindo através de relatos imprecisos, esses marcos contrastam com a especificidade dos compromissos oficiais.

Nesse campo das anedotas de patuscada, das gafes e dos causos incertos, o redator da epístola geralmente enviesa por contextos mirabolantes, assinalados por “detalhes que o identificam com a realidade e ao mesmo tempo com a irrealidade” (Campos, 2004, p. 206). Constitui-se, então, um anedotário de mitos trivialmente vivenciados: os siris que Eduardo Campos degustou ao lado do folclorista Câmara Cascudo (Campos, 2004, p. 38); os planos madrugueiros que elaborava para esta vida tão árdua que podia “muito bem rimar com pau” (Campos, 2004, p. 206), junto ao poeta e amigo, Antônio Girão Barroso; as impropriedades amorosas travadas em conluio com o escritor Yaco Fernandes, a quem “isso de tomar a noiva alheia quase que [...] aconteceu uma vez” (Campos, 2004, p. 171), ou determinado passeio, realizado à bordo de um Chevrolet 50 cujas consequências, segundo o escritor Walter Wey, prometiam “virar o Uruguai pelo avesso” (Campos, 2004, p. 167). Essas estórias desconcertantes, fundadas sobre momentos de coexistência, muitas vezes dão lugar a cartas em que se assinala o desencontro, a ausência, a falta de convívio.

Nas missivas em que se toma nota dessas quase-ocasiões, se expressa o desconforto em função dos compromissos malogrados, as justificativas de quem a exemplo do escritor e político, José Américo de Almeida, não conseguiu fazer jus à agenda estabelecida, e a censura dispensada aos misantropos: “Diga ao Barroso que deixe de ser bandido e me responda” (Campos, 2004, p.149). Nesse sentido, as balizas temporais usadas para demarcar a biografia de Eduardo Campos, tanto dizem respeito aos momentos que reforçam a simultaneidade da existência, como àqueles que demarcam suas lacunas e interrupções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens de si delineadas nas Cartas de Afeição foram elaboradas em meio a uma série de interações cujo recorte temporal atravessa mais de quarenta anos. Longe de constituírem o resultado neutro ou natural dessa coexistência, essas autopercepções se encontram envolvidas em processos dinâmicos de inclusão e exclusão de significados. Nesse sentido, apresentam estratégias de atribuição de sentido, perpetradas, não apenas por Eduardo Campos, mas por diferentes atores sociais que articularam “características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados” (Candau, 2011, p. 27).

Nesse sentido, cabe assinalar o papel desempenhado pela linguagem política associada ao coletivo, tanto no tocante às formas de descrever o grupo e seus integrantes quanto no que diz respeito ao conjunto de opiniões recorrentes em torno de temas significativos que pautavam o espaço do dizível e do possível. Como se pode perceber através da memorialística de Eduardo Campos, por muito tempo os jargões enunciados pelo coletivo habitaram as narrativas em torno do movimento, sua presença excluía as dinâmicas e os vínculos históricos inerentes à prática artística desses escritores, promovendo a consagração de suas trajetórias através do esquecimento, da abstração, ou da idealização de seus laços familiares, políticos e sociais.

Conforme o crítico literário Raymond Williams (2011), esse comportamento constituiu característica recorrente entre as vanguardas modernistas do século passado,

fator que assinala a importância de se mapear os espaços de sociabilidade em meio aos quais se forjaram os laços que uniam esses intelectuais, bem como, de se questionar os conceitos propagados pelo movimento.

Haja vista que a publicação de *Cartas de Afeição* enseja rememorar um “tempo já passado, no qual os escritores de nomeada perseveraram no relacionamento epistolar” (Campos 2004, p. 6), pode-se afirmar que sua temática principal é constituída pela experiência intelectual, sobretudo literária. Assim, enquanto se encontram remissões a determinados acontecimentos políticos, as referências abertamente ideológicas raramente marcam presença. Do mesmo modo, os laços de parentesco pouco intervêm na malha narrativa composta pelas missivas. Esse padrão evasivo não deixa de configurar objeto de inquietação, visto que, em outros registros (Oliveira, 2009, p. 268), o autor se detém de forma acurada sobre as relações de seus familiares com a Ação Integralista Brasileira.

A opacidade em torno desses tópicos parece indicar certa dificuldade para articular as esferas políticas e familiares a uma visão de si pautada em critérios intelectuais. Essas incongruências certamente podem estar relacionadas a tensões específicas da trajetória de Eduardo Campos uma vez que alguns desses assuntos configuraram pontos sensíveis, contudo, também assinalam concepções de teor geral, as quais encaram o fazer intelectual de maneira desvinculada das relações políticas.

Por fim, cabem alguns apontamentos em torno da diáde metrópole-província. Parte significativa da literatura a respeito do modernismo brasileiro tem realizado um confronto à memória e às visões de mundo elaboradas pelas elites modernistas, questão explorada por estudos recentes (Hardman, 2022) que, assim como este, partem de perspectivas que descentralizam a dita vanguarda paulista (Saliba, 2022), ao tomar distância de noções como “influência” ou “cópia” (Costa; Palti, 2021) e adotar uma visão em rede que propõe atenção à singularidade das respostas locais e à reciprocidade dos pontos de vista, promovendo uma remodelação do mapa literário nacional (Pasini, 2022).

Dante desse quadro, se optou por não rejeitar a validade dos registros que empregam a expressão intelectual de província, nem a aptidão dos agentes históricos para mensurar as debilidades editoriais de sua região. Pareceu mais profícuo agregar ao conceito novas camadas de significância histórica capazes de assinalar as aplicações concretas do termo, tais como os vínculos afetivos que estabeleceu, seu uso enquanto base para a identidade de grupos culturais e o modo como articulou estratégias para lidar com o legado cultural do autor.

REFERÊNCIAS

- AFIRMAÇÃO. *Anais do I Congresso Cearense de Escritores*. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947.
- ALVES, P. D. S.; RODRIGUES, B. O Clã e A Província: o papel dos periódicos literários e culturais na formação da identidade coletiva de um grupo de escritores cearenses (1930-1950). *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 357–373, 2020.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CAMPOS, Eduardo de. *Cartas de afeição*: correspondência passiva. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.
- FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: Editora da UFU, 2006.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CLÃ - *Revista de cultura* (Fortaleza, 1946-1988). Edição fac-similar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2001.
- COSTA, Adriane V.; PALTI, Elías J. (org.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*. São Paulo: EdUSP, 2016.

- GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da C. **Dicionário da literatura cearense**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987.
- GOMES, Angela M. de C. (org.) **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- HARDMAN, Francisco F. **A ideologia paulista e os eternos modernistas**. São Paulo: EdUnesp, 2022.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. São Paulo: EdUSP. 2016.
- LINHARES, Francisco D. B. **Escritores, congressos e meio intelectual em Fortaleza (1942-1946)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MICELI, Sergio; MYERS, Jorge (orgs.) **Retratos latino-americanos**: A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX. São Paulo: Sesc, 2019.
- OLIVEIRA, J. de M.; SILVA, E. H. As memórias de Eduardo Campos e sua atuação na rádio cearense. In: KLOCKNER, Luciano; PRATA, Nair. (orgs.) **História da mídia sonora**: experiências memórias e afetos de norte a sul do Brasil. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2009. p. 265-281.
- PALTI, Elías J. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 1, n. 35, 2016.
- PASINI, Leandro. **Prismas modernistas**. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2022.
- POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- SALIBA, Elias T. (org.). **Modernismo, o lado oposto e os outros lados**. São Paulo: Sesc, 2022.
- SIRINELLI, Jean-F. As Elites Culturais. In RIOUX, Jean-P.; SIRINELLI, Jean-F. (orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. **Política do Modernismo**: contra os novos conformistas. São Paulo: EdUNESP, 2011.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Plauto Daniel Santos Alves. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará, SEDUC-CE. Fortaleza, CE, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Plauto Daniel Santos Alves
Rua Leiria de Andrade, 741, apartamento 306
60325592 São Gerardo, Fortaleza, Ceará
Brasil

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Plauto Daniel Santos Alves
Coleta de dados: Plauto Daniel Santos Alves
Análise de dados: Plauto Daniel Santos Alves
Discussão dos resultados: Plauto Daniel Santos Alves
Revisão e aprovação: Plauto Daniel Santos Alves

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Plauto Daniel Santos Alves. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de novembro de 2023.

Aprovado em: 2 de fevereiro de 2024.

Como citar: ALVES, Plauto D. S. Cartas da província: memorialística e convenções intelectuais na correspondência de Eduardo Campos. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 56-68, 2024.





DESLOCAMENTOS TRANSNACIONAIS DE REFUGIADOS EUROPEUS: O TRABALHO RURAL EM COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA ORIENTAL

Transnational displacements of European refugees: Rural Labor in Latin American and
East Africa Colonies

Nathan Lermen^a
 <https://orcid.org/0000-0002-2027-3298>
E-mail: lermen.nathan@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

RESUMO

O trabalho aborda alguns dos projetos e empreendimentos colonizatórios propostos por organizações de ajuda humanitária. Esses projetos foram coordenados tanto durante quanto após a II Guerra Mundial, com o objetivo de atender a diferentes grupos de refugiados. O artigo aborda uma variedade de colônias agrícolas e projetos de reassentamentos rurais, destacando a presença significativa de imigrantes étnicos germânicos, italianos, balcânicos, poloneses, entre outros, que desempenharam papel fundamental na organização dessas iniciativas. As colônias agrícolas foram estabelecidas em diversas regiões da América e África, abrangendo países como Brasil, Argentina, Venezuela, Costa Rica, República Dominicana, Tanzânia, Uganda, Quênia, Rodésia do Norte e Rodésia do Sul. Este estudo parte de uma revisão da historiografia sobre a temática, com ênfase no debate sobre colonização e trabalho rural.

PALAVRAS-CHAVE

Refugiados. Trabalho Rural. Imigrantes.

ABSTRACT

The paper addresses some of the colonization projects and ventures proposed by humanitarian organizations. These projects were coordinated both during and after World War II, with the aim of assisting different groups of refugees. The article discusses a variety of agricultural colonies and rural resettlement projects, highlighting the significant presence of ethnic German, Italian, Balkan, Polish, among other immigrants, who played a crucial role in organizing these initiatives. The agricultural colonies were established in various regions of the Americas and Africa, spanning countries such as Brazil, Argentina, Venezuela, Costa Rica, the Dominican Republic, Tanzania, Uganda, Kenya, Northern Rhodesia, and Southern Rhodesia. This study builds upon a review of historiography on the subject, with an emphasis on the debate surrounding colonization and rural labor.

KEYWORDS

Refugees. Rural Labor. Immigrants.

O debate sobre a história do refugismo convida à incorporação de uma perspectiva transnacional sobre a temática, tanto pelos acontecimentos quanto pelos processos globais que desencadearam o deslocamento forçado de populações para além de fronteiras nacionais, como também por uma história que conecta diferentes experiências não centradas em um único Estado. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa experimentou um problema de grandes proporções envolvendo um número significativo de populações refugiadas e deslocadas dentro do continente.¹ A crise da economia e a impossibilidade de realocação/assentamento dessas pessoas em países europeus demandaram uma série de ajustes políticos, acordos internacionais e criação de órgãos de ajuda humanitária especializados em negociações que trataram da migração de inúmeras famílias para diferentes países.

Um ano após o fim da Segunda Guerra, foi criada a Organização Internacional de Refugiados (IRO) – posteriormente Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – que se firmou como um dos principais instrumentos de apoio aos refugiados europeus, uma vez que objetivava, entre outras finalidades, o reassentamento destes em países terceiros. Sua atividade implicou em diversas ações conjuntas com instituições internacionais para alinhar os interesses entre o deslocamento e a necessidade por mão de obra de alguns países.

Segundo Ginesy (1948), mais de 50 milhões de pessoas foram deslocadas de seus locais de origem durante o conflito. Entretanto, ainda que um número considerável tenha conseguido retornar aos seus países originais, cerca de um milhão deste total decidiu por não regressar.² Essa indisponibilidade de retorno esteve atrelada a motivações de ordem político-econômica, uma vez que as reconfigurações territoriais tomadas durante e após a guerra atingiram diretamente o meio social de muitos países:

Os motivos que levaram este “milhão restante” – *last million*, como é conhecido na literatura especializada – a não optar pela repatriação foram, mormente, de cunho político, podendo-se citar, *inter alia*, a total perda de conexão com seus países de origem, os quais haviam sido anexados por outros ou tiveram instalados, no pós-guerra, novos regimes políticos e sociais (Andrade, 2005, p. 2).

A IRO exerceu um papel fundamental na resolução do problema envolvendo o milhão restante, pois sua constituição interna norteava as funções a serem desempenhadas pelo órgão em relação às pessoas desamparadas: repatriação, identificação, registro e classificação; auxílio e assistência; proteção jurídica e política; transporte e reassentamento dos refugiados são elencados como as prioridades da organização. Assim, pouco mais de 1.000.000 de pessoas foram reassentadas em pelo menos 65 países diferentes, a maioria fora do continente europeu (Andrade, 2005).

¹ Em 1946, a Organização das Nações Unidas distinguiu as classificações "refugiados" e "deslocados" de forma distinta. A primeira aplicava-se para o indivíduo que saiu de seu país natal por razão do regime nazista, fascista ou franquista. A segunda categoria envolvia pessoas deportadas ou obrigadas a saírem de seus países de origem por motivações raciais, religiosas ou políticas. A partir de 1951, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, as definições ligadas aos termos foram alteradas: "refugiado" passou a envolver todo aquele que fora perseguido por motivação política, cultural, nacional, religiosa ou racial e migrou para fora de sua nação de origem; "deslocado" foi definido como aquele que sofreu com as mesmas motivações, mas não migrou para além de uma fronteira internacional reconhecida. A categorização e a definição utilizadas por diferentes Estados, administrações regionais e instituições internacionais sobre os refugiados variaram no decorrer dos anos, cf: Banko; Nowak; Gatrell (2021).

² A composição étnica deste um milhão de refugiados correspondia a cerca de 275.000 poloneses, 200.000 judeus, 200.000 espanhóis, 190.000 lituanos e estonianos, 150.000 iugoslavos e 100.000 ucranianos (Stoessinger, 1956, p. 55 apud Andrade, 2005, p. 3).

Inúmeros casos de projetos migratórios envolvendo a realocação de refugiados foram organizados e postos em prática. Entretanto, o futuro dessas pessoas dependia da política imigratória adotada pelo país de destino, principalmente em relação a que tipo de trabalho esses refugiados poderiam exercer no novo território. O Brasil, por exemplo, deu preferência tanto para o trabalho urbano (voltado para a zona industrial de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, além do desenvolvimento da indústria automobilística, química, farmacêutica e eletroeletrônica), quanto para o trabalho rural (voltado para o desenvolvimento de projetos agrícolas no território nacional). Já em países como o Canadá, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a Austrália, o interesse recaiu majoritariamente para o trabalho nas grandes cidades.³

Conforme Banko (2016), as negociações de trabalho e viagem foram organizadas por meio de acordos internacionais entre diferentes países. No caso latino-americano, como Argentina, Brasil e Venezuela, a entrada de pessoas no território era livre de fatores de gênero, estado civil e faixa etária. Por outro lado, no caso estadunidense, canadense e australiano, houve imposições que limitavam a entrada de imigrantes: estes deveriam ser jovens, solteiros e sem dependentes.⁴ Por uma delimitação temática, envolvendo o mundo do trabalho rural e sua relação com os imigrantes refugiados, ao longo do texto são apresentados uma série de colônias agrícolas e projetos de reassentamentos rurais em países latino-americanos e africanos, pois foram estes que preferiram suas políticas imigratórias ao campesinato.

OS CASOS LATINOAMERICANOS

No caso brasileiro, a proposta do governo visava a integração de trabalhadores considerados hábeis e qualificados nos setores industriais e agrícolas, alinhada ao objetivo de aumentar a produção, que passava por processos de mecanização e diversificação durante o período.⁵ Apesar disso, mesmo com o interesse da política externa brasileira nas negociações de imigração do pós-guerra, o país recebeu apenas 29.000 imigrantes do número total. Esse número reduzido de refugiados no país foi uma somatória de deficiências de ordens conjunturais e estruturais, tais como morosidade administrativa, falhas burocráticas, propaganda desfavorável à imigração, racismo, insuficiência de critérios para a seleção dos refugiados e deslocados, além da demora para a promulgação do Acordo Brasil-Comissão Preparatória (Andrade, 2005, p. 28-30).

À exemplo destas deficiências, em 1946, o Comitê Intergovernamental e o Subcomitê de Definições do Comitê Especial ligados a OIR reuniram-se junto ao delegado brasileiro encarregado que "não [se] quer[ia] reincidir no erro de admitir, por exemplo, japoneses, que mostraram ser inassimiláveis [...] [n]ós queremos de preferência reforçar nossa ascendência européia, após uma escolha tão rigorosa quanto possível" (Exposé, 1946b, p. 2 *apud* Andrade, 2005, p. 14).

Paralelamente às negociações entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental, que seguiam seu lento curso burocrático, o presidente Dutra decidira pelo envio de três comissões de seleção à Europa [...] Em fins de outubro, o grupo de seleção brasileiro já se encontrava a caminho da Europa, sem ter levado consigo, contudo, instruções quanto aos critérios de

³ Para uma análise sobre os perfis das entradas e as políticas imigratórias adotadas pelo Brasil, cf. Bastos; Salles; Paiva (2013).

⁴ Sobre estudos de refugiados que se estabeleceram em áreas urbanas, cf. Connell (2016) e Reimers (1981).

⁵ Sobre a política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra, cf. Salles, 2007.

seleção dos refugiados e deslocados, nem tampouco o cadastro da mão-de-obra necessitada no Brasil (Andrade, 2005, p. 15; 16).

A confusão administrativa enfrentada por parte do governo brasileiro só foi resolvida um ano depois, em 1947, quando o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) definiu como prioridade migratória letões, lituanos, estonianos, ucranianos, russos brancos, poloneses e iugoslavos que passaram a chegar no território nacional. Um dos grupos refugiados do período, atendidos pela Schweizer Europahilfe (SEH), foram os suábios do Danúbio que migraram para o Estado do Paraná.⁶ Étnicos germânicos, habitantes da região correspondente à Iugoslávia, Romênia e Hungria, os suábios foram expatriados durante o governo de Josip Broz Tito devido ao apoio que deram às tropas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial (Stein, 2011).⁷

Após as negociações entre as instituições anteriormente citadas e o governo federal brasileiro, que detinha um interesse crescente no cultivo do trigo com o objetivo de aumentar a produtividade e expandir a produção nacional, os suábios foram encaminhados para compor uma colônia agrícola no Brasil, especificamente em Guarapuava, no centro-sul do Paraná (Elfes, 1971, p.38). Com a regularização das propriedades, os suábios do Danúbio, cerca de 2500 pessoas, se estabeleceram entre 1951 e 1952, após a chegada de seis embarcações com os imigrantes, e fundaram a Colônia Entre Rios.⁸

Ao analisar a imprensa da época, Stein (2011) demonstrou que os políticos paranaenses prezavam pela chegada de imigrantes com um histórico de trabalho no campo, pois acreditavam que estes elevariam a qualidade do trabalho rural no município de Guarapuava:

Tais famílias seriam ocupadas como empregadas da cooperativa, o que segundo o órgão de imprensa, [...] melhoraria suas condições de vida. Além disso, a cooperativa aperfeiçoará seus conhecimentos e lhes dará instrução em matéria agrícola. Ou seja, além de ser justificada pela produção do cereal, a vinda dos suábios melhoraria as condições de vida de pessoas ‘menos favorecidas’ no local (Stein, 2011, p. 57).

A imprensa marcou um discurso baseado na existência de um progresso econômico graças à produção de trigo, experiência entendida como satisfatória, já que havia sido empreendida pelos suábios ainda na Europa, e à utilização de maquinário agrícola moderno. Muitos relatórios sobre a situação inicial da colônia foram escritos, como aqueles produzidos por Walter Gossner (1952), funcionário da Schweizer Europahilfe, que esteve envolvido com a realocação dos refugiados de guerra. Em seu relatório, Gossner acreditava que o empreendimento de Entre Rios seria bastante satisfatório por conta do que denominou de “Menschenmaterial” (material humano), pois para ele, Entre Rios foi colonizada por famílias que estavam acostumadas com o trabalho agrícola e com diferentes técnicas de cultivo. Ao longo do documento, o autor elenca uma série de adjetivos em

⁶ A SEH, criada em 1947 na Suíça, foi responsável pelo gerenciamento de fundos coletivos e sua distribuição em atividades de ajuda emergencial direcionadas aos refugiados, como a criação de moradias, cursos de treinamento, promoção de imigração, reassentamento e integração, cf. Böse (1993).

⁷ Originalmente oriundos do que atualmente corresponde ao sul da Alemanha, os suábios migraram para o leste europeu no século XVIII, incentivados pelo imperador Leopoldo da Áustria, sob o objetivo de ocupar uma região que havia sido recém recuperada dos turcos pelas tropas do Império Austro-húngaro, cf. Stein (2011).

⁸ Nos últimos anos, diversas publicações têm abordado diferentes perspectivas e dimensões relacionadas à migração suábia para o estado do Paraná, tais como: Gärtner; Klanovicz (2015), Olinto; Stein (2020), Santos (2022) e Salis (2023).

relação ao povo suábio, tais como “sadios” (*gesund*) “progressistas” (*fortschrittlich*), “aplicados” (*strebsam*), “diligentes” (*fleissig*), e “resistentes” (*widerstandsfähig*).⁹

A colônia sofreu, nos primeiros anos, várias crises de ordem financeira e más colheitas, ocasionadas por problemas climáticos e técnicos. Os arados europeus, por exemplo, não sulcavam a terra da mesma maneira que ocorria na Europa, pois eram muito pesados para os cavalos da região. Além disso, a produção de trigo não era tão lucrativa devido ao solo pouco adubado, e apesar dos químicos disponíveis, os suábios estavam acostumados com a adubação a partir de fertilizantes naturais que não eram encontrados na localidade. Problemas envolvendo distribuições de terras, crises internas, reemigrações, construções de residências e safras insuficientes permaneceram por anos na localidade e só se estabilizaram com a ampliação das áreas de cultivo e a modernização dos equipamentos agrícolas ao longo da década de 1960 e 1970.¹⁰

O caso guarapuavano não se firma como único em meio a tantas outras colônias fundadas na América Latina do antes e no pós-guerra. A historiadora venezuelana Catalina Banko, em seu estudo sobre os imigrantes eslavos na Venezuela, aponta que, em 1938, o governo venezuelano criou o Instituto Técnico de Imigração e Colonização (ITIC) sob objetivo de conduzir a modernização e desenvolvimento técnico agrícola do país. Havia uma insuficiência produtiva que exigia o estabelecimento de “agricultores, trabalhadores qualificados, técnicos, industriais, artesãos, agrônomos, agrimensores e engenheiros, profissões consideradas as mais adequadas para aumentar a riqueza nacional”¹¹ (Banko, 2016, p. 65).

Em 1947, a Venezuela firmou um acordo conjunto com a Organização Internacional para Refugiados (OIR) em que se dispôs a receber refugiados da Segunda Guerra Mundial sob condição de 40% do total de imigrantes destinados ao país serem agricultores.¹² A demanda pelo trabalho agrário e a exigência profissional como condição primária para a imigração levaram muitos dos refugiados que possuíam profissões variadas, como farmacêuticos, professores, médicos, químicos e engenheiros, por exemplo, a se declararem lavradores com o objetivo de conseguirem o visto necessário para o abrigo. As famílias polonesas, húngaras, romenas e búlgaras se estabeleceram então na Fazenda Mampote, onde se dedicaram ao trabalho rural, e nas colônias agrícolas de Chirgua (Carabobo), Mendoza (Miranda), Rubio e Tamá (Táchira).¹³

Em 1947, os primeiros navios chegaram a Caracas com os imigrantes vindos dos campos de refugiados. Uma ação conjunta entre o Comitê da Cruz Vermelha Venezuelana e o Rotary Club mediaram a inserção dos imigrantes nas terras e nos centros urbanos venezuelanos.

As estatísticas oficiais nos permitem constatar que, entre 1940 e 1957, os italianos, espanhóis e portugueses constituíam quase 70% do total de 526.655 imigrantes. Somente 18.802 pessoas eram provenientes de países do leste europeu, o que representava apenas 3,57% dos estrangeiros que chegaram ao país naquele período. A sua composição por nacionalidades era a seguinte: 22 albaneses; 185 búlgaros; 1.467 tchecoslovacos; 243

⁹ Para uma análise das impressões de Gossner em relação à colônia, ver Stein (2011).

¹⁰ Sobre as dificuldades econômicas e estruturais, cf. Michelz (1989) e Böse (1993).

¹¹ “Agricultores, obreros calificados, técnicos, industriales, artesanos, agrónomos, agrimensores e ingenieros, ocupaciones reputadas como las más idóneas para incrementar la riqueza nacional.”

¹² Sobre a política migratória venezuelana no processo de espacialização da migração global, cf: Huhn; Rass (2018).

¹³ Na década de 1930, uma crise agrícola estabeleceu-se na Venezuela. A crise foi causada por uma combinação de fatores, incluindo a queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas, a diminuição da demanda por esses produtos e a falta de investimento em tecnologia agrícola (Rivas Aguilar, 1989). O estabelecimento de estrangeiros em território venezuelano aumentou a partir do Plano Trienal (1938-1941), um programa de modernização econômica e social nacional. Após a criação do ITIC, buscou-se desenvolver o setor agrícola por meio de um sistema de “imigração dirigida”, com estrangeiros orientados a ocupar colônias.

estonianos; 3.341 húngaros; 697 letões; 831 lituanos; 4.178 poloneses; 1.467 romenos; 2.672 russos e 3.159 iugoslavos¹⁴ (Banko, 2016, p. 68).

Ainda que o foco principal do trabalho de Banko tenha recaído sobre os europeus orientais em território venezuelano, a autora constatou uma forte presença italiana nos registros de imigrantes no período. Assim como a Venezuela, a Argentina também recebeu uma quantia significativa de estrangeiros desse país no período pós-Segunda Guerra. Giuseppe Benedini (2013), ao estudar as missões de assistência técnica e a imigração rural italiana para a Argentina, trabalhou com diferentes fontes políticas sob objetivo de orientar a história da chamada “imigração dirigida” que, na década de 1950, buscava por assentamentos rurais latino-americanos com potencialidades de recepção dos imigrantes.¹⁵ O autor comenta que o governo estadunidense, que até então possuía políticas de controle sobre a imigração no pós-guerra, financiou, por meio da *Economic Cooperation Administration* (ECA), investimentos de iniciativa pública e privada europeia em países latinos. México e Brasil aceitaram tais investimentos e alteraram suas leis de imigração para atrair trabalhadores europeus e asiáticos. Para Bendini (2013, p. 116):

Isso se deve principalmente ao fato de que, a partir de 1950, o Plano Marshall modificou suas diretrizes operacionais: não mais assistência direta aos governos da Europa (onde as exportações americanas caíram 30% no ano anterior, devido à reativação das indústrias nacionais), e apoiou empresas que investiram em terceiros países da área do dólar.¹⁶

Ao final dos anos 1940, organizações como a UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*) e a própria IRO promoveram tratados bilaterais que envolveram milhares de famílias camponesas europeias oriundas de países densamente povoados e com um histórico econômico rural predominante (Itália, Iugoslávia, Espanha e Polônia). Era uma forma desses países europeus lidarem com o excesso de trabalhadores sem funções e em condições precárias de vida, enquanto os países latino-americanos precisavam de força de trabalho para o desenvolvimento econômico.

Cerca de meio milhão de trabalhadores italianos chegaram à Argentina entre 1946 e 1960 destinados ao setor industrial.¹⁷ O governo peronista subsidiava a imigração promovendo o pagamento da passagem e dos gastos iniciais, assim como assegurava o assessoramento a boas condições de trabalho e cursos de formação/especialização. Entretanto, a imigração rural argentina foi consideravelmente menos intensa que a urbana, por pelo menos duas razões, uma de ordem internacional e uma segunda de ordem nacional. A primeira envolvia a tensão entre o governo de Buenos Aires e Washington, uma vez que, com o lançamento do Plano Marshall, o governo argentino acreditava estar

¹⁴ “Las estadísticas oficiales nos permiten constatar que, entre 1940 y 1957, los italianos, españoles y portugueses constituyan casi el 70 por ciento del total de 526.655 inmigrantes. Solamente 18.802 personas provenían de países ubicados en Europa del Este, lo que representaba apenas el 3.57 por ciento de los extranjeros que arribaron al país en ese período. Su composición por nacionalidades era la siguiente: 22 albanos; 185 búlgaros; 1.467 checoslovacos; 243 estonianos; 3.341 húngaros; 697 letones; 831 lituanos; 4.178 polacos; 1.467 rumanos; 2.672 rusos y 3.159 yugoslavos.”

¹⁵ É pertinente ressaltar que o país recebeu diversos outros grupos de imigrantes, incluindo os suábios do Danúbio.

¹⁶ “Esto se debió principalmente al hecho de que, a partir de 1950, el Plan Marshall modificó sus directrices operacionales: no más asistencia directa a los gobiernos de Europa (donde las exportaciones americanas disminuyeron en 30% durante el año anterior, en virtud de la reactivación de las industrias nacionales), y sí apoyo a empresas que invertían en países terceros dentro del área del dólar.”

¹⁷ Conforme Ballinger (2012), cidadãos italianos migraram não só para América Latina, como também para uma variedade de territórios presentes na África e nos Balcãs, como Eritreia, Etiópia, Somália, Albânia, Venezia Giulia e Valle d'Aosta. Territórios estes que antes estavam sob controle da Itália, mas foram perdidos com o Tratado de Paz de 1947.

integrado como país abastecedor subsidiário de cereais, o que não ocorreu na prática. A segunda envolvia a indisponibilidade de terras férteis para o cultivo, pois as ideias ao plantio já estavam ocupadas desde o século XIX, restando somente alguns territórios nas províncias andinas de Salta, Jujuy e Tucumán, apresentadas como de interesse pelo governo italiano, conforme informações do Consulado Italiano em Córdoba (Benedini, 2013). Finalmente, colônias de imigrantes italianos foram estabelecidas em diversas cidades argentinas como La Plata, Bahía Blanca, Rio Negro, Mendoza, Cordoba, Florencio Varela e Melchor Romero (Capuzzi, 2006).

Somente em 1952, após um acordo mais estreito entre a Argentina e a Itália que favoreceu a união de núcleos familiares e regulamentou a garantia de assistência aos imigrantes pobres, foram selecionados trabalhadores especializados no trabalho rural com destino aos referidos campos argentinos. No entanto, apenas uma pequena parcela de imigrantes conseguiu se estabelecer em colônias agrícolas de terras públicas, pois o peronismo não havia conseguido realizar a reforma agrária prometida. Os outros estrangeiros precisaram ser realocados em Buenos Aires contribuindo “assim para o aumento da macrocefalia da qual a Argentina sofreu e ainda sofre, em relação a sua capital.”¹⁸ (BENEDINI, 2013, p. 118, tradução nossa).

Grupos de refugiados italianos também participaram de um projeto de desenvolvimento rural na Costa Rica. Conforme Weizmann (1985), em 1949, a "Società Italiana di Colonizzazione Agricola", em organização conjunta com a IRO e o "Instituto de Tierras y Colonización (ITCO)", organizou a ida de colonos oriundos de pelo menos quarenta localidades distintas da Itália, mas principalmente em relação àqueles afetados pelo êxodo juliano-dálmata, uma diáspora caracteriza pela saída forçada de étnicos italianos de Istria, Fiume e Dalmácia (Croácia) após a anexação dos territórios à Iugoslávia de Tito. Os italianos se estabeleceram no distrito de San Vito, em Coto Borus, para o plantio de café e algodão sob mediação de uma cooperativa agrícola. O plano de colonização de San Vito objetivava ao povoamento de áreas inabitadas no país e suas áreas periféricas, bem como incentivava o financiamento internacional que se dava por meio de empréstimos bancários e de aquisição de terras. Foram cerca de 250 famílias distribuídas em dez mil hectares que optaram por permanecer na colônia, dedicando-se principalmente à produção de café e outras culturas de subsistência desde a sua fundação.

Um caso semelhante ao de San Vito foi Sosúa, um pequeno município litorâneo da República Dominicana, lar de uma comunidade e colônia agrícola no Caribe, considerada a primeira colônia com a intenção de refúgio aos judeus europeus perseguidos durante o nazismo. De acordo com Gigliotti (2006), a colônia foi construída na costa norte da República Dominicana em apoio conjunto entre filantropos judeus estadunidenses, organizações de ajuda judaica, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o presidente dominicano, Rafael Trujillo. Ainda que o esquema de reassentamento original contasse com uma estimativa de 100.000 judeus, a localidade nunca ultrapassou o pico de 500 pessoas.

Sua formação está ligada ao ano de 1938, a partir da Conferência de Evian, que reuniu 30 países com a intenção de lidar com a crise de refugiados judeus perseguidos na Europa central. A República Dominicana, sob comando de Rafael Trujillo, ofereceu a possibilidade de reassentamento para milhares destes judeus europeus a partir de duas motivações principais: limpeza de imagem do governo dominicano e "aprimoramento da raça". Um ano antes da conferência, cerca de 15 mil camponeses haitianos, cortadores de cana que trabalhavam nas regiões fronteiriças da região dominicana, foram massacrados por militares a mando de Trujillo. A repercussão negativa dessa ação fez com que Trujillo

¹⁸ “Así a aumentar la macrocefalia de la cual sufría, y todavía sufre, la Argentina en relación a su capital.”

fosse considerado um "pequeno Hitler do Caribe", e por isso a possibilidade de oferecer terras aos judeus poderia amenizar os atos do ditador com a diplomacia internacional.

Sosúa também pode ser compreendida como uma das tentativas da República Dominicana para recrutar mão de obra europeia para colonização agrícola, sob a intenção maior de "aprimorar" a raça dominicana e reforçar a distinção com o lado haitiano, pautado em uma identidade afro-caribenha. Até o fim da década de 1930, a imigração judaica em território dominicano estava proibida, mas devido à demanda pela modernização dos campos, a possibilidade foi reaberta. Os judeus eram tradicionalmente difamados e tratados como "marginais" nos debates de imigração, mas foram então reinventados a partir de uma necessidade econômica e de branqueamento populacional por parte do governo dominicano (Gigliotti, 2006, p. 27-28).

Com a oferta de Trujillo, a "*Refugee Economic Corporation of New York*" em colaboração com o comitê consultivo de Roosevelt para a política de refugiados, investigou as terras de Sosúa que foram designadas como impróprias para a agricultura, devido à baixa pluviosidade, muitos afloramentos rochosos e solos rasos. Ainda que diversos aspectos não favoráveis à colonização tenham sido elencados, com a invasão à Polônia em 1939, a organização de reassentamento de judeus na Alemanha e Áustria se tornou mais difícil. Decidiu-se pela manutenção do projeto por parte de Roosevelt, que fundou a Agro-Joint (*American Jewish Joint Agricultural Corporation*) e forneceu \$200.000 como subsídio inicial. Em 1941, havia cerca de 350 colonos alemães, austríacos, húngaros, tchecoslovacos e russos em Sosúa. Quando chegaram à República Dominicana, os imigrantes foram alocados em quartéis e, posteriormente, enviados para fazendas onde deveriam produzir e reembolsar o investimento dado pelo governo americano.

Nos primeiros anos de existência, a colônia se desenvolveu em forma de cooperativa agrícola a partir da produção de milho, fumo, coco, laranja, banana, feijão, abacaxi, batata e mamão. Do total de imigrantes, metade da população judaico-alemã tinha mais de 50 anos e apenas 1,5% de fato era composta por agricultores:

Entre março de 1940 e junho de 1941, nasceram seis crianças, vários divórcios foram concedidos e houve dois casamentos entre refugiados e mulheres dominicanas. Em 30 de junho de 1942, a população de colonos em Sosúa era de 472 pessoas, com 104 casais, 158 homens solteiros, 38 mulheres solteiras e 68 crianças menores de 15 anos. Enquanto o número de pessoas que 'passaram por' Sosúa entre 1940 e 1955 foi estimado em cerca de 670. Sosúa deteve em seu pico de população judaica permanente em 476 no ano de 1943. A migração de entrada ocorreu juntamente com expulsões, pois os colonos também foram removidos da colônia para falta de desempenho e não adaptação¹⁹ (Gigliotti, 2006, p. 34).

Diferentes dificuldades atingiram o cotidiano dos trabalhadores da colônia, como uma epidemia de malária, indisponibilidade de terras para todos, altos custos de produção para colonos, superlotação, técnicas agrícolas ineficientes e transporte deficiente de distribuição de produtos. Com o fim da Segunda Guerra, houve um número considerável de colonos que reemigraram para outras localidades, como Nova York. As razões para isso

¹⁹ "Between March 1940 and June 1941, six children were born, several divorces were granted, and there were two marriages between refugees and Dominican women. By 30 June 1942, the settler population at Sosúa was 472 persons, with 104 married couples, 158 single men, 38 single women and 68 children under 15. While the number of people who 'passed through' Sosúa between 1940 and 1955 has been estimated at around 670, Sosúa operated at its peak permanent Jewish population of 476 in 1943. Incoming migration occurred alongside expulsions, as settlers were also removed from the colony for lack of performance and non-adjustment."

se centravam na pouca adaptação à vida rural, já que muitos eram originários de grandes cidades e com carreiras profissionais distintas. Ademais, os colonos reclamavam que não havia oportunidade de estudos na região e temiam que seus filhos, então cidadãos daquele país, fossem obrigados a servir o exército dominicano (GIGLIOTTI, 2006). No início do século XXI, menos de dez famílias judias ainda residiam na área rural de Sosúa - a localidade realocou seu desenvolvimento econômico do ramo agrícola para se tornar um município com foco no turismo, por conta de suas praias vizinhas.

OS CASOS AFRICANOS

A presença de refugiados europeus em reassentamentos rurais também se deu em território africano. À exemplo dos poloneses na África Oriental que ocuparam especificamente territórios de colonização britânica, como Tanganyika, Uganda, Quênia, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e África do Sul.²⁰ Os dois primeiros territórios citados, abrigaram a maior quantidade de refugiados europeus nas colônias de Tengeru (Tanganyika, atual Tanzânia) e Masindi (Uganda). Estes assentamentos de refugiados poloneses na África colonial britânica se deram a partir da deportação em massa dos nacionais por parte do governo soviético ao controlar a região. As autoridades soviéticas ao se estabelecerem no território polonês, segregaram populações consideradas de alta ameaça, como os colonos que ali receberam terras na década de 1920, silvicultores, soldados, professores, cientistas, padres e ativistas (NOWAK, 2019, p. 95). Alguns dos refugiados eram familiares dos oficiais executados no Massacre da Floresta de Katyń (1940), já outros provinham de campos de trabalho forçado em assentamentos remotos no Uzbequistão, Cazaquistão e Sibéria, como também havia a presença de trabalhadores dos Colcoz, uma forma de propriedade rural coletiva, típica da União Soviética, em que os colcozianos (camponeses) integravam uma cooperativa de produção agrícola coletiva.²¹

Em decorrência do pacto Sikorski-Maisky, os poloneses conseguiram possibilidade de deportação para locais considerados seguros.²² O governo inglês interferiu e mediou a imigração dos cidadãos que foram mandados para quatro regiões: Índia, México, Nova Zelândia e os países já citados na África colonial britânica, em caráter temporário. Com a chegada dos primeiros refugiados via mar de Karachi, o cônsul geral da Polônia para a África Oriental, Michaï Wierusz-Kowalski, ficou encarregado de investigar as oportunidades de emprego para os refugiados naqueles países. Ficou-se estabelecido que os poloneses deveriam desempenhar um papel na agricultura da região, a partir da modernização da produção com o empréstimo de máquinas e equipamentos agrícolas estadunidenses e britânicos (Warlik, 2019, p. 119-120).

Quando os imigrantes chegaram no território da Rodésia, se depararam com outros judeus e gregos refugiados, além de poloneses da elite oriundos do Chipre que escaparam da Polônia via Romênia após a primeira invasão nazista no país em 1939. As condições dos assentamentos eram relativamente boas, especialmente em comparação com outros campos para refugiados encontrados na Europa.²³ Julian Suski, então representante do governo polonês, foi a Tengeru e mencionou que a colônia correspondia a uma “vila de

²⁰ O trabalho de Katarzyna Nowak (2019) explora um episódio de resistência dos imigrantes frente a uma realocação forçada de mudança da região sul africana para a Itália. O artigo examina a situação dos refugiados à margem da ajuda internacional e as negociações/mobilizações dos refugiados frente aos discursos dominantes. O governo britânico desautorizou e negou a compra de terras por parte do governo polonês, uma vez que a permanência destes no território foi uma solução temporária para a crise dos refugiados poloneses.

²¹ As razões para o deslocamento foram, principalmente, as consequências da Guerra Polaco-Soviética (1919) e a invasão nazista no território polonês (1939) (Warlik, 2019, p. 184).

²² O tratado concedeu anistia aos poloneses capturados após a invasão soviética na Polônia.

²³ Sobre um estudo detalhado envolvendo a presença de poloneses na sociedade rodesiana, cf. Tavuyanago *et al.*, 2012.

férias modestamente organizada bem à frente dos assentamentos rurais no leste e centro da Polônia”²⁴ (Nowak, 2019, p. 97).

Em Nairobi, a maioria dos refugiados nas colônias africanas eram de origem agrícola. Embora não estivessem familiarizados com o clima e o solo africano, eles tinham experiências em relação ao cuidado, cultivo e criação de plantas e animais. Wierusz-Kowalski, por exemplo, encarava a situação dos refugiados na África como uma oportunidade de reserva de mão de obra capaz de deslocar a experiência de trabalho que tiveram em campos europeus para os campos africanos. No caso de Uganda, com os assentamentos de Koja e Masindi, houve um esforço por parte da comunidade polonesa no fomento de sua própria comida. Foram criados na década de 1940, criadouros, abatedouros, açougues e indústrias de laticínios nos arredores das colônias a partir de uma mão de obra tanto europeia quanto africana:

A população africana não só viu os refugiados trabalhando nas fazendas dos acampamentos, como também trabalhou ao lado deles. Campos de trabalho africanos foram montados ao lado dos campos de refugiados maiores, e os africanos foram designados para trabalhar dentro dos campos em novos projetos de construção, reparos e renovação de edifícios existentes, controlando o crescimento da vegetação selvagem dentro dos campos para conter os vermes, limpando a terra para a agricultura e atuando para a mão-de-obra agrícola. Os africanos das aldeias vizinhas trabalhavam como carteiros, guardas de segurança, nas cozinhas e hospitais, e como ‘meninos domésticos’. Os poloneses não permitiram que a presença de africanos os impedisse de perseguir seus objetivos de autossuficiência, ao contrário, eles se viram utilizando mão de obra africana para ajudar a alcançar isso²⁵ (Warlik, 2019, p. 102).

As colônias de Tengeru e Tanganyika foram as mais bem sucedidas em relação à produção, ainda que muitas dificuldades tenham sido presenciadas pelos agricultores. Em relação à limpeza das selvas, as únicas ferramentas disponíveis, em meados da década de 1940, eram os machados e as pangas (uma lâmina larga usada no sul africano, semelhante ao facão). Além disso, a presença de víboras causou numerosos acidentes com os trabalhadores, ao passo que diferentes pragas e doenças afetaram as plantações.

Os acampamentos ofereciam disponibilidade de emprego na educação, tanto para homens quanto para mulheres, inclusive em internatos. Engenheiros técnicos, botânicos, silvicultores, padres, freiras, cientistas do solo e outros sem qualificação formal foram empregados como professores. Pelo menos 80% do grupo polonês enviado aos campos africanos era composto por mulheres e crianças, pois a população masculina cumpria a obrigatoriedade militar na Europa. Essa escassez de homens nos campos fez com que as mulheres não ficassem restritas ao trabalho de ensino, como tradicionalmente ocorria na Polônia.

Em uma pesquisa elaborada por Wanda Warlik, a historiadora apresentou o caso de Julia, mãe de dois filhos e esposa de um militar prisioneiro de guerra que atuou nos registros

²⁴ “Modestly organised vacation village well ahead of rural settlements in eastern and central Poland.”

²⁵ “The African population not only saw the refugees working on the camp farms, they worked alongside them. African labour camps were set up next to the larger refugee camps, and Africans were assigned to work inside the camps on new building projects, repairs and renovation of existing buildings, controlling the growth of wild vegetation inside the camps to keep down vermin, clearing land for farming, and as farm labour. Africans from nearby villages worked as postmen, as security guards, in the kitchens and hospitals, and as ‘house boys’. The Poles did not allow the presence of Africans to prevent them from pursuing their goals of self-sufficiency, rather, they found themselves utilizing African labour to help achieve this.”

de recém-chegados e na redação de cartas à Polônia informando casos de mortes para familiares que ficaram na Europa. Parte do trabalho de Julia esteve centrado na tentativa de convencer o retorno de um grupo de meninas que deixaram os campos para trabalharem como prostitutas na área urbana de Ndola (Zâmbia). Em testemunho, Jadzia, 17 anos, disse:

Eu preciso de dinheiro. Eu tenho que me preparar de alguma forma porque nunca poderei voltar para a Polônia. Nunca mais poderei ver minha mãe. Eu não seria capaz de mentir para ela, e se ela descobrisse o que eles fizeram comigo, seu coração iria quebrar. Eu tinha 14 anos, quando [após a prisão soviética] durante o interrogatório, fui repetidamente estuprada em uma mesa enquanto vários homens sentados ao redor dela observavam e riham. E então... Talvez o que estou fazendo agora esteja errado, mas pelo menos estou fazendo de livre e espontânea vontade²⁶ (Filipczak-Puchalska, 2002, p. 80 *apud* Warlik, 2019, p. 123).

Muitas mulheres participaram ativamente do trabalho na terra e experimentaram um pequeno grau de independência que veio dos salários recebidos por parte das autoridades britânicas. Entretanto, a prostituição foi frequente nos núcleos coloniais africanos, visto que por vezes os montantes que recebiam eram insuficientes para garantir estabilidade e/ou fomentar o reencontro com parentes até então perdidos. Inclusive, algumas mulheres já haviam sido presas e deportadas do leste da Polônia por prostituição, mas com a anistia rumaram, junto com outras famílias de militares, para o Irã e posteriormente para o sul africano. A prática da prostituição não era considerada um crime, mas encarada como uma ofensa à moralidade. Nos campos de Uganda e Masindi, muitas mulheres foram transferidas para áreas segregadas, diagnosticadas como "débeis mentais" e tratadas em hospitais psiquiátricos próximos às áreas urbanas (WARLIK, 2019, p. 138-140). A incerteza em relação ao futuro permeava o cotidiano dessas mulheres, especialmente as mais jovens, solteiras e sem familiares vivos. Elas não tinham certeza se permaneceriam no território africano nos próximos anos ou se seriam enviadas de volta ao leste europeu sem qualquer fundo de reserva.

Havia um total de 18.194 refugiados poloneses nos campos africanos. Os números variavam em diferentes territórios, com Uganda abrigando 6.056 refugiados, Tengeru com 4.045 e Quênia com 549. Durante a década de 1950, a IRO reduziu o investimento e amparo às colônias africanas e coordenou ações de transporte dos poloneses para destinos diversos, como França, Canadá, Egito, Haiti, Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Marrocos, Reino Unido e Suécia. Quase um em cada cinco foi reunido com suas famílias na Polônia, e quase mil poloneses foram aceitos permanentemente nos territórios africanos (Lingelbach, 2020). Após a retirada dos refugiados poloneses dos assentamentos na África, muitos dos locais foram abandonados ou reutilizados para outros fins. Alguns dos assentamentos foram transformados em instalações militares ou utilizados para outros propósitos governamentais.²⁷ Por exemplo, a colônia de Tengeru, na Tanzânia, foi convertida em uma escola agrícola, enquanto Morogoro foi readaptada como base militar do exército tanzaniano, e o assentamento na Zâmbia foi abandonado, deixado em ruínas.

²⁶ “I need money. I have to set myself up somehow because I can never go back to Poland. I can never see my mother again. I wouldn't be able to lie to her, and if she found out what they did to me, her heart would break. I was 14 years old, when [following Soviet arrest] during interrogation, I was repeatedly raped on a table as a number of men sitting around it, watched on and laughed. And then ... Perhaps what I am doing now is wrong, but at least I am doing it of my own free will.”
²⁷ Para a história de refugiados poloneses na Zâmbia, cf. Tembo (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos explorados no artigo envolvem uma série de empreendimentos direcionados ao trabalho rural de refugiados europeus que estavam em campos de ajuda à espera de reassentamento. Em todas as situações, foram necessárias ações conjuntas entre órgãos humanitários internacionais e governos nacionais para o provimento de terras, amparo e financiamento aos trabalhadores. As adversidades geográficas, culturais, econômicas e sociais, que por vezes aproximam - como também distanciam - as colônias, interferiram diretamente nos rumos dos trabalhadores que permaneceram ou migraram para outros locais.

Ainda que o foco deste trabalho tenha recaído sobre os casos americanos e africanos por serem os mais notáveis de colonização agrícola, o fenômeno do refugismo esteve - e ainda está - presente em todos os continentes. Inúmeros casos de reassentamento, menores em proporção comparada aos citados no artigo, ocorreram não só com refugiados europeus, como também com diversas nacionalidades e em conjunturas variadas, a exemplo da fuga forçada em 1942 de hindus da Birmânia após a ocupação japonesa no território, juntamente com a posterior partição da Índia (1947) e o caso dos etíopes após a invasão italiana de 1935.²⁸

A presença destas pessoas em territórios diversos alterou e impactou a paisagem, o ambiente, o mercado de trabalho, a cultura, a sociedade e a economia. As origens distintas e as interações entre os nacionais fomentaram novas redes que rendem inúmeras oportunidades de pesquisa e tangenciam diferentes estudos, como os de produção, abastecimento alimentar, trabalho rural, trabalho em indústrias, prostituição, os encontros culturais, a política diaspórica e a circulação de conhecimentos. As histórias desses refugiados ultrapassam uma história de Estados-nações e, quando integradas em uma perspectiva global, permitem ampliar as visões sobre as motivações de conflitos e as ações delimitadas por organizações internacionais de amparo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José F. de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.
- BANKO, Catalina. Un refugio en Venezuela: los inmigrantes de Hungría, Croacia, Eslovenia, Rumania y Bulgaria. **Tiempo y Espacio**, v. 26, n. 65, p. 63-75, 2016.
- BANKO, Lauren; NOWAK, Katarzyna; GATRELL, Peter. What is refugee history, now? **Journal of Global History**, p. 1-19, 2021.
- BALLINGER, Pamela. Entangled or 'extruded'histories? displacement, national refugees, and repatriation after the Second World War. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 366-386, 2012.
- BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair; SALLES, Maria R. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do R. R. (orgs.) **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo / Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- BENEDINI, Giuseppe F. Las Misiones de Asistencia Técnica y la emigración rural italiana en Latinoamérica (1950-1952). **Journal of Agriculture and Environment for International Development (JAEID)**, v. 107, n. 1, p. 115-141, 2013.
- BÖSE, Sama. Neue Wege zur Lösung der Flüchtlingsproblematik. Das donauschwäbische Siedlungsprojekt der Schweizer Europahilfe in Brasilien, 1949-1952. In: HUG, Peter; MESMER,

²⁸ Os casos podem ser consultados em: Kudaisya (1995) e Shadle (2019).

- Beatrix. **Von der Entwicklungshilfe zur Entwicklungspolitik.** Bern: Studien und Quellen - Etudes et Sources - Studi e Fonti, 1993, p. 157-174.
- BRENER, Jayme. **Tragédia na Iugoslávia.** Guerra e Nacionalismo no Leste Europeu. São Paulo: Atual, 1993.
- CAPUZZI, Lucia. **La frontiera immaginata:** profilo politico e sociale dell'immigrazione italiana in Argentina nel secondo dopoguerra. FrancoAngeli: Milano, 2006.
- CONNELL, John; MCMANUS, Phil. **Rural revival? Place marketing, tree change and regional migration in Australia.** London: Routledge, 2016.
- ELFES, Albert. **Suábios no Paraná.** Curitiba: [s.n], 1971.
- GARTNER, Monique; KLANOVICZ, Jó. Suábios do Danúbio na Mata Atlântica do sul do Brasil: memória ambiental e paisagem. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 24, p. 113-133, 2015.
- GIGLIOTTI, Simone. 'Acapulco in the Atlantic': Revisiting Sosúa, a Jewish Refugee Colony in the Caribbean. **Immigrants & Minorities**, v. 24, n. 01, p. 22-50, 2006.
- GINESY, Robert. **La Seconde Guerre Mondiale et les Déplacements de Populations: les organismes de protection.** Paris: Pedone, 1948.
- GOSSNER, Walter. **Agrária.** Die Siedlung der Donauschwaben im Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná. Bericht über die Ergebnisse der im Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeföhrten Untersuchung. Jundiaí. März 1952. Mimeo
- HUHN, Sebastian; RASS, Christoph. The Post-World War II Resettlement of European Refugees in Venezuela: A Twofold Translation of Migration. In: RAMIREZ, Gabriele; WARNECKE-BERGER, Hannes. **Spatialization Processes in the Americas:** Configurations and Narratives. Peter Lang GmbH: Internationaler Verlag Der Wissenschaften, 2018, p. 243-67.
- KUDAISYA, Gyanesh. 'The Demographic Upheaval of Partition: Refugees and Agricultural Resettlement in India, 1947–67,' **Journal of South Asian Studies**, n. 18, supplement issue, 1995.
- LINGELBACH, Jochen. **On the Edges of Whiteness:** Polish Refugees in British Colonial Africa during and after the Second World War. Oxford: Berghahn Books, 2020.
- MICHELZ, Johanna E. **Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985.** Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.
- NOWAK, Katarzyna. 'We Would Rather Drown Ourselves in Lake Victoria': Refugee Women, Protest, and Polish Displacement in Colonial East Africa, 1948–49. **Immigrants & minorities**, v. 37, n. 1-2, p. 92-117, 2019.
- RIVAS AGUILAR, Ramón. Estado y desarollo capitalista en Venezuela: 1936-1941. **Revista Venezolana de Ciencias Políticas.** Mérida, Venezuela. II, 3, pp. 361-420, 1989.
- REIMERS, David. Post-World War II immigration to the United States: America's latest newcomers. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 454, n. 1, p. 1-12, 1981.
- SALIS, André. **O Silêncio do Leste:** Refugiados do Stalinismo no Paraná - ucranianos, suábios e menonitas. São Paulo: e-manuscrito, 2023.
- SALLES, Maria do R. R. A política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. **Cena Internacional**, v. 9, n. 2, p. 184-210, 2007.
- SANTOS, Rodrigo dos. Outra narrativa sobre os imigrantes do segundo pós-guerra: a representação dos suábios do Danúbio no periódico Diário da Tarde (1951-1972). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 74, p. 150-176, 2022.
- SHADLE, Brett. 'Reluctant Humanitarians: British Policy Toward Refugees in Kenya During the Italo-Ethiopian War, 1935–1940. **The Journal of Imperial and Commonwealth History** 47, no. 1, 2019, p. 167–86.
- SPERANZA, Clarice. O Afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, v. 37, p. 565-590, 2021.
- STEIN, Marcos N. **O oitavo dia:** produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2011.
- STEIN, Marcos N.; OLINTO, Beatriz A. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. e35171-e35171, 2020.

TAVUYANAGO, Baxter; MUGUTI, Tasara; HLONGWANA, James. Victims of the Rhodesian immigration policy: Polish refugees from the Second World War. **Journal of Southern African Studies**, v. 38, n. 4, p. 951-965, 2012.

TEMBO, Alfred. The Impact and Legacies of the Second World War in Zambia. In: JACKSON, Ashley. **National Perspectives on the Global Second World War**. London: Routledge, 2023. p. 116-132.

WARLIK, Wanda. **Displacement and the Second World War**: Polish refugees in Africa. 2019. Dissertation (Doctorate in History). University of Western Australia, Perth, 2019.

WEIZMANN, Herzl. **Italiani alla conquista della floresta**. Una colonizzazione promossa da italiani in Costa Rica: San Vito de Java, Milano, 1985.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Nathan Lermen: Doutorando em História Global. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. R. Eng. Agronômico Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Campus Universitário Trindade, 88040-900, Florianópolis - SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, coleta e análise de dados, discussão dos resultados, revisão e aprovação: Nathan Lermen.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Nathan Lermen. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 9 de julho de 2022.

Aprovado em: 18 de agosto de 2023.

Como citar: LERMEN, Nathan. Deslocamentos transnacionais de refugiados europeus: o trabalho rural em colônias da América Latina e da África oriental. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 69-84, 2024.



MÁS ALLÁ DEL SARGENTO POETA: SOBRE LOS VÍNCULOS ENTRE LOS ESTUDIOS BIOGRÁFICOS Y LA LITERATURA

Beyond Sargent Poeta: on the links between biographical studies and literature

Ramiro Castro García^a

 <https://orcid.org/0009-0008-5875-2797>

E-mail: ramirocastrogarcia@gmail.com

^a Universidad de la República Oriental de Uruguay,
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Montevideo, Uruguay.

RESUMEN

Este artículo propone indagar en las relaciones entre la vida de un payador, su contexto y la historia de la payada, que se desarrollan en la novela *Muerte y vida del Sargento Poeta* del escritor y periodista uruguayo, Martín Bentancor, a partir los enfoques propuestos en Los usos de la biografía del historiador italiano Giovanni Levi.

PALABRAS CLAVES

Estudios biográficos. Literatura. Payada.

ABSTRACT

This article proposes to investigate the relationships between the life of a payador, its context and the history of the payada, which is developed in the novel *Muerte y vida del Sergeant Poeta* by the Uruguayan writer and journalist, Martín Bentancor, based on the proposed approaches. in The uses of the biography of the Italian historian Giovanni Levi.

KEYWORDS

Biographical studies. Literature. Payada.

Cuando se trata de historia social nos referimos — a grosso modo — a aquélla que considera a la economía como condicionante fundamental de la vida en sociedad y que prioriza el estudio de la historia de los grupos sociales, las masas o las diversas estructuras socioeconómicas antes que la vida particular de los individuos, a la misma vez que generalmente la asociamos con los historiadores de los *Annales*, que fueron los principales críticos de la biografía como herramienta para el estudio del pasado.

Sin embargo, el historiador italiano Giovanni Levi, en la sexta edición de *Annales* de noviembre de 1989 publicó un artículo llamado *Los usos de la biografía*, que invita a reflexionar acerca de la ambigua riqueza de los estudios biográficos, ya sea como instrumento de investigación social o como herramienta para trascenderla. Consecuentemente, Levi pone de manifiesto las tensiones de los vínculos entre el contexto social y su percepción individual por parte de los sujetos que lo integran, problematizando las escalas de análisis, las relaciones entre las reglas y las prácticas, para finalmente elaborar una tipología — parcial — de algunos de los enfoques que han aportado los estudios biográficos.

A partir de las herramientas destacadas por Levi respecto a los aportes de la literatura a los estudios biográficos, nos proponemos indagar en las relaciones entre la vida de un payador, su contexto y la historia de la payada, que se desarrollan en la novela *Muerte y vida del Sargento Poeta* del escritor y periodista uruguayo, Martín Bentancor, desde los enfoques propuestos en *Los usos de la biografía*. Para ello será necesario un abordaje con más detenimiento del artículo en cuestión complementándolo con otros aportes en la materia, que nos permitan construir un marco conceptual para estudiar el relato que será brevemente reseñado en el segundo capítulo y analizado en el tercero, para finalmente esbozar algunas conclusiones.

EL PROBLEMA BIOGRÁFICO

En *Los usos de la biografía* Levi destaca como aspecto significativo del género a las relaciones entre la historia y el relato, por entender que las técnicas argumentativas de la literatura, aún despojadas de los obstáculos documentales propios de la historiografía, se han adaptado a diversos modelos biográficos que han influido a los historiadores.¹ En efecto, el contacto entre ambas disciplinas vislumbró los problemas del rigor documental, debido a que los documentos históricos no siempre registraban hechos tales como los comportamientos cotidianos o los aspectos psicológicos de los sujetos biografiados. Sin embargo, la ausencia de fuentes no fue un obstáculo para que los historiadores fijaran su atención en otras como la tradición oral y los testimonios (Levi Giovanni, 1989, p. 15).

Más allá de los inconvenientes que la carencia documental supone para los historiadores al momento de escribir la vida de una persona, Levi considera que las desviaciones más llamativas provienen de imaginar a los individuos históricos siguiendo un modelo de racionalidad anacrónico. En palabras del autor:

siguiendo en esto una tradición biográfica establecida, y la retórica misma de nuestra disciplina, nos volvemos hacia modelos que asocian una

¹ En este sentido también se pronuncia el historiador francés, Patrice Gueniffey, en su obra *La fuerza y el derecho. Estado, poder y legitimidad durante el siglo XVIII*: “La biografía histórica es un relato. Por lo tanto es un género mixto influido por la literatura, pero condenado a cierta imperfección por las exigencias propias del oficio de historiador. El historiador es el pariente del novelista en cuanto a las técnicas narrativas que utiliza, sobre todo para volver a su personaje lo más “vivo” posible: el biógrafo debe producir “efectos de realidad”. Sin embargo, se distingue del novelista por las exigencias demostrativas de su disciplina.” (Gueniffey, 2004, p. 94).

cronología ordenada, una personalidad coherente y estable, acciones sin inercia y decisiones sin incertidumbres (Levi, 1989, p. 15).

Por lo tanto, la escritura de una biografía presenta el problema entre el protagonista y su contexto, es decir, la identificación y las tensiones entre el sujeto a biografiar y el contexto social y temporal al que pertenece. Para superar esta problemática, Levi destaca el papel de las innovaciones de la técnica literaria, más concretamente la fragmentación de la biografía individual, que permitió considerar los aspectos contradictorios de la identidad de las personas, así como de las distintas representaciones de un sujeto a través de diversas épocas.² Pese a esto, la fragmentación acentúa el problema de la elección de los acontecimientos relevantes de la vida que se pretende biografiar. Según el historiador francés, Patrice Gueniffey (2004, p. 95):

El biógrafo se enfrenta precisamente a este problema: se esfuerza por captar la verdad de su personaje al privilegiar ciertos factores o acontecimientos, a los que concede valor explicativo particular, sin que nada le asegure que estos factores o acontecimientos fueron efectivamente determinantes en la vida que pretende entender.

Si bien el método de fragmentación ofreció una salida a la artificiosa coherencia entre el personaje y un contexto cronológicamente ordenado, subsistió lo que Levi denominó «el problema de la individualidad» (Levi Giovanni, 1989b, p. 16), que fue expuesto desde la literatura mediante la forma dialógica que se empleaban en las narraciones autobiográficas del siglo XVIII. Consecuentemente,

[...] el diálogo no sólo constituía el medio para crear una comunicación menos equívoca; era también una manera de restituir al sujeto su compleja individualidad liberándolo de los pliegues de la biografía tradicional que pretendía, como en una investigación entomológica, observarlo y disecarlo objetivamente» (Levi, 1989, p. 17).

Los métodos biográficos para abordar el problema de la individualidad fueron prescindibles para las corrientes positivista y funcionalista, que priorizaron el rigor documental y el estudio de los grupos y estructuras sociales. No obstante, los problemas acerca de la complejidad de lo singular volvieron a ser importantes para los historiadores que dieron valor a otras fuentes como la oralidad y el testimonio (Varela Manrique Luz y Piedra Dávila Abbys, 2012, p. 167 y 168), pero no para abandonar los estudios relativos a las estructuras sociales sino para darle un enfoque que admitiera aspectos ambiguos o contradictorios que relativizan la visión rígida de los estudios sociales.

La riqueza de la singularidad de la vida de las personas que ha motivado diversas producciones biográficas desde la perspectiva historiográfica, inspiró a Levi a elaborar una tipografía de sus distintos usos, a saber: prosopografía y biografía modal, biografía y contexto, biografía y casos límite, y, biografía y hermenéutica.

El enfoque desde la prosopografía y la biografía modal, se interesa por los estudios biográficos que reflejan los comportamientos que caracterizan a ciertos grupos sociales en determinados momentos, prescindiendo por tanto de aquellos abordajes que relatan vidas

² En este aspecto coinciden Giovanni Levi y Pierre Bourdieu, debido a que éste en su trabajo *La ilusión biográfica*, también considera importante las herramientas metodológicas brindadas por la literatura al género biográfico: «La invención de un nuevo modo de expresión literaria hace aparecer por el contrario la arbitrariedad de la representación tradicional del discurso novelesco como historia coherente y totalizante y de la filosofía de la existencia que implica esta concepción retórica» (Bourdieu, 2011, p. 123).

de individuos que no se identifican con los rasgos comunes de los miembros del grupo social al que pertenecen. Por lo tanto, los fines perseguidos desde esta perspectiva suponen el uso de la biografía como una herramienta al servicio de los estudios sociales (Levi, 1989, p. 19).

En lo que respecta a la utilización que acentúa el contexto, persigue un doble propósito. Por una parte, procura reconstruir el marco histórico y social del sujeto biografiado para darle sentido a todo aquello que a primera vista pareciera incomprensible; mientras que por otro lado, busca llenar las carencias documentales mediante la aplicación del método analógico entre el protagonista de la biografía y sus contemporáneos (Levi, 1989, pp. 20 y 21). Es por ello que este enfoque puede considerarse un instrumento para las investigaciones sociales, debido a que amalgama la singularidad de un individuo con las normas, valores y costumbres del sistema social al que pertenece.³

Por su parte, el uso biográfico de los casos límite implica la inversión metodológica de la perspectiva prosopográfica, porque su punto de partida son los individuos excepcionales de un sistema social para delimitarlo (Levi Giovanni, 1989, pp. 21 y 22). Para ilustrar este enfoque, Levi se refiere a la obra de Carlo Ginzburg *El queso y los gusanos, el Cosmos según un molinero del siglo XVI*, debido a que el autor italiano sostiene que es posible reconstruir ciertos rasgos de una sociedad en un momento histórico determinado a partir de personalidades individuales, puesto que de «la cultura de su época y de su propia clase nadie escapa, sino para entrar en el delirio y en la falta de comunicación» (Ginzburg, 1999, p. 8).

El cuarto y último enfoque de la tipología elaborada por Levi es el hermenéutico, que consiste en abordar los materiales biográficos a partir de la antropología interpretativa, es decir, que desde esta orientación los estudios biográficos son considerados como interpretaciones posibles del sentido de una vida, habida cuenta que son el producto de un proceso de atribución de significado. Por lo tanto, en esta perspectiva la forma dialógica se presenta como método de creación biográfico, al igual que en las autobiografías del siglo XVIII (Levi, 1989, p. 22).

Pese a que Levi consideraba que el enfoque hermenéutico tuvo una influencia intermitente y escasa en las investigaciones biográficas desde la perspectiva histórica (Levi Giovanni, 1989, p. 22), el carácter dialógico de esta metodología reveló a los historiadores la conveniencia de sopesar la incorporación de otros tipos de fuentes como las orales o recursos provenientes de técnicas como el psicoanálisis (Milano Adriana, 2013, p. 58).

En *Los usos de la biografía*, Giovanni Levi entendió necesario debatir el problema biográfico — pese a alejarse de la tradición de *Annales* —, debido a que el cuestionamiento de la validez de los estudios biográficos como instrumento para producir conocimiento histórico, da cuenta de la complejidad de la empresa de relatar los destinos individuales así como de la riqueza metodológica de éstos, que se sirvieron de otras disciplinas y otras fuentes, para afrontar ciertos problemas de las investigaciones de la historia social como las dificultades de las escalas de análisis, los vínculos entre las reglas y las prácticas, así como aquellas cuestiones relativas al determinismo, la libertad y la racionalidad humana que exponen el problema de las relaciones entre individuo y grupo.

En síntesis, la tipografía que realizó Giovanni Levi acerca de las herramientas metodológicas que los estudios biográficos pueden brindar a las investigaciones sociales, nos ofrecen un bosquejo de la biografía como la intersección de ciertas relaciones entre la

³ Con respecto a la utilidad del enfoque del contexto, la investigadora Adriana Milano apunta que: "La búsqueda de respuestas a la crisis en la historiografía y la falta de resultados de investigación satisfactorios condujeron a ensayar diversas soluciones alternativas, en las cuales el contexto sociocultural sirvió de base para un retorno a lo individual y a un cambio en la mirada y formas de abordar las temáticas históricas." (Milano, 2013, p. 55).

literatura y la historia que será fundamental para analizar la novela *Muerte y vida del Sargento Poeta*.

UN MILICO PAYADOR

La novela *Muerte y vida del Sargento Poeta* es un relato que se construye en tres partes, dos en prosa y una en décimas, para narrar la vida de un policía rural que además era payador. El hecho que oficia como disparador de la historia es la noticia de la presunta muerte de un anciano que vivía en el casco abandonado de la vieja estancia *La Morera*, que había denunciado un vecino la última y más calurosa tarde de aquel año:

Dos acontecimientos volvieron atípica a la última tarde del año pasado en estos pagos: el mormazo alcanzó su punto más alto y apareció el cadáver de un antiguo funcionario de esta comisaría. Los dos sucesos, así presentados, parecen no guardar relación pero si sos paciente y seguís leyendo, te contaré cómo conocí al sargeonto poeta en la tarde más calurosa que ha vivido este pueblo y de qué forma nació la vigilia y el trabajo que culminó en esta sarta de asquerosidades — con hedor, pulgas, mierda de palomas y vacío — que voy a relatarte (Bentancor, 2013, p. 12).

Inmediatamente el escribiente de comisaría — que se transformaría en el biógrafo del Sargento Poeta — tomó conocimiento de la noticia e informó al comisario Salvador Pintos, que llegó cuarenta minutos después para recogerlo e iniciar juntos el viaje hacia la estancia *La Morera*. En el trayecto el curioso funcionario pretendió saber más sobre quién había sido aquél ex policía que el comisario conoció cuando recién llegó a la Tercera Sección, sin embargo, las respuestas que recibía del jerarca no hacían más que espesar el halo de misterio que rodeaba al cadáver que yacía en el viejo casco de la estancia:

El sargento poeta, dijo. Así lo conocemos. Así lo conocimos siempre acá en el pueblo y en toda la Tercera Sección, desde El Portezuelo hasta Las Brujas y desde El Tropezón hasta los Campos del Inglés. El nombre, si lo tuvo, se ha perdido y a nadie le importa, aunque a efectos judiciales usted tendrá que consignarlo cuando llene el papelerío (Bentancor, 2013, p. 19).

Tras haber avanzado durante unos veinte minutos por los caminos vecinales de la zona y después de haberse despejado la polvareda, los policías divisaron el casco de la estancia *La Morera* que los esperaba luego de una entrada con muros empedrados y árboles a los lados del camino. En el interior del vetusto edificio yacía boca abajo un hombre de más de ochenta años y evidentemente muerto, hecho que constató oficialmente el comisario Pintos para retirarse a la brevedad, quedando únicamente al cuidado del cadáver el escribiente.

Sabiéndose a solas, el funcionario administrativo de la comisaría comenzó a recorrer el deteriorado edificio y a encontrarse con objetos dentro de los que se destacan velas, estribos, un caldera de lata, un ejemplar del *Gaucho Martín Fierro*, la caja de una guitarra *Sentchordi* sin brazo (que se había transformado en un nido de palomas) y un cuaderno de notas que en la primera página decía: «Notas a la obra del Sargento por A.G.» (Bentancor, 2013, p. 36), y que el escribiente sustraería de la escena policial impulsado por la idea de hacerle al misterioso Sargento Poeta una semblanza:

Faltaba algún tiempo para que la idea del panegírico comenzara a darme vueltas por la cabeza pero fue en aquel preciso momento, sentado sobre la

vieja cama elástica del sargento poeta, ante el arcón repleto con sus objetos personales y, más precisamente, ante el atado de páginas que venía a exhumar una voz, una emisión lejana, cuando comprendí que los sucesos de aquella larga tarde del mormazo iban a acompañarme, con o sin mi voluntad, durante mucho tiempo (Bentancor, 2013, p. 36).

A partir de aquel 31 de diciembre el escribiente de la comisaría emprendería, tan solo con el bloc de notas gris y los recuerdos que su memoria había guardado de la estancia *La Morera*, una investigación que lo llevaría por toda la Tercera Sección detrás de los pasos del Sargento Poeta,

convencido de que la vida de un hombre no está determinada por los episodios más notables que mojonan su particular sucesión de jornadas, ni por el recuerdo que dejan en los que lo trataron, ni siquiera por su ausencia. Algo debe sobrevivir al cerrado anonimato que se traslada de una generación a otra como se traslada el verde de las hojas del verano hacia el marrón sin fisuras que cuaja en el otoño (Bentancor, 2013, p. 49).

Pese a la escasa documentación con la que contaba el biógrafo, logró complementarla mediante el uso de fuentes como la tradición oral y el testimonio de algún que otro parroquiano de la Tercera Sección que conoció al Sargento Poeta, para escribir en décimas un panegírico que despojado de los usos ejemplarizantes, propagandísticos o proselitistas — que le dieron alguna vez la Iglesia y los romanos — (Amstrong Kelly George, 1980, pp. 6-8), pretende resistirse a perder en el anonimato el periplo vital de un payador.

Según la información recabada por el escribiente, la llegada del Sargento Poeta a la Tercera Sección estuvo rodeada por el mismo misterio que envolvió a su muerte, aunque rápidamente consiguió integrarse a la comunidad gracias a sus capacidades para las tareas camperas:

Cuando a esta zona llegó,
ya convertido en sargento,
como semilla en el viento
en todos la duda sembró
[...] Con el tiempo, sin embargo,
el pago lo fue integrando
y a sus ritos congregando
(Bentancor, 2013, p. 49).

Sin embargo el Sargento Poeta no patrulló solo la Tercera Sección, porque al poco tiempo de llegado le fue asignado como compañero el Cabo Gambetta, que inmediatamente al saberse cabalgando al lado de un poeta, en su cuaderno de notas registró:

Ya en las primeras jornadas
en que patrulló Gambetta,
supo el cabo que un poeta
era el que a su lado andaba.
“Al cruzar una cañada”,
en su bloc se puede hallar,
“viendo la espuma viajar
por fuerza de la corriente,
dijo: — Así fluye en mi mente
el impulso del juglar

(Bentancor, 2013, p. 60).

Los vecinos de la localidad le contaron al funcionario administrativo de la comisaría que acostumbraban ver a los dos policías por el boliche de Peisino cuando terminaba la jornada, siempre el Sargento Poeta el mostrador estudiaba buscando calmar la sed y algún contrincante para la payada. Por eso eran harto conocidas las dotes líricas del Sargento, que sin vueltas ni miramientos era convidado a todos los eventos:

— Lo conocí en Las Violetas
— dijo un gaucho flaquerón
desenrollando un jergón
que bajó de una carreta —,
había ido como poeta a un beneficio escolar
y la gente del lugar
viéndolo llegar decía
que aquel bardo polecía
era un gorrión pa' cantar
(Bentancor, 2013, p. 71).

Cuenta el narrador que el gaucho flaquerón le dijo que aquella noche en Las Violetas el Sargento no tocó su repertorio, sino que dedicó toda su inspiración a interpretar las canciones de Juan Pedro López emocionando a propios y ajenos, ganándose de un extranjero no solo el elogio y los aplausos sino que culminó la noche llevándose una historia y una guitarra Sancherde bajo el brazo, que le había pertenecido al bardo interpretado:

— Y a partir de aquel momento,
lo mismo que un relicario,
cada vez que a un escenario
subía a cantar el sargento,
lo hacía con el estrumento,
que había sido del cantor,
el más grande payador
que esta región supo dar
del que'n mi humilde pensar,
fue el sargento sucesor
(Bentancor, 2013, p. 74).

Pero no todos los espectáculos de los que participó el Sargento Poeta fueron un rotundo éxito, porque de acuerdo a las notas de Gambetta en una noche que andaban por el boliche de Peisino, los habitantes de la Tercera Sección presenciaron un duelo memorable que culminó con la única derrota en una payada que se le conoce al Sargento y que afortunadamente con destreza, su compañero consiguió registrar:

Callados los instrumentos,
fueron las copas llenadas,
y volvió la paisanada
a su líquido elemento.
Sin embargo en el sargento
se hizo firme una verdad
que a toda la humanidad
en su sabiduría sella:
lo que se eleva, se estrella
por Ley de la Gravedad

(Bentancor, 2013, p. 68).

Una noche en la que el Sargento se volvía de su puesto en El Portezuelo descubrió a un paisano que carneaba clandestinamente un novillo y que planeaba junto a otros cuatberos robar ganado de la estancia *Los Horneros*. Ante tal situación, el Sargento Poeta ni lento ni perezoso, ofreció indultar al delincuente si los ayudaba a atrapar al resto de la banda. Sin embargo los emboscados fueron los policías, esa noche Gambetta perdería la vida y el Sargento que resultó malherido, tras su recuperación abandonó la policía para retirarse en *La Morera* y convertirse en leyenda:

Siempre que en una reunión
alguien menciona al sargento,
implosiona el elemento
que hace a la conversación.
Nunca falta ocasión
en que uno de los presentes,
lo describe cabalmente,
entre el mito y la certeza,
y moviendo la cabeza
lo desplaza de la mente
(Bentancor, 2013, p. 97).

La culminación del trabajo biográfico que emprendió el escribiente de la comisaría de la Tercera Sección, abandonó los versos del panegírico para valerse nuevamente de la prosa para elaborar un glosario a partir de breves referencias biográficas de los personajes de la localidad, así como también de los distintos parajes, ríos, estancias y escenarios que albergan la leyenda del Sargento Poeta, de quien tan solo «[u]na tumba y este libro conservan su memoria» (Bentancor Martín, 2013, p. 108).

EL SARGENTO POETA DESDE LOS ESTUDIOS BIOGRÁFICOS

El marco conceptual elaborado en el primer apartado de este ensayo, nos demostró que la literatura se ha vinculado con los estudios biográficos como un instrumento para superar algunos de los inconvenientes que presentan. En nuestros días la evolución de estos estudios nos permite arriesgar la inversión de aquel vínculo, para utilizar los estudios biográficos como herramienta de análisis de una obra literaria — y también biográfica.

Consecuentemente, tomaremos las apreciaciones de Giovanni Levi acerca de los problemas de identificación entre el sujeto a biografiar y su contexto, la aplicación del método de fragmentación para superarlo y los inconvenientes que trajo consigo respecto a la selección de los hechos relevantes para la elaboración de una biografía, así como también la tipología de los usos de la biografía, para analizar la novela que narra la vida del Sargento Poeta.

Los distintos acontecimientos elegidos por el narrador para relatar la vida del Sargento denota la aplicación del método de fragmentación, que es empleado para describir las relaciones entre el protagonista y su comunidad, así como para revelar sus sentimientos y acciones en distintas situaciones. En este sentido, se utilizan documentos como el testimonio escrito del Cabo Gambetta para mostrar al Sargento enamorado de *La Viuda del Rincón* — por ejemplo —, se recurre a fuentes orales para ilustrar el estado de ánimo y el comportamiento del protagonista ante la pérdida de su compañero o una conversación en

la que el capataz de un tambo describía el temple del Sargento en situaciones límite, como puede apreciarse en el siguiente pasaje:⁴

Terció en la conversación
don Evaristo Galvaz,
el antiguo capataz
de un tambo de El Tropezón.
Dijo subiendo a un cajón
Para que lo oyieran bien:
— Vi al sargento en un vaivén
rodeoado por tres, defenderse,
usando pa' revolverse
un farol de querosén
(Bentancor, 2013, p. 75).

Los hechos que ha escogido el biógrafo del Sargento Poeta tal vez no sean los más determinantes para comprender su vida pero sí para narrarla. A su vez, desde esta perspectiva el método de fragmentación pone de manifiesto que muchos de los sucesos relatados asumen una forma dialógica presentándose como una conversación, que se implementa como una manera de abordar la vida del individuo en su densidad.

En lo que respecta al enfoque contextual, el autor apela en la primera y tercera parte de la obra a la descripción del entorno rural y a las costumbres que son características del medio, para delimitar la vida del Sargento Poeta dentro de un marco social y temporal que cumple la función de complementar el sentido de aquellos aspectos que la carencia de fuentes no puede explicar o que parecieran incomprensibles a primera vista, como por ejemplo la escena que el Sargento en lugar de combatir el crimen destina sus esfuerzos a salvar a unos terneros:⁵

— Lleno de barro hasta el pecho,
los jue atando de las ancas
mientras le hacía de palanca
el ruano desde el repecho.
Ninguno salió maltrecho,
ni los bichos, ni el sargento.
Cuando, en agradecimiento,
quise pagar la gauchada,
dijo: "No me debe nada,
que pa'yudar siempre hay tiempo"
(Bentancor, 2013, p. 70).

Otro aspecto a destacar puede vislumbrarse desde el enfoque biográfico que toma como punto de partida los casos límite, es decir, que tiene como objeto de estudio a individuos excepcionales de una comunidad para conocerla. En efecto, el Sargento Poeta puede considerarse como un caso límite en la medida que su condición de policía y poeta lo hacían un personaje muy singular en una comunidad tan pequeña, como lo muestran los siguientes versos del tambero que lo venció en la memorable payada que tuvo lugar en el boliche de Peisino:

⁴ El recurso a las fuentes testimoniales y orales es recurrente, como puede apreciarse en Bentancor Martín, 2013I, pp. 15, 19, 20, 22, 69, 71-73, 75, 78, 84-86, 94, 97 y 98.

⁵ El pasaje es citado a modo de ejemplo, puesto que es posible hallar otros que dan cuenta de las relaciones del Sargento poeta y su contexto en: Bentancor Martín, 2013, pp., 32, 51, 52, 54-56, 72 y 98.

En mi largo andar, sargento,
cosas raras supe ver
como un ternero nacer
con otro ternero dentro;
o por impulso del viento
de un temporal de mi flor;
bajo eléctrico clamor
un rancho echarse a volar;
pero nunca pensé hallar
a un milico payador
(Bentancor, 2013, p. 64).

En los usos que hace el narrador de la fragmentación de los hechos escogidos para el desarrollo del relato y de la construcción del personaje principal como un individuo excepcional de la comunidad que integró, se hallan dos elementos que obligan a retornar al enfoque contextual. Puesto que por un lado, la fragmentación se utiliza como una etopeya, debido a que el autor elige contar hechos que exhiben las acciones, los sentimientos y las relaciones del protagonista con su entorno. Mientras que por otro, recurre a la égloga para producir el escenario que recorrió el Sargento Poeta mediante la descripción del paisaje de la Tercera Sección.

Por tanto, el enfoque contextual que decíamos que delimita la vida del Sargento Poeta dentro de un marco social y temporal, no se completa con el método de fragmentación y el caso límite, sino que es a partir de éstos que se construye.

Finalmente resta analizar la novela desde el enfoque hermenéutico, que consistirá en atribuirle un sentido a la biografía del Sargento Poeta, argumentándolo partir del diálogo entre los episodios importantes que componen su vida, con la producción periodística de Martín Bentancor acerca de la poesía gauchesca y los payadores.

ENFOQUE HERMENÉUTICO: LA HISTORIA DE LA PAYADA, LA VIDA DEL SARGENTO POETA

En su profusa producción periodística Martín Bentancor escribió interesantes artículos acerca de la poesía gauchesca y los payadores, encontrándose con la escasez de documentos escritos pero con muchas fuentes orales a la hora de realizarlos. Al ser consultado para este trabajo sobre las fuentes utilizadas el autor expresó:

las fuentes orales provienen de las cosas que oía en los programas de radio de payadores en mi infancia (que escuchaba mi padre), además de los relatos que le escuché a él y a mi abuela paterna cuando era niño. (Ellos habían conocido a algunos payadores como a Luis Alberto Martínez, por ejemplo). También fue importante un encuentro fortuito que tuve en San José con el payador José Silvio Curbelo, quien desplegó una especie de enciclopedia oral de los payadores.⁶

En un artículo publicado en *La Onda Digital*, Martín Bentancor define a la payada como el arte de improvisar versos acompañados de la música de una guitarra y sin ningún soporte escrito, cuyos fundadores rioplatenses fueron Bartolomé Hidalgo (1788-1822) y

⁶ Entrevista realizada por el autor a Martín Bentancor el 4 de enero de 2022.

Eusebio Valdenegro (1783-1818) — de los que apenas se conocen algunas piezas de su obra (Bentancor Martín, 2009).

Tiempo después de la irrupción del género, los bardos de la revolución como Hidalgo y Valdenegro pasaron al olvido y a considerarse a los payadores como una figura juglaresca que simplemente cantaban rimas por pura afición ((Bentancor Martín, 2017). Sin embargo, Bentancor sostiene que fue hacia finales del siglo XIX que la aparición de Juan de Nava (1859-1919), el primer *payador artista*, transformó el arte de la payada; siendo el pionero en la publicación de libros y folletos de sus versos, que componía en español e italiano y amalgamaba con el uso de la milonga y el lunfardo en sus canciones.

El rotundo éxito que vivió el género en la década de los ochenta del siglo XIX cuando las contiendas de payadores llenaban los recintos, llevó a que Juan de Nava y su par argentino, Gabino Ezeiza (1858-1916), protagonizaran el 23 de julio de 1884 en Montevideo la contienda más célebre de la historia de la payada,⁷ en la que el payador local y predilecto del público se fue empequeñeciendo a lo largo del contrapunto que tuvo como vencedor al contrincante argentino (Bentancor Martín, 2017a).

El legado de Juan de Nava no se limitó a sus creaciones sino que su hijo, Arturo de Nava (1876-1932), se convertiría en el primer *payador profesional* del Río de la Plata; su irrupción en el género se dio en el mismo momento que la industria cultural comenzaba a contar con nuevas herramientas técnicas de difusión (Bentancor Martín, 2017). Las canciones más populares de Arturo de Nava como por ejemplo *El carretero*, fueron cantadas por Carlos Gardel, con quien cultivaron la amistad e incluso el payador llegó a formar parte de las filmaciones de las canciones de *El Mago* (Bentancor Martín, 2017). Pese a su éxito y popularidad, Arturo de Nava al igual que sus predecesores, cayó en el olvido (Bentancor, 2017).

Dentro de la producción periodística de Martín Bentancor también pueden hallarse algunos artículos dedicados a la vida y obra de Juan Pedro López (1885-1945), un payador que hizo historia trascendiendo el canto repentista con un repertorio que fue adoptado por artistas de toda América Latina (Bentancor Martín, 2020). Pero su fama se extendió más allá de las fronteras continentales como demuestra la anécdota que recogió Bentancor, que relata cómo fue que el comandante español Ramón Franco, que conoció al payador en Montevideo en 1926, le terminó obsequiando una guitarra hecha por el destacado luthier Santos Hernández, que luego el bardo uruguayo devolvería al saber que el comandante había adherido a la causa de su hermano, el dictador Francisco Franco (Bentancor Martín, 2020).

Héctor Umpiérrez (1915-2009) fue catalogado por Martín Bentancor como el último payador de la vieja guardia. Introducido al arte repentista por Juan Pedro López, de quien además de ser discípulo heredaría una de sus guitarras, logró expandir el género a un público más amplio, así como publicar *Vida y muerte de Yuyeí y su tutor* que es considerado una obra de referencia en lo que a las reflexiones sobre el mundo rural concierne (Bentancor Martín, 2009a).

Un párrafo aparte merece el duelo que protagonizó Héctor Umpiérrez con el payador Carlos Molina, que empezó en el escenario y culminó en un enfrentamiento a facón debajo y con Umpiérrez al borde de la muerte. Su deceso que fue en el año 2009, es considerado por Martín Bentancor como «el cierre de un ciclo dentro del arte de la payada y la historia del Payador» (Bentancor, 2009a).

En síntesis: los artículos periodísticos sobre el arte payadoril y sus protagonistas que publicó el autor de *Muerte y vida del Sargento Poeta*, dan cuenta de la elección de algunos aspectos de la vida y la obra de payadores de distintas épocas, que permiten recorrer la

⁷ Cabe destacar que la contienda entre los payadores rioplatenses es la razón por la que el 23 de julio ha sido declarado el día del payador en Argentina. (<https://www.buenosaires.gob.ar/noticias/23-de-julio-dia-del-payador>).

historia de la payada desde las primeras décadas del siglo XIX hasta finales del siglo XX, ya sea a través de gestos nobles de los protagonistas, duelo de payadas célebres o publicaciones bibliográficas de referencia. No obstante, las particularidades y los aportes al género de cada uno de los payadores referidos, todos tienen en común que han sido prácticamente olvidados.

Ahora que sistematizamos los diversos artículos de Martín Bentancor sobre los payadores y los distintos momentos que atravesó el género repentista, estamos en condiciones de volver hacia la reseña de la novela para establecer un diálogo entre los hechos seleccionados por el escribiente de comisaría para relatar la vida del Sargento Poeta y los escogidos por el autor para estudiar la historia de la payada.

Para encontrar similitudes que nos permitan construir un paralelismo a partir del diálogo entre algunos de los sucesos que conforman la vida del Sargento Poeta y la historia de la payada no es necesario abrir el libro, ya que alcanza verle la tapa, el lomo o simplemente referir al título para establecer la primera analogía que se da con otra obra: *Vida y muerte de Yuyeí y su tutor* de Héctor Umpiérrez, habida cuenta que en la novela de Martín Bentancor solo se modifica del título el nombre del protagonista y se invierte el orden de las palabras *vida* y *muerte*. En otros términos, ya desde el título de la novela de Bentancor puede establecerse un vínculo con una obra de referencia en el ámbito del arte repentista como *Vida y muerte de Yuyeí y su tutor* de Héctor Umpiérrez.

Por su parte, en la construcción del personaje del Sargento Poeta se advierten algunos retazos de la vida y obra de sus predecesores, pues la mayoría de sus versos están extraviados al igual que la de los fundadores del género gauchesco y también pasó al olvido como Bartolomé Hidalgo, Eusebio Valdenegro, Juan y Arturo de Nava, Juan Pedro López o Carlos Molina — por mencionar algunos.

Sin embargo, antes de perderse en la historia el canto del Sargento Poeta tuvo momentos de gran popularidad, como se aprecia en las convocatorias a tocar en los eventos más importantes de la Tercera Sección, así como sus antecesores llenaban los escenarios en los que se presentaban o sus canciones eran interpretadas por artistas internacionales.

Otro de los hechos desde los que se puede establecer un diálogo entre la novela y los ensayos periodísticos de su autor, es el momento que al Sargento Poeta le obsequiaron una de las guitarras de Juan Pedro López; de quien el payador Héctor Umpiérrez también recibiría una. A partir este acontecimiento puede ensayarse un paralelismo entre el Sargento y Umpiérrez en tanto sucesores de aquél, debido a que en el universo de la Tercera Sección el Sargento es considerado el sucesor de López,⁸ mientras que por los estudios periodísticos de Bentancor sabemos que fue éste quien introdujo a Héctor Umpiérrez al género payadoril (Bentancor Martín, 2009a).

Los últimos eventos de la vida del Sargento y la historia de la payada que pretendemos hacer dialogar, se refieren a los memorables duelos que se relatan en la novela y en los ensayos periodísticos de Bentancor, habida cuenta que es posible trazar una analogía entre ambos sucesos, sobre todo si tomamos en consideración elementos como el multitudinario público que asistió a la contienda entre Juan de Nava y Gabino Ezeiza, las localidades agotadas del boliche de Peisinio cuando se dio el contrapunto entre el Sargento Poeta y el Tambero, así como el desarrollo y desenlace de ambos duelos — donde los payadores predilectos del público fueron minimizándose hasta ser vencidos.

⁸ “— Y a partir de aquel momento,/ lo mismo que un relicario,/ cada vez que a un escenario/ subía a cantar el sargento,/ lo hacía con el estremo,/ que había sido del cantor,/ el más grande payador/ que esta región supo dar/ del que'n mi humilde pensar,/ fue el sargento sucesor”. (Bentancor, 2013, p. 74).

En pocas palabras: en el paralelismo que ensayamos entre los hechos relevantes para escribir la biografía del Sargento Poeta y los acontecimientos estudiados por Martín Bentancor en su producción periodística sobre el arte repentista, se advierten rasgos identitarios entre la vida y el destino del protagonista con la historia de la payada, desde los que es posible leer a la novela *Muerte y vida del Sargento Poeta* como una metáfora de la historia de la payada.

CONCLUSIONES: MÁS ALLÁ DEL SARGENTO POETA

Analizar la novela *Muerte y vida del Sargento Poeta* desde los estudios biográficos implicó estudiar el problema de la individualidad y algunas las alternativas para superarlo, a saber, el método de fragmentación, la construcción del relato bajo la forma dialógica y la tipología de Giovanni Levi acerca de los usos de la biografía.

La fragmentación no solo nos permitió identificar los sucesos trascendentales para el relato de la vida del Sargento Poeta, sino que fue imprescindible para elaborar la reseña de la obra y seleccionar los hechos sobre la historia de la payada — tratados por Martín Bentancor en sus investigaciones periodísticas — que fueran susceptibles de relacionar utilizando la forma dialógica.

Respecto de los usos identificados por Levi en su tipología, prescindimos del enfoque de la biografía modal porque el Sargento Poeta es un personaje que rompe la armónica coherencia con el modelo de racionalidad de su época que este enfoque requiere. Sin embargo, la imposibilidad de aprovecharlo nos advirtió sobre las tensiones que presentaba la particularidad del Sargento con su contexto y por ende, de la conveniencia de abordar este problema desde la perspectiva contextual y del caso límite.

Considerar al Sargento Poeta como un caso límite consistió en invertir la metodología de la biografía modal, es decir, que en lugar de aprovechar las similitudes del protagonista con su entorno, se construye el contexto a partir de las tensiones con las singularidades de aquél. No obstante en este caso que el Sargento Poeta se revelara como un caso representativo de la cultura popular de su tiempo y entorno.

Por lo tanto, el caso límite aportó elementos propios de la cultura popular de la época que junto a las descripciones telúricas de la Tercera Sección, fueron los componentes principales para la construcción del contexto en que se desarrolló la vida del Sargento Poeta.

Distinta fue la tarea que debimos realizar al aplicar el enfoque hermenéutico en tanto proceso de atribución de significado a una biografía. Consecuentemente, propusimos un diálogo entre los hechos extraídos de la novela y de la producción periodística de su autor, donde hallamos interesantes analogías que al yuxtaponérse posibilitaron una lectura que va más allá de la vida y el contexto del Sargento Poeta para abrir las puertas a la historia del arte repentista.

REFERENCIAS

- ARMSTRONG, Kelly G. The History of the new hero: eulogy and its sources in eighteenth-century France, v. 21, n. 1, p. 3-24, 1980.
- BETANCOR, Martín. Bartolomé Hidalgo o el pintor de Cielitos, La onda digital, 2009 en: <https://www.laondadigital.uy/LaOnda2/101-200/178/A6.htm>
- BETANCOR, Martín. Héctor Umpiérrez (1915-2009), 2009, en <https://www.laondadigital.uy/LaOnda2/461/C4.htm>
- BETANCOR, Martín. **Muerte y vida del Sargento Poeta**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

- BETANCOR, Martín, Alrededor de un pionero, 2017, en: <https://brecha.com.uy/alrededor-de-un-pionero/>
- BETANCOR, Martín. Con el investigador Hamid Nnazabay, sobre su reciente libro sobre el cantor Arturo de Nava, 2017 en: <https://hoycanelones.com.uy/2017/09/14/con-el-investigador-hamid-nnazabay-sobre-su-reciente-libro-sobre-el-cantor-arturo-de-nava/>
- BETANCOR, Martín Se cumple este mes el 75º Aniversario del fallecimiento del payador canario Juan Pedro López, 2020 en: <https://hoycanelones.com.uy/2020/01/03/se-cumple-este-mes-el-75-aniversario-del-fallecimiento-del-payador-canario-juan-pedro-lopez/>
- BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. **Acta sociológica**, n. 56, p. 121-128, 2011.
- GONZBURG, Carlo. **El queso y los gusanos**, el Cosmos según un molinero del siglo XVI. Barcelona: Muchnik 1999.
- GUENIFFEY, Patrice. **La fuerza y el derecho**. Estado, poder y legitimidad durante el siglo XVIII. Mexico: El Colegio de México, 2004.
- LEVI, Giovanni. Los usos de la biografía. **Annales ESC**, n. 6, 1989.
- MILANO, Adriana. El género biográfico y sus aportaciones metodológicas: el impacto en la historiografía argentina reciente. **Revista Historiografías**, n. 6, p. 53-76, 2013.
- VARELA, Luz; ABBYS, Piedra D. Las historias de vida y la “Nueva” Nueva Historia: acerca del sujeto en la hisotiriografía contemporánea. **Anuario GRHIAL**, n. 6, p. 143-172, 2012.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Nombre completo: Ramiro Castro García, Doctor en Derecho y Ciencias Sociales / Maestrando en Historia Rioplatense. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Universidad de la República Oriental del Uruguay). Montevideo – Uruguay.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Atilio Pelossi, Nº 19, San José de Mayo, San José, Uruguay. CP 80.000.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

Artículo realizado en el marco del curso de maestría a cargo del Dr. Rafael Mandressi “Biografía, materiales biográficos e historia: formas, usos y problemas”.

AGRADECIMIENTOS

No se aplica.

CONTRIBUCIÓN DE LA AUTORÍA

Concepción del estudio, recolección de datos, análisis de los datos, discusión de los resultados, revisión y aprobación.

FINANCIAMIENTO

CAPES.

CONSENTIMIENTO PARA USO DE IMÁGENES

No se aplica.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No hay conflicto de intereses.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

LICENCIA DE USO

© Ramiro Castro García. Este artículo está licenciado bajo la Licencia CreativeCommons CC-BY Internacional 4.0. Con esta licencia se puede compartir, adaptar y crear material para cualquier objetivo, siempre que se le atribuya la autoría.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Postgrado en Historia. Portal de revistas de la UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son de responsabilidad de sus autores, no representando necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITOR

Jo Klanovicz

HISTÓRICO

Received em: 12 de diciembre de 2023

Aprobado em: 22 de febrero de 2024

Como citar: CASTRO García, Ramiro. Mas allá del sargento poeta: sobre los vínculos entre los estudios biográficos y la literatura. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 85-100, 2024.



A CAPITAL E O INTERIOR: INFLUÊNCIAS DA CRIAÇÃO DE GOIÂNIA NA URBANIZAÇÃO DO MATO GROSSO DE GOIÁS

The state capital and the countryside: influences of the creation of Goiania on the urbanization of its hinterland (Mato Grosso de Goiás)

Anderson Dutra e Silva^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5247-0870>

E-mail: dimdutra74@gmail.com

Patrick Thomaz de Aquino Martins^b

 <https://orcid.org/0000-0003-3814-3982>

E-mail: patrick.martins@ueg.br

Sandro Dutra e Silva^c

 <https://orcid.org/0000-0002-0001-5726>

E-mail: sandrodutr@hotmail.com

^a Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

^b Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

^b Universidade Estadual de Goiás, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

RESUMO

Na década de 1930, Goiás passou por transformações históricas significativas em consonância com as mudanças políticas do novo governo do presidente Getúlio Vargas. A ambição de criar uma nova capital para substituir a antiga teve, ao mesmo tempo, vontade política e econômica. Nesse período, alguns políticos, arquitetos e engenheiros apoiaram a ideia de criação de uma nova “metrópole” que poderia ser construída para aumentar a industrialização e a produção de alimentos no Brasil Central. O modelo de cidade progressista foi a preferência da maioria, pela distribuição ordenada dos espaços e pela sua visão sobre sistemas de transporte e produção de energia. Nosso enfoque privilegia o papel da natureza selvagem para justificar o sucesso da construção de uma cidade moderna que atrairia pessoas para explorar os recursos naturais e produzir riquezas. A natureza é destacada também como um ambiente a ser domado e também por outras finalidades úteis ao contexto urbano da nova capital de Goiás. A pesquisa documental se baseou em diferentes fontes e arquivos, com vasto material coletado em jornais da década de 1930, artigos, mapas e reportagens que tratavam da atmosfera que antecedeu a criação e construção de Goiânia. Nosso argumento é que, no cerne do projeto urbano, as questões naturais desempenharam papel histórico importante, seja pela fertilidade do solo, pela topografia e a disponibilidade de rios.

PALAVRAS-CHAVES

História ambiental. Urbanização. Mato Grosso de Goiás. Goiânia.

ABSTRACT

In the 1930s Goiás underwent significant historical transformations in line with the political changes of the new government of President Getúlio Vargas. The ambition to create a new capital city to replace the old one had, at the same time, political and economic will. During this period, some politicians, architects, and engineers supported the idea of creating a new “metropolis” that could be built to increase industrialization and food production in Central Brazil. The progressive city model was the preference of the majority, due to the orderly distribution of spaces and its vision of transport systems and energy production. Our approach privileges the role of wild nature in justifying the success of building a modern city that would attract people to explore natural resources and produce wealth. Nature is also highlighted as an environment to be tamed and also for other useful purposes in the urban context of the new capital of Goiás. The archival research was based on different sources and archives, with vast material collected in newspapers from the 1930s, articles, maps, and reports that dealt with the atmosphere that preceded the creation and construction of Goiânia. We argue that at the heart of the urban project, natural issues played an important historical role, whether due to soil fertility, topography, or the availability of forests and rivers.

KEYWORDS

Environmental History. Urbanisation. Goiânia. Mato Grosso de Goiás.

A interiorização do território brasileiro sempre foi um desejo dos governantes como uma forma de ocupação e consolidação territorial (Maia, 2019; 2013; 2012). A região centro-oeste representava uma imensa área com baixa população até o início do século XX (Maia, 2008; 2010). Na década de 1930, a partir da intervenção no governo de Goiás pelo presidente Getúlio Vargas (1882-1954), inicia-se o processo de “urbanização” do estado. Não que no passado não houvesse cidades e assentamentos urbanos. O que se destaca aqui é um processo de busca por desenvolvimento econômico baseado na consolidação de centros urbanos populosos, onde a garantia de ganho financeiro seria o consumo, apoiando-se em exemplos das cidades do sudeste do país (Dutra e Silva, 2019; 2017). Embora a criação de Goiânia tenha observado, em sua gênese, conceitos do emergente urbanismo do final do século XIX e do início do século XX (Diniz, 2007; 2017), o crescimento populacional que se seguiu não diferiu (em termos gerais) do modelo que se difundiu no Brasil a partir da década de 1960 (Santos, 1996).

Os estudos históricos e ambientais têm nos encorajado a pensar essa dinâmica territorial a partir dos processos da fronteira. A fronteira, nessa abordagem, não procura apenas reproduzir a tese fundante de F. J. Turner (2010), muitas vezes criticada como romântica e ideológica (Worster, 1992). A tese da fronteira nos auxilia a compreender as diferentes nuances que envolvem história e natureza no processo de pensar, planejar e ocupar os espaços e, ao mesmo tempo, de estabelecer a relação entre o rural e o urbano e seus caminhos de interdependência (Cronon, 1991; Worster, 1992). Esses estudos indicam que, além da relação entre processos de ocupação territorial e a fundação urbana pionera, outros elementos de integração e logística territorial se estabelecem (Cronon, 1991; White, 1994). Ao mesmo tempo, a fronteira estabelece novas questões culturais, forjadas na interação entre sociedade e o mundo natural (Smith, 2009; White, 1994). Na América Latina, os estudos históricos ambientais e mesmo de geografia histórica envolvendo as questões urbanas reforçam o papel da fronteira e natureza, bem como os recursos naturais de se pensar a cidade na relação com os espaços de ruralidade (Dutra e Silva, 2017; Kohlhepp, 2020; Coy; Klingler; Kohlhepp, 2017). Mais recentemente a história urbana tem se consolidado como um campo emergente dentre da historiografia ambiental, ampliando as análises da relação natureza-cidade (Keyes, 2000; Platt, 1999; Schott, 2004; Stephenson, 2005).

Cronon (1991) apresenta, no estudo sobre o papel de Chicago na transformação do meio-oeste dos Estados Unidos, a ideia de primeira e segunda naturezas. No primeiro caso, os longos processos naturais esculpiram o caminho dos rios e lagos, dotaram os campos de solo fértil e relevo suave, fizeram crescer grandes florestas de árvores frondosas. Apoiados nesses recursos, o que ele chamou de “boosters”, empresários do setor imobiliário utilizaram do discurso de que era necessário instalar uma “metrópole” para que o “*hinterland*” pudesse ser explorado e, de certa forma, “domesticado”. Daí, surge uma nova (e segunda) natureza, com ruas, estradas e construções, formando os aglomerados urbanos, com canais, ferrovias, plantações e criação de rebanhos, ocupando a paisagem das pradarias e bosques. Ainda atesta que, à medida que algo predito como benefício frustrava as previsões, como canais assoreados que impediam a passagem de embarcações, os discursos eram modificados, sempre mantendo o natural como coadjuvante ou como algo a ser apropriado para o benefício econômico.

Dessa forma, o conceito de *hinterland* é fundamental para o desenvolvimento dos argumentos de Cronon (1991) em sua descrição de Chicago como uma metrópole da natureza, na medida em que a definição privilegia uma relação de interdependência entre

campo e cidade¹. Nesse sentido, seus estudos e fontes apontam para escolhas em que a natureza passa a ser fundamental para a escolha da cidade. Por sua vez, essa relação com os diferentes recursos naturais e o mundo natural que circunda o urbano indicam potencialidades na circulação entre as intenções urbanas e os recursos naturais do mundo rural:

The great city would lie near the middle of the central valley where most Americans would ultimately dwell. It would have numerous and abundant resources in its hinterland. It would be at the location furnishing the widest access to the region as a whole, which meant that it would be on the Great Lakes, not a river. "River cities," he claimed, "gather in productions from the surrounding districts which seek an eastern market through lake harbors [...]" Cities on the lakes could gather the products of several river valleys and so offered a wider field for trade" (Cronon, 1991, p. 41).

O papel da primeira natureza, no caso de Chicago, funciona com suporte fundamental para o estabelecimento da segunda natureza. E nesse caso, estrategicamente, a posição de Chicago às margens dos grandes lagos favoreceriam a relação de interdependência com esse vasto *hinterland*, proporcionando potencialidades estratégicas na relação entre o urbano e o rural (metrópole e natureza)

Na criação de Goiânia, os termos “metrópole” e “*hinterland*” foram utilizados para reforçar a real necessidade do surgimento de uma cidade que seria o catalizador do desenvolvimento do estado. O engenheiro Armando de Godoy (1876-1944), que participou de parte do projeto urbanístico², afirmava nos anos 1930 que “riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna” (Sabino Jr., 1960). Em 1937, Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003) diz, em matéria do “Jornal do Brasil”, que a construção da capital de Goiás era um “oásis no *hinterland*”, comparando o Cerrado goiano a um deserto (Dutra e Silva, 2019). Embora as obras não representassem o discurso pronunciado, a “segunda natureza” se sobreponha à “primeira”, trazendo promessas de investimentos lucrativos, tendo como negociantes o próprio e seu irmão Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996).

Em tais discursos, a natureza possui uma dupla representação. Primeiramente, figura como barreira, como por exemplo as matas fechadas e frondosas, os rios profundos que impedem a continuidade do caminho ou a ameaça de animais predadores ou peçonhentos. Mas também, ela pode ser percebida como mantenedora de infinidos recursos a serem descobertos e explorados, gerando riquezas, em especial as que podem ser transformadas em produtos industrializados. Nesse contexto, as grandes áreas pouco habitadas evocavam um desperdício econômico que só poderia ser combatido pelo povoamento em cidades capacitadas de mão de obra e preparadas para o consumo.

Não que não houvesse atividades econômicas em Goiás nesse período. O fim da abundância do ouro fez surgir uma nova economia, a pecuária. Mais uma vez, a “primeira natureza” supriu a paisagem de campos para pastagem, onde o rebanho se movimenta e multiplica em busca de alimento. Desta forma, havia no estado uma população maior de bovinos do que de seres humanos (Campos, 2015). Porém, o desafio da produção de espaços urbanos habitados tinha, aos olhos dos que a isto idealizavam, uma “barreira” que

¹ A principal influência para a construção do conceito de *hinterland* para os argumentos de Cronon foi a do economista alemão Johann Heinrich von Thünen (1783-1850), conhecido pela teoria do “Estado Isolado”, no qual propõe análises sobre o espaço, mercado e a geografia rural-urbana, no qual este conceito se estabelece. Sobre o tema ver Portugal (1984) e Cronon (1991).

² Após encerramento de contrato com Attilio Corrêa Lima em 1935, a empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda. foi contratada, tendo o engenheiro Godoy como seu consultor.

era a vasta área “desocupada”, que ainda permanecia “selvagem”. Tanto que, em 1931, há no jornal “Voz do Povo” uma publicação sobre a nova capital³, escrita por um engenheiro chamado Carlos Haas, na qual este traz propostas para um escopo de projeto para a nova cidade. Entre as observações, cita as terras do Mato Grosso de Goiás por sua fertilidade, porém faz observações que essa região é ainda “selvagem”, mas que pode servir ao desenvolvimento com o lucro das vendas de lotes.

O objetivo dessa pesquisa é, então, fazer análises de áreas citadas por Haas, baseando-se em mapas antigos e bases cartográficas georreferenciadas, buscando relações dos recursos naturais com o desejo de ocupação e parcelamento do solo. Também, procura-se compreender o papel da natureza nos discursos para a justificativa para o desenvolvimento, sendo utilizadas ainda publicações de jornais e documentos obtidos por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOVA CAPITAL, O CAMPO E O SONHO INDUSTRIAL

O presente estudo utilizou como embasamento metodológico a abordagem adotada por William Cronon em seu livro “Nature’s Metropolis”, o qual se utiliza da perspectiva da História Ambiental. Nessa obra, o autor cita episódios de sua infância e seu deslumbramento com a riqueza e exuberância da paisagem dos Estados Unidos quando viajava de carro com sua família da região da Nova Inglaterra para o estado do Wisconsin. Um ponto decepcionante para ele era quando atravessava a região do meio-oeste, especialmente os arredores de Chicago. A monotonia das fazendas extensas e a sujeira nos arrabaldes da metrópole tornavam aquele trecho do trajeto desinteressante, nada atraente. Anos depois, já como universitário, começa estudar o papel da capital do estado de Illinois na transformação da paisagem e no “espírito” da busca por oportunidades de mudança de vida e ganho econômico no grande centro urbano. Observa que, em publicações e propagandas do século XIX na imprensa do leste americano, agentes imobiliários utilizavam a natureza da região para justificar o sucesso do empreendimento e promover as vendas de lotes (Cronon, 1991).

Em semelhança dessa visão, é possível perceber que a criação da nova capital de Goiás teve o meio ambiente utilizado no discurso que justificava a mudança do centro de poder (Mendonça, 2018). Deixando de lado (não muito) as questões político-administrativas e fazendo um recorte da capacidade da nova urbe promover a economia de todo o estado, é possível perceber um alinhamento nos discursos dos agentes mais importantes dessa empreitada. O “eurocentrismo”, que ocupara espaço no planejamento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do século, negava a cidade depreciada pela indústria dos séculos XVIII e XIX, tendo no urbanismo emergente o antídoto para os problemas sanitários e edilícios. O papel de Alfred Agache (1875-1959) influenciou diretamente os profissionais que projetaram Goiânia. O “sucesso” de Belo Horizonte mostrava o caminho de como algo parecido com uma metrópole podia transformar a paisagem rural em horizonte edificado em semelhança às grandes e importantes cidades europeias (Bruand, 1997).

Para os urbanistas franceses Tony Garnier (1869-1948) e George Benoit-Lévy (1880-1971), a nova cidade do século XX deveria ser a cidade industrial, no que foi classificado como urbanismo progressista. Isso não significa que se devia retomar os espaços degradados e insalubres dos séculos XVIII e XIX, mas que o ponto central da aglomeração urbana deveria ser uma indústria principal, ao redor da qual surgiriam centros habitacionais que ofertariam mão de obra e aumentariam o consumo. De certo que, para

³ “Memorial: ligeiras considerações acerca da mudança da capital do estado de Goyas”. Voz do Povo, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931– Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

isto, seria necessário se posicionar próximo a um manancial hídrico suficiente para gerar energia elétrica (em primazia para as fábricas), além de estar na proximidade das vias de transporte, especialmente de ferrovia com capacidade para trens de maior velocidade. O ideal seria a siderurgia, devendo ter mineração nas proximidades ou, pelo menos, em local que permitiria o transporte sem maiores empecilhos. A setorização garantiria a higiene e o bem-estar dos cidadãos. O termo “cidade-jardim” utilizado por Benoit-Lévy não fazia referência ao movimento culturalista de Ebenezer Howard (1850-1928), mas a um elemento separador e purificador do ar, uma vez que a maior parte da energia gerada para fabricação vinha da queima de carvão mineral, que expelisse poluentes no ar (Choay, 2015).

Isso, de certa forma, tem relação com o que Cronon (1991) relata sobre a justificativa da implantação de Chicago no meio oeste norte americano. A presença de rios e lagos poderia providenciar canais navegáveis para transporte de bens, assim como as vias de acesso terrestre. As pradarias produziriam plantações e criação de animais. Embora o que se deu foi muito mais a dificuldade de navegação devido ao assoreamento dos canais, que vez ou outra precisavam ser desobstruídos, e a impossibilidade de circulação nos períodos chuvosos por vias lamaçentas, os empreendedores iam sempre ajustando o discurso para fazer caber em seus argumentos a riqueza natural da região. A propaganda acabou atrairindo cada vez mais pessoas à cidade, a qual passou a figurar como um centro de oportunidades, e, à medida que crescia, necessitava e demandava de recursos, como madeira e lenha das grandes florestas ao norte dos Estados Unidos e Sul do Canadá e, também, de produção agropecuária, o que fez vários fazendeiros venderem suas terras em estados do sul em busca de preços melhores para os seus produtos junto à metrópole que se expandia.

Tal desejo (de expansão territorial, populacional e econômica) inspirava aqueles que pensavam Goiânia. O engenheiro Armando de Godoy (mencionado anteriormente) apresenta um relatório ao interventor Pedro Ludovico Teixeira em 1933, iniciando sua argumentação, justificando a criação de uma “cidade moderna” com “sua ação civilizadora e econômica”. Sustenta que, no passado, as cidades eram utilizadas como demonstração de poder econômico dos governantes, servindo muito mais como cenários de ostentação e gasto do que como produtoras de oportunidades. Continua salientando que o advento da indústria propiciou nova mentalidade, na qual os novos espaços urbanos eram centros de trabalho, cultura e ordem, desde que, claro, fossem submetidas aos conceitos do urbanismo. Em certa medida, corrobora com a análise de Cronon (1991), ao afirmar que “valorização das regiões circunvizinhas e o impulsionamento dos trabalhos agrícolas acompanharam sempre o estabelecimento e a expansão de vários núcleos de população no grande país do norte deste continente” (IBGE, 1942, p. 15), referindo-se às cidades norte americanas. Ele, também, utiliza o exemplo de Belo Horizonte com seu potencial de atrair indústrias.

Em matéria do periódico “O Jornal”⁴, sediado no Rio de Janeiro, o correspondente relata que o engenheiro construtor de Goiânia, Jeronymo Coimbra Bueno, defendia uma rede aérea no Brasil, tendo a capital de Goiás como um dos pontos principais para esse sistema de transporte. Sustentava que deveria haver voos regulares vindos de São Paulo com aeronaves com capacidade para transportar produtos. Em outro meio de comunicação da capital fluminense (então capital do país), Abelardo Coimbra Bueno exaltava a nova cidade, dizendo que ela era um “oásis no sertão”⁵. Continua com a exaltação de que a construção chamara a atenção das regiões mais abastadas do país, sustentando que a

⁴ “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministério do Ar” O Jornal, Edição 05099 (2) - 02/02/1936 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵ “Passa sobre Goiaz um ‘sopro de progresso’” Jornal do Brasil Edição 0005 (1) – 07/01/1937 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

produção agropecuária havia mais do que dobrado em seis anos. O termo que utiliza é “progresso”, suscitando uma ideia de que a natureza (cenário anterior) representava atraso. Neste contexto, o papel que se esperava dela era o de fornecer recursos para ganhos econômicos, tendo, no apoio de aglomerados urbanos, o suporte necessário tanto de mão de obra quanto de conexões de transporte.

É nesse sentido que se procura entender a mentalidade que não só fez surgir a nova capital de Goiás, mas, também, novos centros urbanos e que desenvolveu pequenas vilas antes inexpressivas. Por ora, abandona-se a abordagem do urbanismo em favor de uma reflexão onde o meio ambiente é utilizado como elemento garantidor da empreitada. Na próxima seção, será feita uma realção entre a criação de uma cidade *ex nihilo* no desenvolvimento econômico de certas regiões do estado para, posteriormente, buscar entender como conceitos do urbanismo foram utilizados como pretexto para criações de unidades urbanas para ganhos econômicos. Para tal, foram utilizados mapas das décadas de 1920 e base cartográfica do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG). Os planos de Goiânia não serão analisados pois o objetivo principal é refletir sobre área proposta por Carlos Haas em memorial publicado em 1931.

O MATO GROSSO DE GOIÁS E O DESEJO URBANO

Um dos principais pressupostos da história ambiental é o de estabelecer uma determinada ecorregião para descrever a relação entre sociedade e natureza (Worster, 1991; Drummond, 1991). Para Drummond (1991) a maioria dos estudos históricos ambientais procuram desenvolver suas análises em uma determinada região que apresente homogeneidade ou mesmo uma identidade ecológica, o que aproxima esse tipo de investigação à história natural. Donald Worster (1991) por sua vez nos orienta a ampliarmos a nossa objetiva investigativa e aventurarmos em territórios disciplinares das ciências naturais, fundamentais para o saber histórico ambiental. Isso porque, as ciências naturais podem oferecer ferramentas e fundamentos indispensáveis para o historiador ambiental, sobretudo quando ele precisa lidar com documentos que lidam com a reconstrução de paisagens preteridas. Essas assertivas são importantes para a nossa investigação, na medida em que nos propomos a analisar uma formação floresta que não existe mais, e que já na metade do século XX havia perdido praticamente 80% de sua formação fitogeográfica, que é o Mato Grosso de Goiás (Dutra e Silva, 2017).

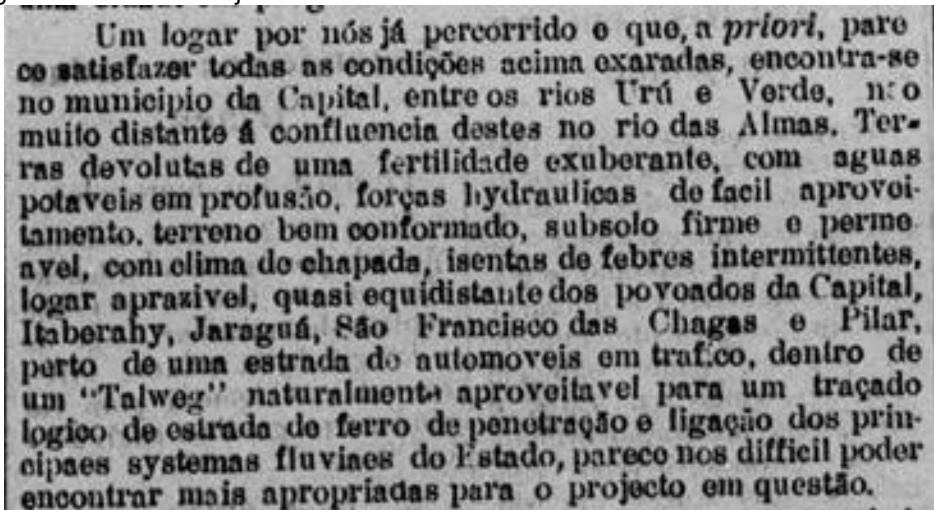
No caso do Mato Grosso de Goiás, ele é descrito nos documentos do início do século XX como uma floresta tropical e que passava a receber incentivos para a sua colonização a partir da política da Marcha para Oeste (Dutra e Silva, 2017). Além das características ecológicas da grande floresta tropical, ela também apresentava características edáficas distintas, o que a caracterizava como terra de solos férteis e profundos, diferente das formações savânicas típicas do Cerrado (Dutra e Silva, 2023; 2020). Nesse sentido, o Mato Grosso de Goiás e as formações florestais descritas pelas fontes que iremos analisar adiante são fundamentais para distinguir essa formação vegetacional das paisagens dominantes do Cerrado (Ab'Sáber, 2000).

A partir da intervenção federal de 1930, foi cogitada a mudança do centro de poder goiano, seja por conta de questões de incômodo político, seja por questões relacionadas ao higienismo e ao desenvolvimentismo. Sobre o incômodo, menciona-se que Pedro Ludovico Teixeira não pertencia aos clãs que comandavam o poder em Goiás, daí a saída do território de seu domínio (Campos, 2002; Chaul, 2009). Quanto a insalubridade, comum em muitas cidades brasileiras de então, é um tema muito importante no projeto de “planificação” de cidades na América Latina, especialmente por influência francesa, onde o

urbanismo emergente trazia soluções aos problemas da falta de planejamento das cidades que cresceram desordenadas (Lejeune, 1996; Lejeune; Beusterien; Menocal, 1996; Monzote, 2019; Sosa, 2006). Se as críticas sobre a cidade de Goiás⁶ advinham do período do império por relato de Couto Magalhães (Corrêa Lima, 1937), depois de trinta anos passados do século XX, o sentimento talvez ganhasse ainda mais força.

O memorial publicado pelo engenheiro Carlos Haas traz informações sobre região defendida por ele como ideal para a construção da nova capital. O recorte do jornal “Voz do Povo” (figura 1) aponta geograficamente elementos naturais que identificariam o local, mas também reforçariam seus argumentos. Na sua visão, a fertilidade das terras, a topografia pouco acidentada, o clima e a abundância hídrica seriam os principais condicionantes para a escolha do terreno da cidade. Para analisar essa relação entre os elementos naturais e a ocupação, foram utilizados mapas da época e base de dados georreferenciados. O objetivo é, através de representações e registros gráficos desses documentos do período analisado, identificar como eram as possíveis configurações urbanas e naturais e tentar compreender a visão que Haas tinha sobre o local. Na publicação, pode-se destacar os rios Uru, Verde e das Almas. Também são louvadas as capacidades hídrica e de fertilidade do solo. O relevo possibilitaria a construção de estradas e ferrovias que, em paralelo à terra fértil, representam a distribuição de bens agrícolas aos centros consumidores.

Figura 1 – Recorte do jornal “Voz do Povo” com trecho do Memorial de Carlos Haas.



Um logar por nós já percorrido e que, a priori, parece satisfazer todas as condições acima exaradas, encontra-se no município da Capital, entre os rios Urú e Verde, não muito distante à confluência destes no rio das Almas. Terras devolutas de uma fertilidade exuberante, com águas potáveis em profusão, forças hidráulicas de fácil aproveitamento, terreno bem conformado, subsolo firme e permeável, com clima de chapada, isentas de febres intermitentes, logar aprazível, quasi equidistante dos povoados da Capital, Itaberahy, Jaraguá, São Francisco das Chagas e Pilar, perto de uma estrada de automóveis em trânsito, dentro de um "Talweg" naturalmente aproveitável para um traçado lógico de estrada de ferro de penetração e ligação dos principais sistemas fluviais do Estado, parece nos difícil poder encontrar mais apropriadas para o projecto em questão.

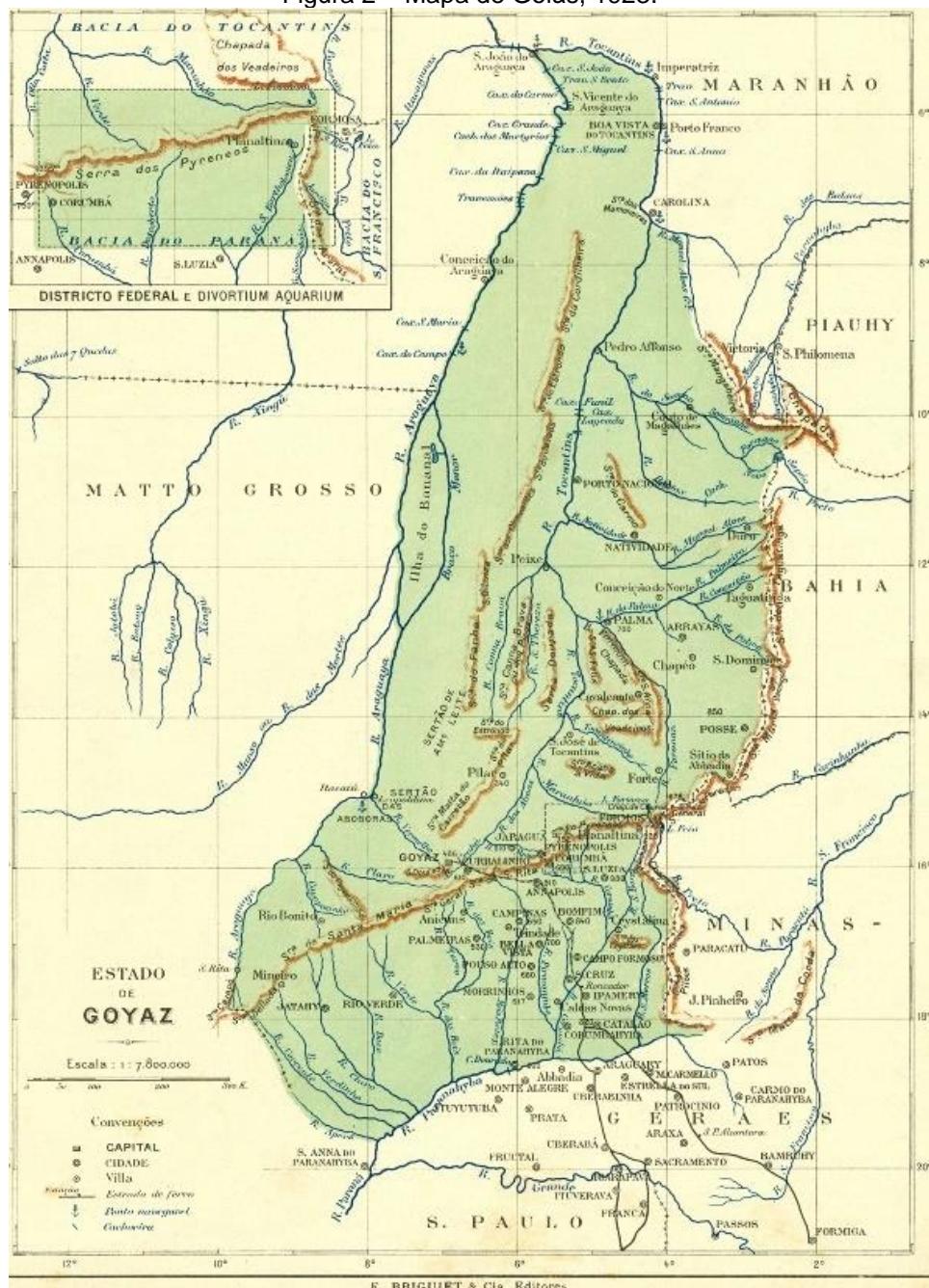
Fonte: Voz do Povo, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931

Foi obtido, para esse fim, um mapa do estado de Goiás (figura 2), datado de 1923, por volta de oito anos antes da publicação do memorial. Nele, ainda consta todo estado do Tocantins que ainda fazia parte do território goiano. É possível perceber em detalhe destacado, na parte superior à esquerda, a área delimitada para o Distrito Federal. A maioria das cidades (ou vilas) indicadas está disposta na região centro-sul do estado, com menor indicação de povoamento no vetor noroeste. O registro de rios, parte da “primeira natureza”, guarda uma gigantesca proporção em relação às vias férreas e aglomerados urbanos, a “segunda natureza” (Cronon, 1991). Não fica claro, até porque não há legenda indicativa, mas tem-se a impressão de que o trecho de ferrovia de Ipameri até Anápolis está

⁶ Em justificativa para substituição da capital de Goiás, o interventor Pedro Ludovico Teixeira caracteriza a cidade de Goiás como inapropriada devido ao relevo mais acidentado e ao solo rochoso que impediria a instalação de tubulações de água e esgoto, entre outros elementos que julgava ser dificultadores.

previsto, porém não concluído. Todavia, há a mesma indicação até a cidade de Goiás, que era capital. Também, pode ser vista a localização de Campinas que, mais tarde, se tornaria o polo pioneiro para implantação de Goiânia, sendo incorporada depois, passando à condição de bairro. Além de cursos hídricos e serras representados, há vários registros de localidades identificadas com “sertão”. Pode-se imaginar que tais localidades representavam regiões pouquíssimo exploradas, onde, talvez, a natureza estivesse mais preservada segundo suas condições e transformações naturais.

Figura 2 – Mapa de Goiás, 1923.



Fonte: F. Bruguet & Cia, Editores, 1923.

Para analisar o mapa, viu-se necessário o georreferenciamento da imagem, utilizando o software QGis. A intenção desta ação é ajustar os registros da época aos dados mais

precisos atuais. Desta forma, é possível tanto aproximar a percepção espacial da época a instrumentos de análise de agora como, também, criar base de dados para investigações futuras. A primeira ação, antes do georreferenciamento, dá-se por utilizar um mapa-base, o qual foi obtido através do SIEG. Foram descarregados o mapa do estado de Goiás e as localidades, que são pontos que marcam as sedes dos municípios. Como critério de seleção, foram destacadas apenas as cidades que estão representadas no mapa antigo, as quais foram utilizadas como referência para o ajuste da imagem às coordenadas reais. Algumas situações tiveram que ser observadas, como, por exemplo, os limites do estado que podem ter sido modificados, a separação do que hoje é o estado do Tocantins e alguns nomes de cidades que mudaram. Para se ter maior precisão no georreferenciamento, foram separadas 20 cidades como pontos de controle, das quais optou-se, por confiabilidade das informações, por 16 pontos para o alinhamento.

Foi utilizado o *plug in Gereferencer* para georreferenciar a imagem. Os pontos do mapa antigo foram alinhados com os do mapa-base, fazendo-se a seleção com o cursor do mouse sobre o ponto que representa a cidade tanto na imagem quanto da feição. A partir da definição do último ponto, fez-se o alinhamento, utilizando a opção do tipo de transformação “projetiva” e do método de reamostragem “vizinho mais próximo”. Foram selecionadas as cidades que aparecem no mapa em questão. Alguns nomes mudaram e, na atualidade, pode-se identificar que Pouso Alto, por exemplo, passou a se chamar Piracanjuba, Bomfim se chama Silvânia, Campo Formoso se chama Orizona, Santa Luzia se chama Luziânia, São José do Tocantins se chama Niquelândia, Chapéo se chama Monte Alegre de Goiás, Santa Rita do Paranahyba se chama Itumbiara, Rio Bonito se chama Caiapônia, Curralinho se chama Itaberaí e, por fim, Campinas foi incorporada à capital Goiânia.

De acordo com o que indicou o engenheiro Carlos Haas em 1931, como dito anteriormente, o local para construir a nova capital de Goiás deveria ter pontos fundamentais como o relevo pouco acidentado, a capacidade hídrica para abastecer a população e gerar energia elétrica, a facilidade de purificação do ar por meio de jardins e bosques, a fertilidade do solo nas regiões suburbanas, a facilidade de construção de vias de transporte, entre outras características. Nesse sentido, Haas faz apontamentos bem próximos aos de Garnier (Choay, 2015). Ainda ressalta que a cidade de Goiás, devido ao equívoco da sua escolha no passado, jamais poderia ser o “mecanismo econômico, administrativo e político” que representa a “sede da concentração da vida”⁷. Reforça que, para se obter um centro populoso que satisfaça tais necessidades, deve-se escolher local “virgem”, uma vez que nenhuma cidade no estado reunia tais qualidades. Então, faz indicação de área já verificada por ele, dizendo que essa área:

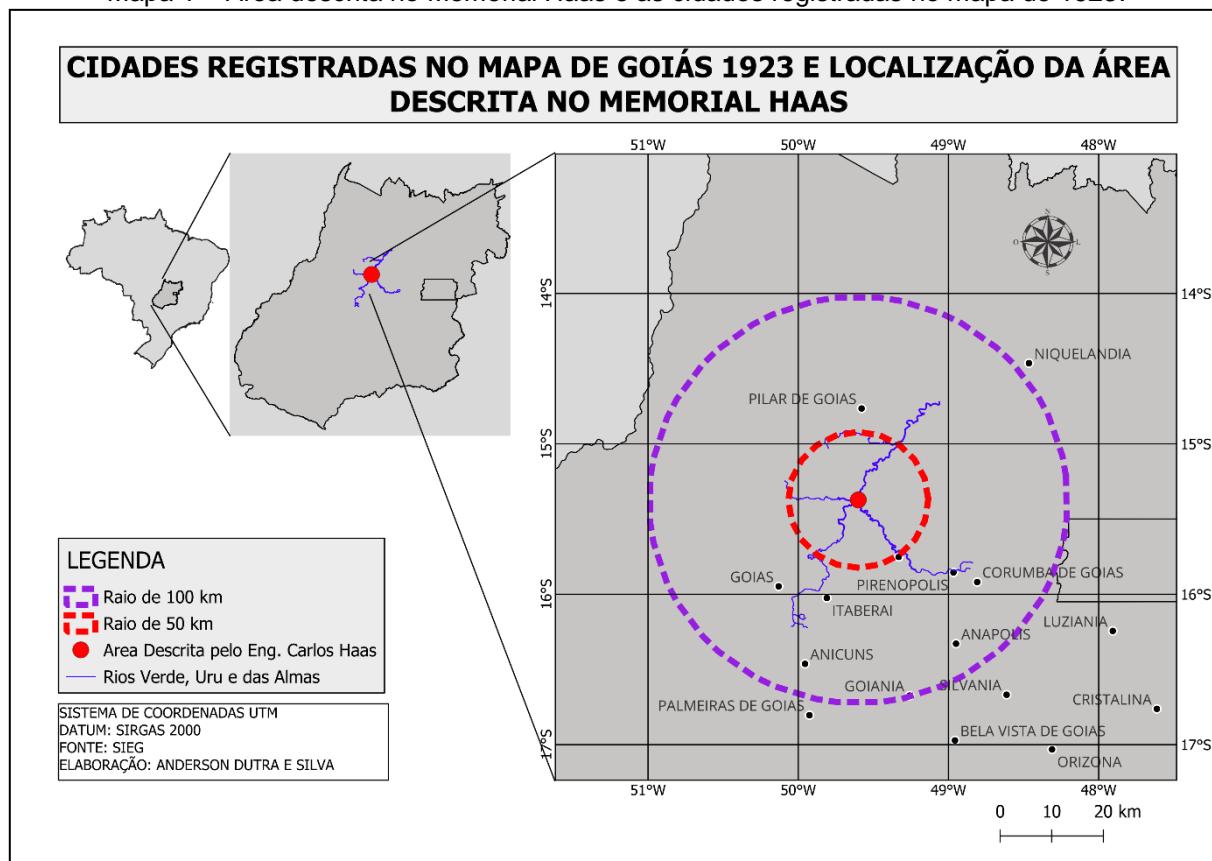
Parece satisfazer todas as condições acima exaradas, encontra-se no município da Capital, entre os rios Urú e Verde, não muito distante à confluência destes no rio das Almas. Terras devolutas de uma fertilidade exuberante, com águas potáveis em profusão, forças hidráulicas de fácil aproveitamento, terreno bem conformado, subsolo firme e permeável, com clima de chapada, isentas de febres intermitentes, logar aprazível, quasi equidistante dos povoados da Capital, Itaberahy, Jaraguá, São Francisco das Chagas e Pilar, perto de uma estrada de automóveis em trânsito, dentro de um “Talweg” naturalmente aproveitável para um traçado lógico de estrada de ferro de penetração e ligação dos principais sistemas fluviais do Estado,

⁷ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

parece nos difficultar poder encontrar mais apropriadas para o projecto em questão.⁸

O mapa 1 mostra o local descrito pelo engenheiro. No raio imediato de 50 km, não há nenhuma cidade apontada no mapa de 1923. Porém, quando se utiliza um raio de 100 km, percebe-se uma abrangência maior, inclusive se sobrepondo à capital da época e o que seria a futura capital. Uma das preocupações que se percebe no relatório é o domínio do município da capital e a propriedade sobre as terras que deveria ser pública. A confluências de rios de vazão considerável apontaria um local de abundância fluvial para suprir as necessidades de uma população de até 50.000 habitantes (descrito no memorial como condição), além de poder atrair indústrias pela produção elétrica. A fertilidade é um fator importante, pois o centro urbano se tornaria o entreposto para distribuir a produção agrícola para os polos consumidores do sudeste do país. Para isso, inclusive, a facilidade de transporte terrestre era fundamental. A “fórmula de sucesso” defendida por Garnier (Choay, 2015) e pelos boosters de Chicago (Cronon, 1991) parece ecoar no discurso goiano da década de 1930. A natureza deveria fornecer as riquezas para sustentar o empreendimento, o qual asseguraria, na visão do engenheiro, o desenvolvimento econômico do estado.

Mapa 1 – Área descrita no Memorial Haas e as cidades registradas no mapa de 1923.

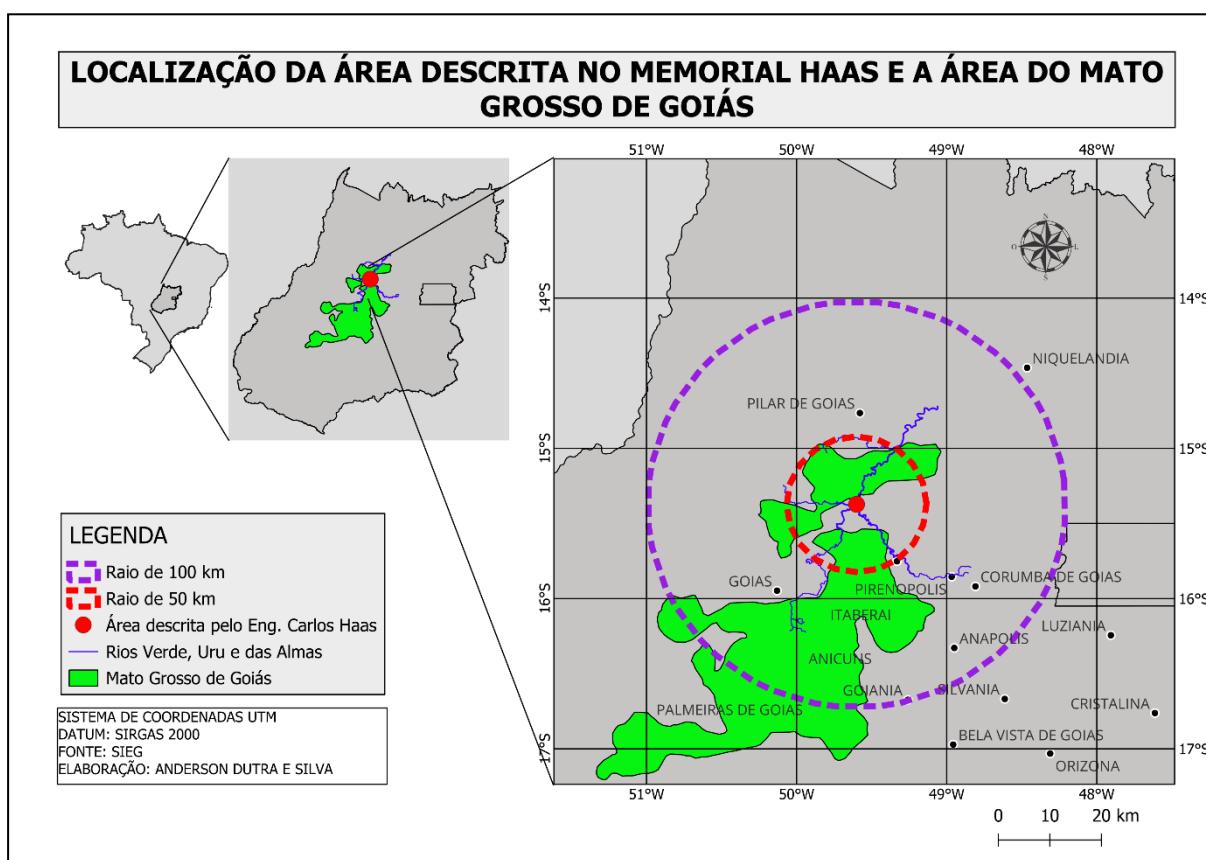


Fonte: própria (2024).

⁸ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

O papel do meio ambiente é, de certa forma, ambíguo: generoso e hostil. Generoso por dispor tamanha fartura, louvada na fertilidade do solo e na abundância das águas. Hostil devido ainda não estar totalmente sob o domínio do ser humano. O engenheiro louva a chegada da ferrovia à Zona da Mata (ver a área definida como Mato Grosso de Goiás no mapa 2). Tal evento, segundo ele, foi capaz de iniciar a mudança no uso do solo das imediações, fazendo surgir lavouras e pastagens. A possibilidade de se produzir, em especial, café dotaria o estado de capacidade de se assemelhar ao estado de São Paulo, que se tornou rico em exportar tal produto. No entanto, no seu ponto de vista, as terras que julgava que seriam as mais férteis do país deveriam ser “domesticadas” pelo poder da nova cidade, a qual “tornar-se-ia a verdadeira Metrópole do Centro e os ubérrimos *mattagáes goyanos*, onde hoje ainda imperam a onça e o tapir virão transformar-se em uma das zonas mais populosas e mais ricas do Brasil”⁹.

Mapa 2 – Localização do Mato Grosso de Goiás.



Fonte: própria (2024).

Tal dualidade do pensamento sobre o meio ambiente o supunha apenas como recurso, à medida em que a madeira, o solo e as águas propiciariam riquezas, mas não sem antes serem pavimentados e disciplinados ao traçado geométrico dos boulevares e praças. Os jardins e bosques teriam nada além de um caráter utilitário, desde que submetidos a disposições contidas e ajustadas ao meio urbano, que nada lembraria o ambiente selvagem. Segundo Frederick Law Olmsted, essa importância dos parques urbanos seria

⁹ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

capaz de sensibilizar, até mesmo, as populações mais desfavorecidas, possuindo um papel moralizante (Beveridge, 2015). Por fim, o discurso de que a metrópole sonhada e pensada segundo a abordagem do urbanismo do início do século XX, a cidade industrial, deveria pousar sobre solos do sertão se iniciava. No alvo estava sempre se tornar semelhante aos grandes centros urbanos, primeiramente brasileiros, mas, em horizonte mais distantes, europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anteriormente ao movimento denominado Marcha para o Oeste, as partes mais centrais do Brasil se encontravam em um estágio de baixo povoamento. A baixa densidade demográfica e o distanciamento dos centros consumidores dificultavam uma maior exploração dos recursos, mesmo que esses existissem em abundância. Se, por um lado, as oligarquias de determinadas regiões se beneficiassem desse considerado atraso, a urgência de se adequar à modernidade industrial do século XX inspirava desejos por uma metrópole utópica. Essa utopia era traçada por uma nova ciência que se solidificava e se afirmava na tentativa de corrigir os malefícios das fábricas poluentes e das habitações insalubres.

Se as preferências políticas da época fizeram recair sobre o improvável interventor Pedro Ludovico Teixeira a missão de dinamizar a economia de um estado exclusivamente agropecuário, a ele se uniram outros que desejavam respirar os ares das cidades mais importantes do Brasil dessa época. A planificação, experiência latino-americana fundamentada em conceitos europeus, tentava “sanitizar” velhos centros “inadequados”, entregues à sujeira e ao opróbrio. Mesmo que a cidade de Goiás, a velha capital, não compartilhasse de idênticos problemas de Rio de Janeiro e São Paulo, parecia totalmente inadequada aos olhos daqueles que desejavam se parecer com uma Europa industrial.

O meio ambiente era uma barreira a ser vencida, substituindo os domínios das feras pela domesticação dos espaços, contidos e ordenados. A natureza figurativa e pitoresca que ocupasse cenários era buscada e louvada como paliativo aos males que surgiram das chaminés e dos despejos indesejáveis. A paisagem original só serviria de fundamento para o solo que se transformaria à medida que se adentrava, ligando-se ao que poderia transportar o produto daquilo que se plantasse daqui a além-mares, a troca de dinheiro. Fartura e exuberância, qualidades naturais de regiões de matas, como no caso do Mato Grosso de Goiás, representaram um papel importante nos discursos sobre a construção de uma nova capital para Goiás. O volume e a abundância de rios esperançavam a produção de energia que impulsionaria fábricas, mesmo sem que houvesse nem a prospecção de minérios, nem tampouco se idealizasse quais produtos pudessem ser manufaturados. Parece, no entanto, que o resultado pouco importava e, sim, os objetivos de desenvolvimento econômico baseado na mudança de um estado rural para outro, urbano. Nesse processo, quanto maior o adensamento populacional melhor. As cidades populosas significavam uma mudança de etapa, construindo edifícios, impulsionando as transformações no campo. A capital foi construída, trazendo consigo a gente que a povoou, criando novos centros, avançando ao oeste que se denominara sertão. Porém, a contrário do que desejava Carlos Haas, não se assentou junto à confluência dos rios e a ferrovia tardou mais que esperado, mesmo que as estradas acelerassem a derrubada de matas, o plantio de lavouras e formação de pastagens.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. The Natural Organization of Brazilian Inter-and Subtropical Landscapes. **Revista Do Instituto Geológico** 21, no. 1–2, p. 57–70, 2000.
- A NAVEGAÇÃO aerea no Brasil e a creação do Ministerio do Ar. **O Jornal**, 05099 (2) - 02/02/1936.
- BEVERIDGE, Charles E. (ed.). **Olmsted: writings on landscape, culture, and Society**. New York: The Library of America, 2015.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CAMPOS, F. I. **Questões agrárias**: bases sociais da política goiana. Anápolis: Kelps, 2015.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- COY, Martin; KLINGLER, Martin; KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins (Revista franco-brasileira de geografia)**, v. 30, p. 1-48, 2017.
- CRONON, William. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. New York: W. W. Norton & Co., 1991.
- DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4 n. 8 (1991), p. 171-197
- DUTRA E SILVA, Anderson; DUTRA E SILVA, S. A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942). **Historia Crítica**, n. 74, p. 65–93, 2019.
- DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste a Terra e Céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUTRA E SILVA, Sandro. Ecological Ideas and Historical Construction of the Brazilian Cerrado. In: **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. Oxford University Press, 2014.
- DUTRA E SILVA, Sandro. Challenging the Environmental History of the Cerrado: Science, Biodiversity and Politics on the Brazilian Agricultural Frontier. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 10, n. 1, p. 82–116, 2020.
- GEOGRAPHIA- Atlas do Brasil e das Cinco Partes do Mundo - 1^a Parte: noções de geografia geral da América do Sul e do Brasil. 2.ed, revista e atualizada. Rio de Janeiro: F. Briguet & cia., 1923
- KEYES, Jonathan. A Place of Its Own: Urban Environmental History. **Journal of Urban History**. v. 26, n. 3, p. 380-390, 2000.
- KOHLHEPP, Gerd. Transformações da Paisagem Natural no Norte do Paraná entre as Décadas de 1930 e 1980: Da Monocultura do Café à Modernização Agrária e suas Consequências Ecológicas, Econômicas e Sociais. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**. v. 10, n. 2, p. 255–283, 2020.
- LEJEUNE, J.-F. The Landscape: Nicolas of Forestier and Great. **The Journal of Decorative and Propaganda Arts**, v. 22, n. 1996, p. 150–185, 1996.
- LEJEUNE, Jean-F. et al. The city as landscape: Jean Claude Nicolas Forestier and great urban works of Havana, 1925-1930. **The Journal of Decorative and Propaganda Arts**, v. 22, p. 150–185, 1996.
- MAIA, João M. E. Fronteiras e state-building periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia Historia**, v. 35, p. 895-919, 2019.
- MAIA, João M. E. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. **Tempo Social**, v. 25, p. 79-97, 2013.
- MAIA, João M. E. **Estado, território e imaginação espacial**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MAIA, João M. E. As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, v. 53, p. 621-655, 2010.
- MAIA, João M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MEMORIAL: ligeiras considerações acerca da mudança da capital do estado de Goyas. **Voz do Povo**, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931.

- MENDONÇA, Jales G. C. **A Invenção de Goiânia:** o outro lado da mudança. 2.ed. Goiânia: UFG, 2018.
- MONZOTE, Reinaldo F. **Nuestro viaje a la Luna:** La idea de la transformación de la naturaleza en Cuba durante la Guerra Fría. La Habana: Fondo Editorial Casa de Las Américas, 2019.
- OLIVEIRA, H. A. DE; BEKER, S. S.; DOMINGOS, J. M. Goiânia-GO: Um Projeto de Cidade-Jardim que não Resistiu às Forças do Progresso. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 356–378, 2019. DOI: 10.21664/2238-8869.2019v8i3.p356-378. 2019.
- PASSA sobre Goiás um 'sopro de progresso' Jornal do Brasil Edição 0005 (1) – 07/01/1937.
- PLATT, H. L. The emergence of urban environmental history. **Urban History**. v. 26, n. 1, p. 89-95, 1999.
- PORTUGALI, Juval. On relevance in geography: Thünen's isolated state in relation to agriculture and political economy. **Geoforum**, v. 15, n. 2, p. 201-207, 1984.
- SABINO Jr., Oscar. **Goiânia Documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. v. 1
- SCHOTT, Dieter. Urban environmental history. What lessons are there to be learnt? **Boreal Environment Research**, n. 9, p. 519-528, 2004.
- SMITH, Henry N. **Virgin Land:** the American West as Symbol and Myth. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- STEPHENSON, Bruce. Urban Environmental history: the essence of a contradiction. **Journal of Urban History**, n.31, p. 887-898, 2005.
- SOSA, Marisol R. O Rio de agache e a Havana de Forestier. São Paulo: IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. **Anais**. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.
- TURNER, Frederick J. **The frontier in American history**. Mineola: Dover Publications, 2010.
- WEBB, Walter P. **The great frontier**. Reno: University of Nevada Press, 2003.
- WHITE, Richard. **The Frontier in American Culture:** an exhibition at the Newberry Library, August 26, 1994-January 7, 1995. Berkeley: University of California Press, 1994.
- WORSTER, Donald. **Under Western Skies:** Nature and History in the American West. Nova York: Oxford University Press, 1992
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Anderson Dutra e Silva: Doutorando. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil.

Patrick Thomaz de Aquino Martins: Doutor. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil.

Sandro Dutra e Silva: Doutor. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil; Universidade Evangélica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Anápolis, Goiás, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Edmundo Pinheiro de Abreu n. 423, Apt. 101, Setor Bela Vista, Goiânia.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: os autores
Coleta e análise de dados: os autores
Discussão dos resultados: os autores
Revisão e aprovação: os autores

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Anderson Dutra e Silva, Patrick Thomaz de Aquino Martins e Sandro Dutra e Silva. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de dezembro de 2023

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2024

Como citar: DUTRA E SILVA, Anderson; MARTINS, Patrick Thomaz de Aquino, DUTRA E SILVA, Sandro. influências da criação de Goiânia na urbanização do Mato Grosso de Goiás. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 101-116, 2024.



POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL PLANETÁRIA

Towards a planetary environmental history

ENTREVISTADO

Donald Worster^a

E-mail: dworster@ku.edu

^a Kansas University, USA/Renmin University, China.

ENTREVISTADORES/AS

Elenita Malta Pereira^b

<https://orcid.org/0000-0001-9835-391X>

E-mail: elenitamalta@gmail.com

Denis Henrique Fiuza^c

<https://orcid.org/0000-0003-4353-4726>

E-mail: dfiuzahistoria@gmail.com

Sara Rocha Fritz^d

<https://orcid.org/0000-0002-6425-9711>

E-mail: sarafritz248@gmail.com

^b Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas, Curso de História, Rondonópolis, MT, Brasil.

^c Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

^d Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História ambiental global. Historiografia ambiental. Donald Worster.

KEYWORDS: Global environmental History. Environmental historiography. Donald Worster.

Donald Worster é um historiador estadunidense, doutor em História pela Universidade de Yale (1971), um dos fundadores e mais importantes historiadores do campo da história ambiental. Worster passou a ocupar o cargo de Hall Distinguished Professor of American History da Universidade do Kansas, em 1989. Em 2009, ele foi nomeado para a Academia Americana de Artes e Ciências. Após se aposentar da Universidade do Kansas, em maio de 2012, tornou-se Especialista Estrangeiro Ilustre e Professor Sênior da Escola de História da Universidade Renmin da China. Entre 2011 e 2013 foi Fellow do Centro Rachel Carson para Meio Ambiente e Sociedade da LMU Munique, Alemanha.

Worster tem sido particularmente ativo na construção e promoção do campo da história ambiental. Ele atuou como fundador e presidente da Sociedade Americana de História Ambiental (1980-1982), faz parte de vários conselhos editoriais e deu aulas e palestras, para além dos Estados Unidos, em vários países da África, da Ásia, da Europa, da América Central, assim como no Canadá, Nova Zelândia e Austrália.

Worster é autor de uma vasta obra, de crucial importância para a história ambiental global. Em seu primeiro livro, *Nature's Economy*, fruto da tese de doutorado, traçou um histórico das ideias ecológicas no mundo ocidental. Worster também escreveu biografias de sujeitos engajados com a proteção da natureza, tratou as mudanças na paisagem provocadas pelos desastres socioambientais no Oeste dos EUA, o tema da água e da agricultura nesse contexto. Sua obra é incontornável para todos os interessados em compreender as inter-relações entre humanos e natureza em âmbito histórico global.

A entrevista foi realizada de forma online via App Zoom, em 25/04/2023, com a duração de 2 horas. Worster estava na costa Oeste dos Estados Unidos, na cidade de Corvallis, no estado de Oregon. Os três entrevistadores se encontravam no Brasil.

Nossa intenção foi abranger aspectos importantes da trajetória do entrevistado: a fundação do campo da história ambiental, nos anos 1970, com outros pesquisadores; a discussão sobre suas obras; a sua visão política sobre o campo.

Agradecemos a generosidade do professor Worster, do alto de seus 81 anos, ao nos brindar com tanta sabedoria nessa entrevista que agora compartilhamos com o público da Esboços. Acreditamos que suas palavras podem ser muito inspiradoras tanto para os estudantes que ainda não definiram qual o campo seguir na história, quanto para quem já está inserido na discussão da história ambiental. Boa leitura.

ENTREVISTADOR 1: Professor, poderia nos falar mais sobre seus dados biográficos? Onde você nasceu? Como era a paisagem com a qual você conviveu quando criança? Você se recorda de algum episódio especial de relação com a natureza local? Nos anos 1960, por que escolheu cursar História?

WORSTER: Devo começar dizendo que sou um homem velho, tenho 81 anos, completados no ano passado. Nasci, portanto, antes do bombardeio japonês de Pearl Harbor no Havaí, em uma pequena cidade no deserto de Mojave, no sul da Califórnia, às margens do rio Colorado, onde fica o Grand Canyon. Las Vegas fica logo ali, mas meus pais estavam lá como refugiados ambientais das Grandes Planícies da América do Norte, que no final da década de 1930 até quase a época do meu nascimento (1941), sofreu uma das catástrofes ambientais mais graves do mundo, principalmente erosão eólica, tempestades de poeira, colapso agrícola e econômico.

Meus pais tinham origem na classe trabalhadora rural do estado de Kansas, que fica bem no centro da América do Norte, algumas pessoas dizem que é um ponto morto, é muito chato, mas eu amo esse lugar. Cresci nessa pequena cidade no deserto, mas voltei com a

minha mãe e depois meu pai, para as Grandes Planícies, onde vivemos com os meus avós por muitos anos. Eles também eram de origem rural pobre, de pequenos agricultores, e antes disso, de imigrantes das Ilhas Britânicas: Escócia, País de Gales, Inglaterra.

Quando eu cresci no Kansas já era o final da década de 1940, 1950, para a maioria das pessoas, esse foi um tempo de voltar ao que pensavam ser normal, uma vida normal, uma economia normal, uma prosperidade normal, uma religião normal, o que quer que seja, houve um retorno das chuvas, o fim do que foi a seca mais severa em centenas de anos.

O presidente dos EUA era um dos nossos compatriotas, do Kansas, Dwight David Eisenhower. Aqueles para muitas pessoas foram os anos felizes, especialmente os anos 1950, eu estava na escola, me formando no Ensino Médio no final daquela década. Mas para mim eles não foram tão felizes, foram atormentados por muitas coisas, minha família nunca teve muito dinheiro, isso era uma das coisas, mas eles foram especialmente atormentados para mim pelo desenvolvimento de uma asma severa, problemas respiratórios. Eu descobri que era alérgico à natureza, a natureza me faz mal, me deixou muito doente naqueles anos, estou falando de poeira em geral, sempre havia muita poeira soprando, estou falando de algumas plantas como ambrósia, que me devastaram, mas estou falando especialmente da poeira que veio da colheita e do trigo maduro. O trigo é a grande cultura do Kansas e eu descobri que era alérgico a ele, isso me colocou no hospital várias vezes quando era um garotinho.

Então para mim a natureza era, ao mesmo tempo, um lugar que eu ia para escapar da família, das pressões sociais, para fugir e ser eu mesmo, para ler, era um lugar de deleite - amo aquelas grandes planícies e o céu enorme e assim por diante, os rios passando, é basicamente uma pradaria, pradaria nativa. Mas também aprendi que a natureza pode nos matar, e muitas vezes o faz, e nunca esqueço desse fato. Eu sou um historiador ambiental, amo a natureza, quero trazer a natureza e todas as coisas da natureza para o estudo da História, mas tenho que dizer desde o início que a natureza nem sempre é nossa amiga, a natureza pode ser uma força devastadora nas nossas vidas.

Passei na década de 1950, particularmente em 1954, por uma nova tempestade de poeira. Eu estava na escola e no meio da manhã a professora parou a aula e a escola toda fechou, mandaram todos nós irmos para casa, porque uma tempestade de poeira imensa, uma milha de altura de poeira soprando, rolando, estava vindo para a nossa cidade, então todos nós corremos o mais rápido que podíamos e durante a noite toda a poeira continuou soprando, entrou na nossa casa, até dentro do congelador, tinha poeira em nossos travesseiros, eu estava engasgando e tossindo com esse evento.

Então passei por tempestades de poeira, eu sei o que é a erosão severa do solo, não gosto disso e não quero ver nunca mais, mas ainda está acontecendo de alguma forma. Na década de 1960, fui para a Universidade do Kansas cursar a graduação e depois fiz minha pós-graduação em História na Universidade de Yale, que fica na Nova Inglaterra, uma famosa Ivy League, que tinha um ótimo corpo docente de História em termos convencionais. Quando eu cheguei em Yale em 1966 - fiquei lá de 1966 até 1971 -, quase não havia interesse em questões ambientais, nenhum, eu nem tinha certeza se mesmo estava interessado nisso, mas fiquei impressionado com coisas lá que me pareceram muito estranhas, as florestas ainda me parecem coisas muito estranhas. Não existia floresta onde eu cresci e não tinha nada além de florestas na Nova Inglaterra.

Água, tinha muita pouca água passando na minha cidade no deserto ou nas grandes planícies, mas quando eu cheguei na Nova Inglaterra, em New Haven, em Connecticut, em Boston, em Nova Iorque, a água estava por toda parte, especialmente na primavera, ela fluía da terra e tudo ficava alagado, tudo era lama, isso foi extremamente estranho para mim e eu pensava, "por que alguém moraria em um lugar assim?". Bom, é claro, havia sido a casa de civilizações imperiais estabelecidas por centenas de anos, grandes cidades

coloniais e tudo mais, mas para mim foi um choque e me ajudou a começar a pensar sobre o papel que o ambiente desempenha em quem somos, e nos tipos de economia, de modos de vida e alimentos que comemos. Esse foi o início da minha educação, mas não veio em sala de aula, de jeito nenhum.

Nos anos 1960, viu-se o início de um forte movimento de proteção ambiental nos Estados Unidos, influenciado por pessoas como Rachel Carson, Aldo Leopold, Paul Ehrlich, Barry Commoner. Estou falando aqui da América do Norte, foi um momento quase radical na história dos Estados Unidos para a proteção ambiental, e não estava muito envolvido nisso, mas estava lendo pessoas como Henry David Thoreau, o escritor da natureza do século XIX, e eu compartilhava as opiniões que muitas dessas pessoas tinham no anos 1960, que essa civilização tecnológica que tínhamos construído era em si um perigo, também poderia nos matar, através da radiação atômica, dos pesticidas, ela também pode nos desumanizar, e ela também estava destruindo a saúde ecológica no planeta para todas as coisas vivas. Então isso foi uma espécie de choque para mim, como um garoto de fazenda do grande Oeste, mas eu entendi o que era, porque acho que o próprio Dust Bowl era uma face dessa civilização tecnológica.

ENTREVISTADOR 3: A minha primeira pergunta é sobre algo que você já falou um pouco, a sua aproximação com a temática ambiental, como foi isso? Você estava na faculdade quando *Silent Spring* [Primavera Silenciosa] (CARSON, [1962] 2010) foi publicado, não é? Qual era o contexto da época? Nos anos 1970, com a intensificação do debate, você participou de movimentos ambientalistas na época ou depois?

WORSTER: Sim, já mencionei isso até certo ponto, os anos críticos para mim foram os meus anos de pós-graduação, no doutorado em História. Eu fui para Yale para estudar história americana, era o que fazíamos na época, não pensei nada sobre qualquer outra coisa. Achei que poderia estudar história britânica também, o que fiz, eu era muito interessado nas conexões anglo-americanas, mas, como disse, me percebi vivendo em um ambiente físico, material, ambiental radicalmente diferente, essa abundância de algumas coisas com as quais eu não estava acostumado. Mas havia um problema com a História, como comecei a perceber em Yale. Naquela época Yale era provavelmente considerada em muitos lugares como tendo o melhor departamento de História do mundo, eu não estou exagerando, acho que era cheio de professores excepcionais, e eles não eram pessoas acríticas, eles eram altamente críticos de muitas coisas. Mas havia um problema com a História que eles estavam ensinando e como eu estava experienciando, não havia terra, não havia água, não havia seca, nem clima, não havia plantas ou animais, não havia pólen, nem doença, era tudo História Intelectual e História Cultural.

Tive aulas com o grande C. Vann Woodward, provavelmente o maior historiador do sul da América em todo o século XX, ele estava escrevendo livros sobre a ideia de um "novo Sul" sobre as leis de Jim Crow, segregação racial e injustiça, mas ele estava escrevendo do ponto de vista das ideias, majoritariamente.

Eu estava tendo aulas com pessoas como Edmund Morgan, um dos grandes historiadores coloniais americanos, de Boston, que ensinava história colonial americana, Nova Inglaterra, puritanismo, ideias de religião, o poder da religião e comércio, seu último grande livro foi sobre Ben Franklin (MORGAN, 2002), mas antes disso ele escreveu um livro chamado "Escravidão Americana, Liberdade Americana" (MORGAN, 1975), mais uma vez, era sobre a história cultural dessas ideias, escravidão e liberdade na mesma sociedade, comunidade, tópicos importantes, quero dizer, esses caras estavam passando por uma reviravolta. Eles estavam refletindo em seu trabalho a Guerra do Vietnã, o Movimento dos Direitos Civis, o movimento das mulheres, a guerra contra a pobreza, assim como a maioria dos meus colegas estudantes de pós-graduação. Mas a maioria dos

estudantes rebeldes ao meu redor naquela época e os professores não tinham conhecimento ou interesse no mundo não humano. Nenhum, todos eles vieram de grandes cidades, não tinham ideia do que eu estava falando, eles costumavam rir de mim e dizer "você está interessado em escrever sobre a história dos ursos?" Eles pensaram que era simplesmente incrível que alguém pudesse estar, e eu disse "é isso mesmo, isso aí". Os ursos também merecem um pouco de história.

Em 1970, ano do primeiro Dia da Terra, havia muito pouco interesse ambiental em Yale, na verdade, nem consigo me lembrar de nada acontecendo no primeiro Dia da Terra de 1970 no meu campus, talvez eu simplesmente não estivesse prestando atenção, mas não havia movimentos ambientais lá antes da década de 1970 que eu pudesse ver e até depois. Saí em 1971 e, se aconteceu, foi depois disso. Então eu estava tentando criar um novo tipo de História que não existia na minha sala de aula, que não existia para meus professores e meus colegas. O que descobri em Yale foi incrivelmente poderoso e importante para mim e o que recebi na educação de Yale foi importante, mas devo dizer também que descobri a pobreza da esquerda, da direita, do centro, na política na América e em outros lugares, a pobreza de nossa imaginação, a pobreza de nosso conhecimento. Havia uma Velha Guarda e havia os Novos Radicais, mas ambos eram completamente indiferentes e ignorantes sobre o mundo não-humano. Não tinha agência histórica, nenhuma, não tinha preocupação moral, estava completamente ausente como contexto para vida humana, simplesmente não estava lá como vida humana. Então foi muito insatisfatório para mim, além de ser muito estimulante e assim por diante. Falo isso não para ser hostil ou ingrato com meus professores, mas apenas me surpreendeu como um estudante de pós-graduação pensando que deveria haver mais na História.

Pelo que aprendi enquanto crescia, havia desertos e eles importavam, havia tempestades de poeira e elas importavam, havia plantas e animais neste planeta e eles importavam, havia rios e eles importavam muito. Essas pessoas tomaram tudo como garantido, apenas se tornou invisível, invisível para eles. Então, foi assim que saí da pós-graduação, determinado a tentar descobrir algo novo, e meus colegas estudantes de pós-graduação riram um pouco disso, mas depois muitos deles vieram dizer: "Don, acho que você estava no caminho certo, desculpa, fomos um pouco rudes com você". Um deles chegou a escrever uma boa biografia da Rachel Carson¹. Então, isso acontece, mas eles não estavam lá ainda, você poderia ir ao Museu de História Natural, um dos melhores em um campus universitário em qualquer lugar nos Estados Unidos, bem ali em New Haven no campus de Yale, e ver dinossauros, ossos e restos de plantas e assim por diante, isso era História para mim, isso era História também, mas o Departamento de História não reconhecia isso e, em grande parte, eles ainda não reconhecem. Essa é a coisa triste com a qual eu tenho que acabar, eles ainda não reconhecem. Ainda estamos lutando, estamos ganhando por toda parte, mas alguns desses lugares mais antigos são tão arraigados em seus modos, tão tradicionais, mesmo que estejam escrevendo sobre a escravidão do ponto de vista dos escravizados, eles são tradicionais em alguns aspectos. Eles podem escrever um livro inteiro sobre algodão, por exemplo, como fez um pesquisador que agora está em Harvard lecionando lá, um grande, enorme livro sobre algodão, o maior livro que já vimos sobre algodão, que abrange todo o planeta, mas naquele livro há muito pouco da planta algodão, solos e esse tipo de coisas, é completamente surdo sobre esses assuntos. Não vamos deixar que isso aconteça no futuro.

¹ Worster se referiu a Lytle, Mark H. que escreveu *The Gentle Subversive: Rachel Carson, "Silent Spring," and the Rise of the Environmental Movement* ("Narratives in American History" series), Oxford University Press (New York, NY), 2007.

ENTREVISTADOR 2: Você é considerado um dos fundadores da história ambiental, poderia falar mais sobre sua participação nos primórdios desse campo historiográfico? Como foi a fundação da American Society for Environmental History (ASEH) [Sociedade Americana para a História Ambiental]? Quais autores te influenciaram na construção desse campo de estudo?

WORSTER: Bem, todas essas são perguntas interessantes sobre as quais eu poderia falar por horas. Como disse, não havia história ambiental quando eu era estudante de pós-graduação em Yale na década de 1970, nada. Eu ensinei acho que talvez um dos primeiros cursos de história ambiental do mundo no meu último ano em Yale, de 1970 a 1971. Eu tinha uma turma de graduação e lançamos uma aula de história ambiental, minha primeira tarefa para eles foi: vamos tirar o sábado para encontrar o porto de New Haven no Estuário de Long Island, ela já foi uma cidade portuária, mas desde então, tudo foi preenchido com tanques de óleo e suprimentos de energia e tudo mais, e tínhamos que ir, fomos 12 alunos e eu em um dia quente, andando pela cidade, tentando descobrir onde ficava o porto, nós encontramos ele, e achamos muitas cercas também. E isso me fez começar. Eu tive que sair de Yale e me mudar para outros campi antes que pudéssemos realmente começar a ver o que poderíamos fazer, e não era só eu, havia algumas pessoas em outros campi, não tanto na Costa Leste, mas na costa Centro-Oeste.

Lembro-me de uma reunião em 1975, por volta dessa época, em San Antonio no Texas, é uma linda cidade antiga hispânica, e havia um cara lá chamado John Opie² que dava aula em uma pequena faculdade no Oeste da Pensilvânia, havia uma mulher lá chamada Susan Flader³, que ainda está viva, ensinava na Universidade de Missouri, originalmente de Wisconsin. Nós três nos encontramos e conversamos sobre a fundação de uma nova Sociedade de História Ambiental, isso era 1975, dois anos depois a Sociedade Americana foi fundada em Washington. Desde então, cresceu e tem vários milhares de membros e agora há uma europeia, há uma latino-americana, há uma leste asiática, provavelmente há outras sociedades de história ambiental no mundo, de fato, existem dezenas de milhares de pessoas fazendo história ambiental agora. Então, nós, jovens estudantes de pós-graduação e novos professores, pelo menos nos Estados Unidos naqueles anos, conseguimos começar algo, tivemos que lutar, mas conseguimos fazer algo acontecer. E desde então, cresceu de forma fenomenal, eu nunca teria esperado isso. Participei de uma reunião no mês passado na Universidade de Harvard, uma reunião sobre a história ambiental chinesa. Por Deus, história ambiental chinesa, teve a participação de pessoas da China, mas a maioria eram dos Estados Unidos, havia 50 ou 60 pessoas lá só para falar sobre a história ambiental da China, e havia algumas pessoas muito inteligentes, incluindo James Scott e Peter Perdue⁴ e assim por diante, pessoas muito influentes e impressionantes.

Quem me influenciou nisso tudo? Claro, fui influenciado pelos meus pais e pelas suas experiências, fui influenciado pela minha comunidade e onde vivi, fui influenciado durante os anos 60 e 70, por pessoas que li fora da sala de aula, não na sala de aula. Eu mencionei alguns deles, Carson e assim por diante, Ehrlich, Commoner.

Poucos historiadores, e certamente não o que muitos supõem ter sido o início da história ambiental, a Escola dos Annales, na França. Eu ouço isso o tempo todo das pessoas, "a Escola dos Annales estava lá fazendo tudo isso antes de você, você deve ter pego deles". Não, eu não tinha ideia de quem eram essas pessoas, nem tinha ouvido falar

² John Opie (1934-2018) foi fundador e primeiro presidente da ASEH. Ver mais sobre sua trajetória e contribuição para a história ambiental em FLADER (2019).

³ Susan Flader é Professora Emérita do Oeste Americano e História Ambiental na University of Missouri-Columbia.

⁴ James Scott é cientista político e antropólogo, realiza estudos comparativos de sociedades agrárias. Peter Perdue é professor de história chinesa na Universidade de Yale.

de Braudel, muito menos de seu mentor, Febvre, um historiador geográfico, eu não sabia o nome daquelas pessoas, não sabia ler francês, não sabia o que estava acontecendo lá. Então, tudo isso veio de estudantes de pós-graduação e jovens professores que sentiram o chamado, a missão e a liberdade de começar algo novo. Sempre digo aos alunos de pós-graduação, apenas vá lá e faça o que você acha que é importante fazer e, se você continuar, encontrará muitas pessoas te seguindo, e você pode até mudar a maneira como fazemos História.

Havia, é claro, alguns historiadores, embora fossem mais estudiosos do que realmente ambientalistas, como Henry Nash Smith, Leo Marks, Roderick Nash e outros, escritores como Wallace Stegner no Oeste, que eu li, Ed Abby, mas eu não consideraria isso, não os encontrei em nenhum programa de minhas aulas e não achei o trabalho deles muito satisfatório, porque eles estavam interessados principalmente em imagens culturais, eles estavam interessados principalmente em pessoas que tinham ideias sobre a natureza, as pessoas tinham ideias sobre a natureza, era o que interessava, de novo, eles estavam fascinados pela História Intelectual.

Bem, eu comecei assim, mas mudei, pensei haver algo aqui basicamente que era real e material e tinha uma profunda influência em quem somos. Eu poderia olhar para trás também para os professores que tive na graduação na Universidade do Kansas, James Malin (1893-1979), um historiador que está quase esquecido hoje, M-A-L-I-N, era o nome dele. Ele cresceu no Oeste do Kansas nos anos do Dust Bowl. Foi a primeira pessoa que vi que realmente começou a ler e estudar Ecologia como uma forma de entender a História, suas opiniões seriam familiares com as de Donald Trump hoje, quero dizer, suas opiniões políticas, ele era superconservador, mas, mesmo assim, estranhamente tinha esse cara sozinho lá em Lawrence, Kansas, fazendo isso, juntando Ecologia e História. Antes dele, e provavelmente a influência intelectual mais importante que tive como historiador, foi Walter Prescott Webb, da Universidade do Texas em Austin, que na década de 1930 escreveu um livro sobre as Grandes Planícies e outros livros sobre meio ambiente.

O que quero dizer é que percebi que tinha que aprender Ecologia, e eu não tinha formação em ciências – nenhuma; então a única maneira que eu poderia fazer isso era escrever uma história da ecologia e fazer isso como um estudante de Yale deveria fazer, como uma espécie de história cultural e intelectual, foi o que fiz, tornou-se meu primeiro livro [*Nature's Economy*]. Todos os meus professores me disseram, isso é loucura, que tipo de livro é esse? Você começa no século XVIII e chega até o presente, você tem todas essas coisas sobre Darwin, Thoreau, quem são essas pessoas? Bem, de qualquer forma, o livro ainda está sendo impresso, foi traduzido para cinco ou seis idiomas, então acho que está muito bem para uma tese de doutorado, mas foi minha maneira de aprender o que é ecologia, foi isso que decidi fazer. Então, todos os meus livros posteriores foram ambientados no Oeste americano e são todos sobre ciência e Ecologia e seu valor para os historiadores.

ENTREVISTADOR 1: Agora vamos falar sobre suas publicações. Você escreveu a biografia de duas figuras importantes da história da conservação nos Estados Unidos, John Muir (WORSTER, 2008) e o naturalista John Wesley Powell (WORSTER, 2001). Como a biografia pode contribuir para a História Ambiental? Como a biografia pode nos ajudar a compreender questões micro e macro melhor do que outras áreas da História?

WORSTER: Bem, primeiro devo dizer que a reação inicial foi: biografia não é história e eu não deveria fazer isso, meus professores achavam que eu não deveria escrever biografias, isso não seria aceitável, a História deveria ser um amplo conjunto de forças sociais e econômicas, em vez de indivíduos, esse era o modelo antigo. E eu cresci não respeitando

o modelo antigo, que era a celebração da vida e modelo de alguma pessoa famosa - "o que ele dizia era tão inspirador blá blá blá", tínhamos que conhecer a vida dela. Eu não estava interessado em fazer isso. E, na verdade, em público, uma ou duas vezes eu disse que História e Biografia não são a mesma coisa, mas devo dizer que estava errado, aprendi que estava errado. Escrevi um livro depois de "Nature's Economy" sobre a experiência do Dust Bowl, fiz outro livro indo mais para o Oeste, sobre água, construção de barragens, irrigação, agricultura em geral no Oeste americano, que você poderia dizer que foi um produto da minha infância nas margens do rio Colorado, que foi represado tantas vezes. Mas depois de ter feito isso e escrito vários livros mais curtos, ensaios, comecei a me perguntar se, na verdade, eu estava caindo em uma armadilha. A armadilha na História é quando você começa a pensar em grandes pensamentos e grandes ideias e chega em grandes causas abstratas e, então, o mundo se torna realmente muito mais simples. Tem o preto e tem o branco, tem o capitalismo e o comunismo, tem a esquerda e a direita. Você começa a pensar nesses termos abstratos amplos, que geralmente são bipolares ou disjuntivos dessa forma, e percebi que eu estava realmente correndo risco disso, outras pessoas apontaram para mim, mas aceitei. E então pensei, em vez de escrever mais livros sobre movimentos amplos, progressismo, ambientalismo, todos os ismos, por que não escrevo sobre pessoas específicas? Que tiveram um papel importante? Sim. Que podem ter inspirado as pessoas? Sim. Mas que são principalmente indivíduos muito complicados. Eu descobriria que minhas grandes generalizações precisavam de qualificação, eram muito amplas, eram muito gerais. Isso é o que todo mundo te diz sobre biografia, uma vez que você tenta entender uma pessoa em particular, você descobrirá que nunca a entendeu. Você nunca consegue. É mais fácil entender o mundo, se você falar de capitalismo, você já tem um livro para te dizer como pensar, mas se você olhar apenas para a vida da pessoa, como Karl Marx, você pode descobrir que ele é muito mais complicado e que há muito nele que não se encaixa no modelo.

Então foi isso que comecei a fazer, peguei dois grandes líderes do movimento ambientalista nos Estados Unidos no final do século XIX, o primeiro foi John Wesley Powell e o segundo foi John Muir, dois Johns, com origens muito semelhantes, do Centro-Oeste com famílias evangélicas protestantes, chamei meu projeto de "Dois Johns no Oeste Americano", é um pouco atrevido, eu sei. Mas o que me surpreendeu foi que esses dois caras que cresceram com o mesmo tipo de família, a poucos quilômetros de distância um do outro, em alguns momentos se tornaram ambientalistas, mas de um tipo muito diferente um do outro. Eu realmente não esperava isso, e obviamente foi o produto de muito da experiência pessoal de cada um. Acho que os historiadores precisam trabalhar em muitas escalas diferentes para não se tornarem apenas ideólogos desse ou daquele lado, desse ou daquele ismo, para que começem a entender que as pessoas e a história, assim como o mundo natural, são muito mais complexas do que jamais poderemos entender, que jamais seremos capazes de decifrar. As pessoas são mais complicadas que movimentos, as pessoas são mais complicadas que todas as nossas generalizações. Portanto, devemos estudar de vez em quando a vida de alguma pessoa e logo entraremos em um mundo muito mais complicado do que jamais imaginamos.

Precisamos de todos os tipos de escalas no estudo da história ambiental, não pensamos o suficiente sobre isso. Os ecologistas pensam nisso o tempo todo, eles pensam em todas as escalas, há a planta individual, digamos no deserto ou na savana tropical, essa é uma escala, ou você pode estudar a comunidade vegetal, ou a planta como parte de um ecossistema de elementos orgânicos e inorgânicos, ou você pode estudar nos níveis de um bioma, que abrange grande parte de um continente como a floresta amazônica, ou você pode ir para outras escalas, o planeta Terra é uma escala que a gente precisa olhar de vez em quando. Precisamos ser capazes de pensar sobre todas essas escalas e como elas se

integrar, isso é uma necessidade fundamental para os historiadores ambientais fazerem, porque a escala para nós não é dada. Para a maioria dos historiadores é bem claro qual é a escala, é o Estado-nação é o Brasil, é o Uruguai, é a América, Estados Unidos da América, é a China, mas para os historiadores ambientais, nós abandonamos o Estado-nação como nosso quadro de referência, não o achamos necessário, tem alguma influência, mas não é a escala com a qual crescemos, aceitando e usando o tempo todo. Portanto, precisamos pensar mais conscientemente sobre isso, acho que os cientistas se saem muito melhor nisso do que os historiadores.

ENTREVISTADOR 3: A sua interpretação dos três níveis da História Ambiental é muito importante nos estudos brasileiros, você acha que hoje ainda é válido pensar nesses três níveis⁵? Alguma coisa mudou?

WORSTER: Oh, bem, as pessoas me disseram que eu deveria colocar mais de três, vou contar como isso aconteceu. Alguém me pediu para escrever uma introdução geral à história ambiental e pensei, bem, posso dividi-la em pelo menos três categorias, então eu tinha, por um lado, o próprio mundo natural, que é uma presença dinâmica e tem sua própria história, chamamos de evolução, mas ainda é história; e temos, do outro lado, todas essas ideias e cultura, leis, políticas, valores, religião. O que há entre esses dois? Era esse meio-termo que eu queria tentar enfatizar cada vez mais, achei que os historiadores deveriam olhar para isso. Chamo isso de modos de produção, mas você pode chamar de modos de consumo, modos de vida, economias, esse tipo de coisa, mas olharia para a tecnologia, como as pessoas ganham a vida, o que comem, de onde obtêm os alimentos. Seria basicamente colocar nossas barrigas no centro, sabe? Nossa comida. História ambiental deveria ser sobre barrigas e fome, desde então acrecentei sexo, acho que o sexo é tão fundamental para a história ambiental que não consigo imaginar como o deixamos de fora. Os desejos que os humanos têm, com os quais normalmente já nascemos, que não aprendemos crescendo, indo à igreja, indo à escola, etc. Peguei esse modelo de um grande antropólogo, a meu ver, Marvin Harris⁶, da Universidade de Columbia, que escreveu um grande livro sobre materialismo cultural. Basicamente, ele disse que as culturas não surgem do nada, elas não controlam tudo, elas estão enraizadas em algo mais material e eu disse, você está certo, mas o material não é apenas o material de Karl Marx, classe trabalhadora versus capital, é também a Terra, plantas, animais e todas essas coisas. Foi assim que criei essas três categorias, eu tinha basicamente os modos de produção de Karl Marx e toda a ideia de superestrutura e apenas liguei à natureza, porque achei que ela havia sido deixada de lado e usei Marvin Harris para isso. Claro que há pessoas que discordam totalmente disso, dizem: isso é reduutivo. Bem, pode ser, ou eles dizem: qual é a relação entre eles? Eu digo, não sei, só sei que estão os três aí e são todos importantes, e há essas pequenas setas indo e voltando e assim por diante, resolva. Penso que o do meio, os modos de vida, modos de produzir e consumir coisas - esses desejos com os quais nascemos e que nos tornam parte da natureza - é o mais importante com o qual devemos lidar, mas essa é apenas a minha opinião.

Tradicionalmente, os historiadores gostam apenas do último, o lado cultural, que leis aprovamos, que movimentos estabelecemos, que livros escrevemos, que poetas lemos, que paisagistas e pintores temos, mas eu acho que isso é ficar andando pelo topo, Mas sabe, não posso, não consigo superar essa questão controversa, como isso está relacionado? Isso é realmente essencial, o que enfatizamos, etc. E de fato acho que muitos

⁵ Os três níveis foram defendidos por Worster em seu primeiro artigo publicado no Brasil (WORSTER, 1991).

⁶ Marvin Harris (1927-2001), considerado um dos mais importantes antropólogos do século XX, criticava uma antropologia que se baseia principalmente na compreensão ou interpretação do "significado", e propõe uma outra antropologia, baseada na explicação das diferenças culturais (WERNER, 2002).

dos meus colegas historiadores ambientais esqueceram essas questões, vou a reuniões como a última em Boston e tudo que ouço em todas as sessões é a palavra justiça, justiça, e ouço pessoas dizendo que basicamente esse deveria ser nosso tema unificador, estamos todos interessados em justiça ambiental e eu digo a eles, não, não estamos todos interessados na justiça, você tem sua ideia de justiça, eu tenho uma ideia de justiça, todos na sala têm uma ideia diferente de justiça e podemos continuar falando sobre isso e assim por diante, mas não presuma que existe apenas uma coisa chamada justiça ambiental, e você sabe o que é e todo mundo deveria concordar.

Não é assim que funciona a história ambiental, é muito mais aberta do que isso, Não estou dizendo para jogar tudo fora, só estou dizendo que, quando usar essa palavra, não presuma que todo mundo sabe o que é. Isso faz parte de todas essas outras coisas que estão acontecendo, e devemos ser muito mais cautelosos em nossas generalizações sobre o que é a história ambiental.

Mas isso vem da minha sensação de que não estamos seguindo um modelo suficientemente complicado, muitas vezes temos um modelo muito simplista na história ambiental hoje. Descubra onde há uma injustiça no mundo ligada ao mundo natural e pronto, aí você tem um livro todo mundo sabe do que se trata, qual vai ser a conclusão, já fizemos isso o suficiente, vamos em frente, me parece.

ENTREVISTADOR 2: No seu livro sobre o Dust Bowl (WORSTER, 1979), você discutiu as mudanças no uso da terra nos níveis local e regional, evidenciando as transformações do ecossistema induzidas pelos seres humanos através de tendências destrutivas em práticas agrícolas norte-americanas. Poderia nos falar sobre essa interação entre modos de produção agrícola e o meio ambiente na sua trajetória de pesquisa em história ambiental? Você avalia que a experiência do Dust Bowl causou alguma aprendizagem para a sociedade americana, e também para outras sociedades com uma experiência distinta com a ocupação de terras?

WORSTER: Bem, deixe-me dizer novamente que acho que a agricultura pertence ao centro da história ambiental, a velha história agrícola era principalmente sobre o progresso na produção, quanto produzimos, quanto podemos obter, quantas pessoas podemos sustentar. Mas acho que esses problemas são muito mais complicados do que pensávamos antes e a história ambiental pode mostrar isso.

A agricultura é provavelmente a maneira mais importante pela qual mudamos ou afetamos o planeta. Não é a indústria, não é fabricação de plásticos, é a fazenda, é agricultura, é nosso uso da terra e tem sido assim por dez mil anos, quando passamos de uma vida de coleta para uma vida agrícola, estávamos fazendo uma revolução profunda que mudou nossa relação com a Terra, uns com os outros, tudo decorre disso. Cresci em uma família de agricultores, mas acho que estou livre do tipo de mitologia da agricultura, que muitas vezes glorifica algum tipo de bela relação entre as pessoas e a natureza, a agricultura tem na mão um chicote desde que foi estabelecida, você volta e olha todas aquelas fotos antigas e lê os poemas antigos, eles têm um boi e estão conduzindo o boi com um chicote, e logo eles têm um escravo conduzindo o boi e o escravo está sendo chicoteado. A agricultura tem muito a explicar, muito a tentar explicar, por que as coisas são como são, remontando a dez mil anos, alguns chamaram de erro, não acho que foi um erro, acho que foi a única coisa que poderíamos ter feito, porque tínhamos bebês para alimentar, tínhamos muitos bebês para alimentar e a vida de coleta era insustentável. Então, não estou dizendo que foi um erro, mas estou dizendo que trouxe consequências que continuam a se desenrolar.

Quando você chega às décadas de 1920 e 30 na América do Norte, a própria agricultura evoluiu para algo bem diferente, é um sistema de propriedade privada, é um

sistema projetado para a produção mundial. A população do planeta, em 1927, quando as Grandes Planícies estavam sendo aradas, passou para 2 bilhões, havia chegado a 1 bilhão por volta de 1804, esse é o primeiro marco, em pouco mais de um século, atingiu 2 bilhões, chegou a 3 bilhões em outros 30 ou 40 anos e 4 bilhões, e agora está em 8 bilhões e alimentar toda essa gente, mesmo que minimamente, requer agricultura. E então você tem que olhar para a demografia em todo esse quadro, e os historiadores ambientais não têm prestado atenção suficiente à demografia.

A resposta é sempre, bem, algumas pessoas comem mais do que outras, bem, sim, mas isso, a maioria das pessoas não pode comer duas ou três vezes o que outras pessoas comem. Não tenho dúvidas de que meu argumento em geral continua certo, de que o Dust Bowl foi uma catástrofe ambiental provocada pelo homem, um desastre, não apenas meus pais, mas centenas de milhares, talvez milhões de pessoas deixaram os estados das Grandes Planícies durante a década de 1930, a maioria por causa da Grande Depressão e da crise agrícola que os cercava. Portanto, é um desastre causado pelo homem e estamos vendo cada vez mais desastres desse tipo. A pesquisa sobre desastres se tornou uma parte fundamental da história ambiental. Bom, escrevi aquele livro em 12 meses, fiz toda a pesquisa e escrevi o livro em 12 meses, é um livro muito curto, se eu tivesse levado mais tempo, se pudesse levar mais tempo, teria colocado muito mais sobre o contexto em que aqueles fazendeiros operavam.

Sabemos que eles tinham muito pouco conhecimento sobre Ecologia, pastagens e o papel das gramíneas na estabilização desse ambiente tão marginal, eram na maioria recém-chegados, isso eu dei claro. Mas não percebemos, não prestei atenção suficiente às maneiras pelas quais eles foram basicamente enquadrados no que já era uma economia global, o mercado para o trigo que cultivavam, não era só para os Estados Unidos, que na época tinha uma população de mais de 100 milhões de pessoas, eles não saíram de lá até que houvesse de fato uma população enorme que exigia comida na forma de pão, na forma de carne. Eles estavam lá por causa do resto do país, e não era simplesmente por causa de pessoas em Wall Street, embora essas pessoas tivessem um papel nisso, todos os tipos de pessoas tiveram um papel importante em fazer dessa agricultura o que ela era. Se você quiser falar disso como um desastre causado pelo homem, onde estavam os homens e mulheres por trás disso? Bem, eles não estavam apenas nos Estados Unidos, mas em muitos outros países do mundo, porque aquele trigo costumava ir para outros lugares no exterior.

Você poderia dizer a mesma coisa sobre a soja no Brasil hoje, ela está indo para a China para alimentar os porcos, para melhorar a dieta de carne dos chineses, e posso dizer por ter passado tanto tempo na China que os chineses adoram, eles adoram a carne, adoram soja, adoram seus porcos, adoram carne bovina e assim por diante, e há 1,4 bilhão de chineses. O Brasil nem teria lugar no mundo deles se fossem apenas 500 milhões de chineses, eles não precisariam do Brasil. Assim, repetidamente voltamos a essa grande importância da reprodução, dos números humanos, a pressão que eles trazem sobre terras em todo o planeta, isso faz parte do contexto e, nesse contexto, governo, empresas, capital, máquinas agrícolas, tecnólogos, engenheiros, químicos, todos desempenham um papel, e não são pessoas más. Eles não são pessoas más, não são os malvados do mundo que queremos colocar na cadeia, acho que é isso que qualquer bom historiador teria a dizer sobre isso, eles estão trabalhando a partir do seu contexto, eles estão trabalhando com uma população que cresce dezenas de milhões a cada ano, e estão exportando para todo o mundo. Eles não estão fazendo isso por algum tipo de benevolência, eles estão fazendo isso por dinheiro, mas eles não fazem a exigência, nós fazemos a exigência, todos nós.

Então, o que aprendemos? Bem, se vamos reformar nosso sistema agrícola e torná-lo mais compatível com a ecologia, primeiro tem que ter ecologia, tem que ter

conhecimento, você tem que saber como é uma grama e como são suas estruturas radiculares e como as raízes das plantas nativas evoluem profundas, espessas e seguram o solo de maneiras que o trigo, uma cultura importada, nunca poderia fazer. Você tem que ter esse conhecimento e também precisa das populações para apoiar esse trabalho, as redes comerciais globais, tudo isso é necessário para acarretar um desastre ambiental causado pelo homem nas Grandes Planícies.

O que aprendemos? Bem, basicamente nós ainda presumimos, e acho que por um bom motivo, que a única maneira de sair de uma confusão é inventar outra, ou seja, inventar novas tecnologias. Atualmente, quando se trata de aquecimento global, todos nós culpamos os combustíveis fósseis, mas os combustíveis fósseis são apenas uma parte do quadro, e quando você começa a procurar outras possibilidades, descobre que vai precisar, vai implementar máquinas eólicas, painéis solares por todo canto em lugares, como o oeste americano, a fim de gerar eletricidade suficiente. Então, às vezes, temos que voltar às causas básicas e dizer: talvez precisemos de menos pessoas no planeta, talvez precisemos encorajar esse tipo de mudança de política, talvez precisemos abordar esse problema. Mas não está sendo abordado na história ambiental hoje e, até onde posso ver, não está sendo abordado nos círculos políticos hoje, tornou-se um tópico altamente proibido. Se você começar a falar sobre isso, eles pensam "oh, lá vem Thomas Malthus de novo", sabe, não é disso que estou falando, ele não inventou esse problema, ele apenas o observou de um ponto de vista estreito em um momento da história. O que aprendemos, bem, temos novas técnicas e muito mais novas estão chegando ao mercado, Eu morei, trabalhei por muitos anos com um instituto no Kansas, o Land Institute, fui presidente do conselho de administração por uma década, sou amigo íntimo do presidente dessa organização, a ideia é criar uma nova agricultura baseada na ecologia, o que significará novos tipos de tecnologia, mas basicamente novas atitudes e formas de pensar sobre os ecossistemas deste planeta, Como podemos cultivar de forma a proteger o meio ambiente?

Isso não é, em grande medida, um problema moral, mas um problema tecnológico. Não se trata de limpar a nossa consciência com Jesus, trata-se de descobrir que tipo de conhecimento precisamos e como vamos fazer isso e exige grandes esforços e esforços imaginativos de cientistas, engenheiros, técnicos, agrônomos, toda uma rede de pessoas, requer pessoas que estejam dispostas a implementá-los, a aprender e implementar tudo isso. Acho que estamos à beira de algumas novas ideias radicalmente interessantes, na América do Norte, pelo menos no que diz respeito à agricultura nas Grandes Planícies e ao fornecimento de trigo e carne.

Estamos em crise e a maioria das pessoas sabe disso e acho que estamos no limite, no início de um possível avanço, mas ele virá da fronteira da ciência, não dessa ou daquela ideologia, essa é a minha opinião. Provavelmente, não disse isso com ênfase suficiente no livro, muitas pessoas se sentiram ofendidas com o livro, pensando que eu estava apontando o dedo para elas e acusando-as de más ações, mas eu vi naquela época e ainda vejo ainda mais claramente hoje, que quando fazemos um desastre, e há tantos deles, não podemos simplesmente procurar um ou dois grupos de pessoas, ou esta classe de pessoas, ou aquele grupo, e colocar a culpa neles, é um problema muito mais difuso, que confronta toda a humanidade e nossos números hoje.

ENTREVISTADOR 1: Professor, em seu primeiro livro, *Nature's Economy* (Worster, [1977] 2011), você traça uma trajetória do pensamento ambiental desde o século XVIII. Em especial, as partes 5 e 6, que falam do contexto do século XX, em que o ambientalista brasileiro José Lutzenberger atuou, e da teoria de Gaia, de Lovelock e Margulis, pela qual ele foi muito influenciado. Como você avalia a importância da

Teoria de Gaia atualmente? Qual a importância de *Nature's Economy* para a História Ambiental no século XXI?

WORSTER: Bem, essa é uma grande questão para mim também. Eu já disse que o motivo de ter escrito aquele livro foi para me ensinar sobre Ecologia, não apenas participando de um seminário de ecologia moderna, mas estudando a história desse campo, essa foi uma maneira de acessá-la, então acho que ainda é útil para muitos historiadores que não estão familiarizados com as ciências naturais, mas percebem que precisamos da ajuda deles para reescrever, refazer a história, ler algo desse tipo. Mas no que diz respeito à hipótese de Gaia, eu conheci James Lovelock quando ele era muito mais jovem, ele veio à minha universidade para falar e era um homem incrivelmente eloquente, um homem muito teimoso, um homem muito individualista que iria se levantar e falar o que sentia, não importa o que acontecesse e ele tinha algo realmente importante a dizer. A mensagem dele naquela época, isso foi em meados da década de 1990, no início da década de 1990, foi a mensagem que começou tudo, que a vida na superfície da Terra, as plantas e sua distribuição e assim por diante, regulam a atmosfera acima de nós, os gases na atmosfera, existe um mecanismo de regulação e isso se tornou a base das novas Ciências da Terra, novas Ciências do Sistema Terrestre. Mas ele disse algo naquele momento que deixou muita gente chateada: a Mãe Natureza é uma velhinha durona, ela pode aguentar qualquer coisa que jogarmos nela, ela vai regular tudo isso, não se preocupe com os gases do efeito estufa, não se preocupe com eles, a natureza vai regular para sair disso, a natureza tem seus próprios mecanismos para resolver. E ele tinha um ponto interessante e acho que devemos sempre considerar isso como uma possibilidade, mas algumas décadas depois, quando continuou a escrever livros sobre essa Hipótese de Gaia, ele mudou sua mensagem e ficou muito mais preocupado com as mudanças climáticas e até pensou que estávamos à beira da destruição. A desgraça estava chegando até nós por causa do que estávamos fazendo com as mudanças climáticas e ele colocaria energia nuclear em todos os lugares se pudesse para impedir que isso acontecesse.

Então, nesse momento, comecei a pensar que a Gaia de Lovelock pode fazer isso de um lado ou de outro, ela é uma pessoa maravilhosa, mas o que o próprio Lovelock sente sobre tudo isso? Quais são os limites da Hipótese de Gaia? Onde funciona e onde não funciona? Acho que foi muito importante para termos uma imagem, uma compreensão de como este planeta funciona. Atualmente, estamos quase entendendo como o planeta funciona, está tão melhor do que era quando eu era criança, a ciência é simplesmente incrível. Mesmo que não saibamos a maior parte do que queremos saber, ainda nos falta, mas sabemos muito, e o modelo de Lovelock é muito importante, como entender a interação das plantas e a atmosfera, os gases na atmosfera. Precisamos muito mais desse tipo de ciência e precisamos trazê-la para o estudo da História, não tenho dúvidas de que precisamos trazê-la para o estudo da História e usá-la quando olharmos para trás no tempo. Mas o outro significado de Gaia era algo que eu acho com um valor mais limitado, talvez até um contra valor. Ele tirou essa ideia, é claro, do seu amigo, o romancista William Golding, o escritor do livro *O Senhor das Moscas* e outros livros. Golding sugeriu para Lovelock um nome para esse fenômeno, de troca entre plantas e atmosfera, que é basicamente química, e ele disse "tem essa palavra Gaia, que basicamente vem da deusa grega da natureza", é um tipo de nome religioso, e Lovelock disse "eu não quero uma coisa religiosa", e ele respondeu "sim, mas você não precisa ir para esse lado, só use isso". Na verdade, é claro, foi abraçado por pessoas com visões religiosas e espirituais em todo o planeta, e eles começaram a dizer "a natureza sabe mais, a natureza pode se salvar, a natureza sempre nos dará um mundo benigno e feliz", e acho que Lovelock começou a descobrir que sua velhinha durona poderia morrer.

Não sei onde estamos com essa Gaia, a maioria dos cientistas não gosta muito da palavra, porque acham que sugere algo sobrenatural, algo quase espiritual na nossa relação com a Terra e preferem que pensemos mais sobre química, o impacto das plantas umas nas outras e na atmosfera. Mas mesmo se você olhar dessa maneira, o mundo é tão simplesmente autorregulado, tão previsivelmente autorregulado que não há nada que possamos fazer para prejudicá-lo? O que significa danificar esse planeta? Essas perguntas ainda permanecem muito grandes e sem resposta. Devo dizer que tenho que procurar respostas nos cientistas sobre isso, porque não acho que posso realmente confiar no arcebispo de Canterbury ou em outros líderes religiosos para me dar respostas para estas questões, essa é a minha opinião sobre isso. Sou pró-ciência, mas também estou impaciente para obter algumas respostas para essas perguntas da comunidade científica.

ENTREVISTADOR 2: Atualmente, a academia tem se debruçado sobre os debates em torno do Antropoceno, termo criado nos anos 1980 por Stoermer e popularizado nos anos 2000 por Paul Crutzen, referindo-se à época em que as ações humanas começaram a provocar alterações biofísicas em escala planetária, principalmente, o impacto da acelerada acumulação de gases de efeito estufa sobre o clima e a biodiversidade. Alguns autores, preferem usar o termo “capitaloceno” ao invés de antropoceno, evidenciando assim os impactos dessa ideologia do progresso infinito e consumista e dos poderosos lobbies econômicos na transformação irreversível do planeta. Como você vê esse debate? Você considera o antropoceno como uma nova era geológica ou apenas como uma metáfora relevante para os estudos científicos?

WORSTER: Vou decepcionar muita gente quando digo que sou agnóstico quanto à questão do antropoceno. Pessoalmente, não gosto muito do termo, por vários motivos, em primeiro lugar, acho que é pseudociência, não é baseado em ciência, tem alguns cientistas que estão envolvidos em promovê-lo, mas há muitas pessoas das ciências humanas, poesia, terapia social, etc., que estão envolvidas nisso, promovendo-o, querem assumir o comando. Mas o modelo aqui é o que a estratigrafia e a geologia criaram, uma série de cenas que são basicamente épocas, e eles têm critérios para decidir o que é uma época. A última grande época antes da que estamos agora, chamaram de pleistoceno, a era do gelo, eles chamaram assim por causa do gelo, por causa daquelas enormes camadas de gelo. Bem, há muitas evidências estratigráficas de que a era do gelo mudou os solos, mudou a composição da vida orgânica nos solos, etc. Quando eles foram apresentados com novos dados dos antropocenistas, vamos chamá-los assim, o grupo que está promovendo essa ideia, eles recusaram isso como um nome para uma nova época, eles o rejeitaram, e acho que eles continuarão a recusar, porque não acham que as evidências sejam claras o suficiente de acordo com seus padrões. Ninguém está negando que a Terra agora tem oito bilhões de pessoas, estamos queimando combustíveis fósseis, e estamos tendo um impacto profundamente maior do que antes, mas podemos nomear essa como uma das grandes épocas da geologia? Prefiro deixar os cientistas descobrirem isso, podemos usar outros termos etc., e já estamos usando outros, você acabou de mencionar o capitaloceno e tem plantationoceno e tem dezenas agora, e carbonoceno, dezenas e dezenas de rótulos.

Quando você chega nesse ponto, acho que você perdeu o ponto, torna-se apenas uma discussão sobre o nome que vamos colocar e todo o processo não deve tirar o trabalho dos cientistas em decidir o que é uma época ou não. Essa época depende de duas coisas, o chamado antropoceno depende de duas coisas, uma é o crescimento da população em geral e a outra a queima de combustíveis fósseis, as pessoas tentam datar quando essas coisas começaram a decolar. Mas, considere isso, a evidência demográfica mais recente sugere que as populações humanas não devem apenas parar de crescer, mas possivelmente diminuir significativamente nos próximos 50 a 100 anos.

Algumas pessoas na Áustria já estão argumentando que projetando as atuais taxas de fertilidade neste planeta, estaremos abaixo dos níveis de reposição muito em breve, já estamos, acho, em muitos países, se você incluir a China, o que acho que devemos, porque sua população caiu pela primeira vez no ano passado, talvez metade da população mundial vive hoje em países cuja população está diminuindo, se isso acelerar nos próximos meio século ou cem anos, onde está o seu antropoceno? Se foi baseado no crescimento populacional e o crescimento começa a diminuir, e acabamos com três bilhões de pessoas em vez de oito, ou dois bilhões de pessoas em vez de oito, onde está o antropoceno? Combustíveis fósseis, temos todos os tipos de pessoas trabalhando na tecnologia pós-combustível fóssil, há pessoas que estão dizendo que dentro de uma geração, daqui a 20 anos, certamente em meados desse século, estaremos em uma base de energia pós-combustível fóssil em todo o mundo, nem todos, mas a maioria das pessoas usará energia solar, usaremos todas essas novas tecnologias. Mais uma vez, onde está o seu antropoceno? Os dois fatores causadores básicos foram atendidos, removidos, as coisas estão mudando, agora vamos dizer que essa época já acabou?

Algumas pessoas falam que começou na década de 1950, será que terminará em 50 anos ou 100 anos, ou 200? A maioria das épocas dura de dois a três milhões de anos. Acho que podemos estar inventando um rótulo que vai morrer muito em breve e estamos nos esforçando muito nisso, por quê? É principalmente por motivos políticos, para chamar a atenção para os graves problemas ambientais do planeta, que sou a favor, mas a maneira de fazer isso não acho que seja criar um novo rótulo e chamá-lo de conceito científico. Torna-se um esforço para fazer com que a comunidade científica endosse uma visão de nossa situação e acho que nós, historiadores, devemos ficar fora disso, não acho que seja um conceito histórico, não acho que seja um conceito científico, Acho que devemos apenas dizer que somos agnósticos, não sabemos se o antropoceno existe ou não, vocês vão trabalhar nisso e pensar sobre, mas não é algo que precisamos para fazer nosso trabalho enquanto olhamos para a história deste planeta. É assim que eu vejo, mas sei que isso vai irritar muita gente.

ENTREVISTADOR 3: Recentemente você publicou um artigo no periódico da *Rachel Carson Center* onde defende a necessidade de uma nova Civilização Ecológica (Woster, 2022), que deve ser construída em um esforço conjunto por todos os países, a partir de uma nova ética holística que permita a sobrevivência do planeta. Dentro desse contexto de crise ambiental global, a China vem despontando como uma nova hegemonia econômica e política e já deu indícios de estar discutindo essa necessidade de uma nova ecologia. Bom, você é professor na School of History, Renmin University of China, e com essa experiência, você acha que existe uma grande diferença na forma que os países ocidentais e orientais estão lidando com essa questão? A sua experiência na China mudou de alguma forma a sua relação com a natureza?

WORSTER: Sim, mudou minha mente e meu pensamento tremendamente. Antes de viver em um país com 1,4 bilhão de pessoas, não achava que a população fosse tão importante, mas agora acho. E, claro, pude ver o que um Estado policial forte e poderoso pode fazer pelo meio ambiente se quiser fazer algo. Temos câmeras em cada esquina, câmeras de vigilância na China hoje, cada palavra falada na Internet é estudada por sensores, estou tentando publicar um livro lá, eles podem não deixar ser publicado porque eu digo isso ou aquilo que eles não gostam. Se você tem o poder de fazer isso e quer construir uma civilização ecológica, diga-me qual será essa civilização. Até agora, o que a civilização da China encontrou foi o crescimento econômico o mais rápido possível, uma proliferação de automóveis nas rodovias, a boa vida de consumo para centenas de milhões de pessoas, e

a proteção de grandes florestas, alguma vida selvagem e a limpeza de parte da poluição do país, uma das mais poluentes do mundo. Como o governo provou ser muito eficaz em fazer essas coisas, não sei se tem uma ideia clara do que uma civilização ecológica exigirá, no entanto.

Isso eu não mencionei no ensaio, porque bem, isso me tornaria impopular e talvez não pudesse voltar para o país que amo e para as pessoas que amo lá, mas devo dizer que acho que um Estado policial não é o caminho para construir uma civilização ecológica. Parece ser construído sobre a velha civilização tecnológica da qual tentamos nos livrar ou superar, vigilância, câmeras, supressão, controle da Internet e assim por diante; sistemas de grande escala estavam desviando a água, movendo-a pelo país de maneiras poderosas que a China nunca poderia fazer antes. A China está fazendo muitas coisas boas e dizendo muitas coisas boas, mas não acho que lá esse é um assunto aberto para escrutínio, debate ou consideração, nem mesmo acho que está aberto para as ciências participarem. Falei em um encontro de Ciências Ambientais no Grande Salão do Povo, há vários anos, antes do COVID, e não consegui chegar na metade do meu discurso antes de ser interrompido e mandado sentar porque eu estava falando algumas coisas com as quais alguém ali não concordava, suspeito.

Esse não é o caminho para uma civilização ecológica que vai exigir liberdade intelectual, começando pelas ciências. Os cientistas têm que ser livres para falar, pensar e agir, e assim deveriam ser todas as pessoas. Não acho que você pode construir uma civilização ecológica sem certas liberdades. Qualquer país que pensa que esse é um caminho rápido para fazer isso, sem passar pelo entendimento popular, educar as pessoas, obter seu apoio e assim por diante, está cometendo um erro muito grave, não vai nos levar até lá. Mas nenhum outro país no mundo está usando essa frase agora, então é certamente algo que eu acredito que um grupo de pessoas na China, funcionários de alto escalão, estão pensando, imaginando e agindo, mas a China é radicalmente diferente do Ocidente neste ponto? Sim, de certa forma, claro que sim, tem tradições diferentes, mas a China que vejo diariamente, que cheiro diariamente, não é uma China tradicional de forma alguma. É uma civilização tecnológica intensiva de produção em massa e alto consumo de energia que comanda e controla, tenta pelo menos, todo o seu ambiente e acho que é um país muito vulnerável e uma sociedade muito vulnerável ambientalmente, bem como social e politicamente. Odeio dizer isso, porque realmente quero ver as pessoas na China terem sucesso em criar um bom padrão de vida para si mesmas, ao mesmo tempo em que protegem e cuidam do mundo material ao seu redor. Se eles conseguirem fazer isso melhor do que qualquer outro país ao redor, eles merecem respeito, eles merecem apoio e aplausos. Eu gostaria que meu próprio presidente defendesse e usasse palavras como solidariedade ecológica, não sabemos o que significam, mas isso é verdade para a maioria das grandes palavras que usamos, gostamos de usar as palavras desenvolvimento sustentável, alguém sabe o que essas palavras significam? E quando você as coloca juntas, você apenas combina imprecisão com imprecisão: o que significa ecológico, o que significa sustentável, o que significa desenvolvimento, o que significa civilização? Essas palavras são apenas grandes nuvens flutuando no céu, mas precisamos de públicos que pensem nelas e lhes dêem significado. Esse é o desafio para nós, podemos dar significado a eles, assim como podemos dar significado à palavra justiça, mas ela não vem até nós automaticamente pelos canais do governo.

ENTREVISTADOR 1: Você ainda está ensinando na China?

WORSTER: Sim, bem, eu estava até a COVID, não voltei desde dezembro de 2019, então já está fazendo três anos e meio que não consegui voltar para a China. Não consegui voltar porque o país está fechado por vários motivos. Não sei se eles vão me deixar entrar de

novo, embora eu tenha bons amigos e uma boa reputação no país, e ache que não sou um encrenqueiro, mas quero voltar. Acho que a China é onde o mundo moderno está enfrentando muitos de seus problemas e como a China lida com eles será importante para todos nós. Então, eu quero voltar para lá, sinto uma forte simpatia pelo povo daquele país, amo sua paisagem, seus ambientes, sua vida selvagem, suas florestas, suas plantas, seus climas, sua cultura e história, tudo isso é incrível para mim. Não sei porque não descobri isso antes, quando era bem mais novo, provavelmente teria ido para a China, mas do jeito que está, me aconteceu tarde na vida, na última década, de morar e ensinar lá, acho a melhor experiência possível, a China se tornou minha casa.

ENTREVISTADOR 1: No seu livro mais recente, *Shrinking the Earth* (Worster, 2016), você constrói uma analogia interessante a partir do maravilhoso romance *The Great Gatsby*, de Scott Fitzgerald. A humanidade teria visto a chegada às Américas como Gatsby via a luz verde da doca de Daisy, como uma promessa tão mágica de felicidade, de abundância infinita. Mas, como você explora Parte 3, principalmente no capítulo 8 - *The Wolf at the door* – nos anos 1970, chega-se à consciência plena de que a Terra possui limites. Em 2022, o livro *Limites do Crescimento* fez 50 anos (MEADOWS Et. Al., 1972). Porém, até hoje governantes e empresários agem como se não houvesse limites. Como você avalia o debate sobre crescimento econômico atualmente? Por que os alertas sobre o crescimento não foram ouvidos, passados 50 anos?

WORSTER: Bem, nós não chegamos no Evangelho do crescimento em questão de alguns anos, levou centenas de anos, esse livro basicamente traça, por assim dizer, o evangelho do crescimento voltando 500 anos, começando com pessoas como Colombo, Drake, Magalhães, a chamada descoberta do novo mundo. Foi aí que tudo começou, a sensação de que vivemos em um mundo de enormes possibilidades infinitas e, portanto, em crescimento, isso surge a partir daí, não vem até nós recentemente em questão de algumas décadas, e não vamos superar isso em apenas alguns anos, 50 anos não é muito tempo para tais ideias e instituições existirem. Fico um pouco desanimado quando vejo economistas importantes como Paul Krugman escrevendo constantemente no New York Times sobre porque o crescimento ainda é bom, e ele é um economista de esquerda, entende a injustiça, mas não entende que o crescimento é um esquema que sempre repassa para o futuro o custo do que você está fazendo para crescer. Estou desanimado com isso, mas acho que vai demorar muito mais do que 50 anos. Uma rachadura que realmente é significativa para mim, e eu a menciono perto do final do livro, é esse declínio impressionante e bastante inesperado nas taxas de fertilidade humana.

Sei que muitas pessoas no movimento feminista gostam de afirmar que é por causa da libertação das mulheres que isso está acontecendo, eu acho isso importante, mas não conheço nenhum estudo empírico que realmente prove isso. Acho que a emancipação feminina é tão importante quanto o fato das pessoas perceberem como é caro e como se tornou caro, onde quer que moremos, principalmente nas cidades, criar filhos hoje em dia.

Manter cinco ou seis filhos requer uma fortuna. Já chegamos a alguns limites de crescimento que começam a afetar nossa reprodução, que decolou como um foguete no século XVIII, simplesmente disparou e agora está começando a retroceder e podemos vê-la, como eu disse antes, começar a descer. Quem sabe? Isso é impossível de prever, mas se isso acontecer com essa categoria de fertilidade, a quantidade de filhos que as pessoas querem e estão ansiosas para ter, se conseguimos descobrir como podemos satisfazer nossos desejos sexuais sem produzir tantos bebês por meio da tecnologia da pílula anticoncepcional e outros dispositivos de controle de natalidade, então pense no que mais poderíamos fazer. Também podemos controlar o consumo, podemos realmente mudar

nossos hábitos de consumo de várias maneiras, poderíamos mudar nossos hábitos de consumo de energia, poderíamos mudar nosso entusiasmo por shoppings e assim por diante. Eu não sei onde tudo termina. Tenho esperança de que as coisas tenham começado a mudar, mas acho que vai levar mais tempo do que terei neste planeta, antes que haja algum tipo de movimento universal nesse assunto. Acho que vamos ter que levar 100, 150 anos, e realmente isso pode soar muito desanimador, se você é um estudante de pós-graduação e tem apenas 20, 25 anos, mas não é nada comparado à vida, estamos neste planeta há 200.000 anos então temos outros 200.000 anos para descobrir, talvez, como viver aqui, essa é a minha visão. Nós estamos apenas aprendendo, vamos ser gentis com nós mesmos e perceber que esses tipos de mudanças não acontecem em questão de alguns anos ou décadas. A evidência que os Meadows apresentaram na década de 1970, por trás do livro *Limites do Crescimento*, essa evidência foi aumentada, verificada repetidamente, sabemos que ainda enfrentamos os mesmos problemas, eles não vão desaparecer e eu tenho que acreditar que em algum nível essa mensagem está chegando às pessoas.

ENTREVISTADOR 1: Você nos falou que conheceu pessoalmente o ambientalista brasileiro José Lutzenberger, quando ele falou no Prairie Festival, no Kansas. Você pode falar sobre suas impressões a respeito de Lutzenberger? Como é esse festival, organizado pelo The Land Institute, que pesquisa e luta pela Agroecologia?

WORSTER: O Land Institute fica às margens de um rio pequeno e obscuro no centro de Kansas, seu fundador era um homem treinado em genética de plantas e lecionava na Universidade do Estado da Califórnia, em Sacramento, mas se interessou muito por questões ambientais, largou o emprego, abriu mão de um cargo permanente para voltar a essa margem do rio e construir um lugar que chamou The Land Institute⁷. Ele não tinha certeza do que seria no começo, mas o que é agora posso lhe dizer, porque estive no conselho e fui presidente do conselho por uma década⁸, é um grande instituto e centro de pesquisa, atraiendo muitos dos melhores cientistas que estão repensando, do ponto de vista ecológico, o que é e o que deveria ser a agricultura, tem agora um orçamento de quase 10 milhões de dólares por ano, tem instalações, estufas, equipamentos, terrenos para estudo, criadores, e tem pelo menos 50 milhões de dólares na conta dado por um dos filhos de Warren Buffett e outros. Então tem sido um tremendo sucesso e tem cerca de 50 anos, seu diretor é Wes Jackson, Dr. West Jackson, que se tornou uma figura de destaque, não só em termos ambientais, mas também na agricultura e na combinação dos dois.

Todos os anos o The Land Institute patrocina um evento público que eles chamam de Festival da Pradaria, para celebrar as pradarias, que são ecossistemas naturais. As pradarias são o que destruímos para criar a agricultura moderna, a ideia é estudá-las e descobrir como a natureza funciona, e por que a natureza não requer pesticidas, fertilizantes químicos, projetos caros de irrigação e motores a gasolina e todo o resto, cria proteína ano após ano, após ano, é perene, pode durar milhões de anos, talvez não dure, mas ela consegue. Então, se realmente olharmos para a natureza como nosso padrão, como nossa medida, como nosso modelo, o que poderíamos aprender que poderia mudar drasticamente a agricultura que fazemos? Essa organização agora é um ator importante, uma força importante na influência da opinião pública e até da política, até certo ponto. As respostas não virão nos próximos cinco ou dez anos, levará muito tempo para chegar lá. A natureza leva muito tempo, nós também temos que levar muito tempo para descobrir como fazer essas coisas. Mas acho que este é um momento incrivelmente esperançoso e vejo essa organização dessa forma, ela trouxe tantos líderes mundiais importantes para lá ao

⁷ Worster fala do biólogo Wes Jackson, que co-fundou o The Land Institute em 1976 com Dana Jackson.

⁸ Worster é um dos "Emeritus Board Members" do Instituto (THE LAND INSTITUTE, Online).

longo dos anos, não acho que Paul Crutzen esteve lá, mas muitos outros, incluindo o Lutzenberger. Bem, eu mal o conheci, quero dizer, eu estava lá, claro, como membro do conselho, realmente conversei muito pouco com ele, ele parecia muito intenso e estava se preparando para falar, acho que estava concentrado nisso, então não consegui muitas palavras com ele, mas parecia um homem extremamente intenso e seu discurso foi, pelo que me lembro, faz muito, muito tempo, nos anos 1990, falou muito sobre produtos químicos. Ele trabalhou para empresas químicas, acho que foi para uma empresa alemã que trabalhou por muitos anos vendendo agroquímicos. Lembro de uma parte em que ele falou sobre a venda de alguns produtos químicos para um fazendeiro ou viticultor francês,

Esse fazendeiro estava espalhando produtos químicos por toda sua fazenda, agroquímicos que Lutzenberger vendeu para ele, e o Lutzenberger estava conversando com esse homem e disse "você não se preocupa em viver no meio de todos esses produtos químicos, o que isso fará com sua família?" e ele disse "não, as pessoas que devem se preocupar são as pessoas que bebem meu vinho". Lutzenberger ficou chocado com aquela resposta, ele achou tão egocêntrico, tão casual, ele pensou "eu não posso mais vender essas coisas, é assim que as pessoas pensam", e então ele se demitiu. Eu lembro dessa história, do porquê ele entrou nessa, voltou pro Brasil e se tornou ativo e, claro, tornou-se secretário do seu Programa de Proteção Ambiental por dois anos, e nós o conhecemos logo depois que ele saiu daquele emprego. O público ficou realmente inspirado por sua fala, ele era um homem tão intenso e articulado que podia falar com tanta fluência e força sobre o que havia feito, e tinha essa autenticidade, um homem que realmente estava por aí, fazendo o trabalho do diabo, você pode dizer, eu não gosto de usar essa linguagem, mas, ainda assim, mudou sua vida e seguiu uma direção diferente abruptamente. Ele foi muito inspirador para as pessoas de lá, porque é exatamente isso que o Land Institute diz que precisamos mais. Isso é tudo que posso te dizer, mas o Land Institute é uma organização que vale a pena acompanhar, também desenvolveu lotes de novas plantas com grande potencial de produção de proteínas, plantas perenes e não plantas anuais, e as plantou em várias partes da América do Sul, agora existe um tipo de programa semelhante na China com o arroz.

A maior parte disso é simplesmente tentar voltar às plantas que não precisam de toda a ajuda tecnológica moderna, plantas que são perenes e que a cada ano continuem crescendo e crescendo, por muito tempo achamos que eram plantas inúteis, porque não produziam tanto quanto as plantas anuais, que são plantadas todos os anos, a semente, nutrita, colhida, e então você começa tudo de novo, é este ciclo anual que está, de certa forma, no cerne de nossos problemas na agricultura mais do que qualquer outra coisa, a natureza geralmente não funciona assim, seus ecossistemas são geralmente perenes, podem se manter, como eu disse, por muito tempo. Mas essa é a pergunta que devemos fazer a nós mesmos, e acho que precisamos de todos os tipos de instituições privadas, pessoas pensando sobre, para nos fazer essa grande pergunta e espero que nossos historiadores possam ajudar a responder: o que vai ser preciso, não só para tornar a agricultura perene e ecológica, o que será necessário para tornar perene, sustentável e ecológico todo o nosso modo de vida tecnológico?

ENTREVISTADOR 2: Olhando para o que já foi feito pelos historiadores ambientais, quais pesquisas você acha que ainda deveriam ser feitas? Ou quais temáticas, regiões, fontes históricas ainda são pouco exploradas pela história ambiental na sua visão?

WORSTER: Bem, todas as regiões do planeta estão recebendo atenção agora, quero dizer, há livros que estão saindo sobre o Estreito de Bering, ou sobre o Oriente Médio, todos os países islâmicos, bem como sobre partes da China, etc. Não acho que esteja faltando uma

região hoje, mas ainda há trabalho a ser feito em toda a Eurásia, nas Américas e assim por diante. A demografia ainda está faltando em nosso campo, ela é politicamente suspeita, parece, para a maioria das pessoas ter algo a ver com racismo ou os nazistas, não sei como chegamos a esse estado ridículo, mas claramente temos que pensar sobre o número de pessoas que o planeta, quero dizer, esta é a nossa maior história de sucesso e acho que quando a abordamos, é uma das coisas que podemos fazer por outros historiadores, que também não conseguiram explicar tanto. Acho que não entendemos muito bem a Revolução Industrial, acho que não entendemos muito, não conseguimos explicar as coisas, descrevemos muito, mas não explicamos, mas acho que encontraremos na demografia uma explicação poderosa para tantas grandes e importantes transformações que acontecem na Terra.

Há tantas coisas que você não pode fazer sem mais pessoas, ou que você pode fazer com mais pessoas, sabe, esse é um determinante muito importante, uma força motriz neste planeta que temos que entender. Não é tanto que negligenciamos várias partes do mundo, embora provavelmente haja lugares que tenham ótimas histórias para serem contadas, mas também precisamos juntá-las e precisamos falar sobre o planeta, não apenas sobre esse vale ou aquela floresta, mas precisamos falar sobre o planeta como um todo, e isso vai exigir algumas habilidades de síntese, livros, artigos, que realmente nos levem para fora de nossos limites e vão de um lugar para outro; acho que temos alguns modelos disso, mas precisamos de muito mais. Eu realmente não posso acrescentar muito mais do que isso, acho que é o suficiente para dizer por agora, mas esta é uma grande questão para nós: o que precisamos fazer a seguir? Basicamente, o que estamos fazendo está tendo êxito, não consigo pensar em uma grande universidade nos Estados Unidos da América atualmente que não reconheça e não tenha historiadores ambientais. Então vamos continuar fazendo isso, ensinando o público interessado no que escrevemos, eles acham que é um tipo de história que faz sentido, que é mais valiosa do que reescrever a história da Guerra Civil Americana de novo e de novo e de novo, apenas para vender livros. Acho que estamos indo muito bem.

ENTREVISTADOR 3: Ainda nesse sentido, qual é a sua opinião sobre o papel político da história ambiental frente a situação cada vez mais urgente do aquecimento global, mudanças climáticas e extinção das espécies?

WORSTER: Bem, geralmente não gosto de pensar que a história ambiental pertence a essa ou aquela visão política. Minha opinião desde o início foi: vamos ter antiambientalistas no campo e vamos ter ambientalistas, vamos fazer todo mundo falar sobre isso e criar isso, não vamos deixar ninguém de fora, se você diz que isso é história ambiental, tudo bem, eu vou ouvir você. Eu não vou estabelecer um portão ou medição política para determinar se você está de acordo com minhas opiniões. Algumas pessoas, como eu disse, estão pensando que a justiça ambiental é o único padrão que podemos ter, tudo que escrevemos deveria ser sobre justiça, eu não compro isso, acho que está errado e é estreito.

Nenhum partido político, nenhuma ideologia política, seja de esquerda ou de direita, deveria controlar a história ambiental, deve ser um campo aberto onde discutimos, debatemos e falamos sobre essas coisas, mas geralmente acho que descobriremos que a maioria das políticas e ideologias são secundárias em relação ao que precisamos fazer e pensar, eles não são onde começamos, eles são o que vamos trazendo ao longo do caminho. Então, realmente não acho que de alguma forma todos nós deveríamos nos tornar marxistas verdes ou algo assim, acho essa ideia repulsiva. Eu simplesmente não vejo como poderíamos criar uma história ambiental que funcionasse bem para todos e que realmente mudasse a maneira como as pessoas pensam, se apenas a vincularmos a alguma visão política ou não.

Isso não quer dizer que o que escrevemos não tenha implicações políticas, mas que outras pessoas pensem e tragam isso à tona. Estou cada vez mais inclinado a manter minhas opiniões para mim mesmo sobre o que deve ser feito. Eu sou um historiador, não preciso ter uma resposta para o que deve ser feito, você descubra, essa é a minha resposta para a maioria das pessoas, você que descubra. Nem sei se a mudança climática ou os problemas climáticos são um problema tão grande quanto as pessoas dizem que são, sei que há uma política aqui, mas como o conceito de antropoceno, apenas digo que sou agnóstico, que não sei. Eu não tenho que responder a essas perguntas, elas não fazem parte do que preciso fazer, do que precisamos fazer, precisamos manter nossa atenção fixa em nossos colegas, que escrevem a história, que leem história, as pessoas que leem história e a escrevem e dizer: "ei pessoal, abram a janela, abram a porta e saiam, olhem em volta, vocês vão ver uma coisa que faz parte, deveria fazer parte da História". Isso é tudo que precisamos continuar dizendo de novo e de novo, vá lá fora, você encontrará algo muito mais interessante para pensar do que jamais pensou antes, é tudo o que precisamos dizer. Não dê ouvidos à minha política ou como eu voto ou o que eu acho que deve ser feito, deixo isso para outras pessoas e para o público em geral, e acho que não nunca é demais, ter muitas pessoas envolvidas nessas discussões, mas enquanto isso, o que me interessa, o que eu acho que como historiadores nós precisamos, é apenas abrir a porta e ir lá fora sujar os sapatos e realmente cavar e ver o que entendemos como o contexto para todos os tipos de coisas acontecendo.

ENTREVISTADOR 1: Professor, você mudaria algo na sua trajetória, se tivesse a chance de começar tudo de novo?

WORSTER: Bem, eu gostaria de não ter crescido com as doenças que tive, é claro, mas isso não é algo que eu pudesse mudar. Acho que o que provavelmente mudaria é que faria um trabalho melhor para entender as ciências naturais, eu me prepararia para conhecer e entender as ciências naturais melhor, quero ser um aliado de trabalho das ciências. Vejo a história ambiental como parceira natural das ciências e devemos valorizar isso, muitos dos meus colegas na história odeiam a ciência, eles realmente odeiam, eles acham até que é perverso. Acho que é o contrário, devemos fazer parte e ser parceiros dos nossos amigos das ciências, dar aulas conjuntas com eles, eu já fiz isso, mas principalmente para nos educarmos muito mais. Isso é difícil, você tem que ler todos aqueles livros sobre a Guerra Civil, ou você tem que ler todos aqueles livros sobre a Revolução Industrial, mas acho que precisamos encontrar um tempo para construir um conhecimento melhor de trabalho no campo das ciências naturais, isso é o que eu tentaria fazer melhor do que fiz.

Provavelmente, estudaria línguas estrangeiras. Não sou bom nisso, dá muito trabalho, leva muito tempo, não sei qual escolher, qual não tenho que saber, então fico com preguiça.

Mas vamos aproveitar este tempo da história para reformá-la, derrubando os muros que existem, não construindo muros.

ENTREVISTADOR 1: Quais são suas palavras finais?

WORSTER: Devo dizer, estou nesse campo ambientalista há 50 anos e ainda me sinto um estudante de pós-graduação, sentado em um seminário, esperando que as pessoas abram suas mentes para algo mais. Ainda sou um estudante de pós-graduação, ainda tentando entender o que tudo isso significa, se ajudei alguém ao longo do caminho, é apenas como outro aluno de pós-graduação tentando descobrir as coisas, por que me sinto assim? Por que eu quero ir por esse caminho?

Os últimos 50 anos, porém, foram extraordinários na vida intelectual deste planeta, 50 anos atrás não pensávamos muito sobre essas questões, hoje pensamos nelas o tempo

todo, estão todos os dias na primeira página do jornal. A questão fundamental deste século, o século XXI, é claramente se podemos viver neste planeta sem destruir nosso sistema de suporte de vida, conduzir nossas vidas aqui com sucesso e dar a todos um padrão de vida decente. Quando volto 50 anos atrás, volto para, me ocorreu agora, um livro muito importante para mim foi um chamado *Only One Earth* [Uma Terra somente, edição em português], foi escrito por Barbara Ward, da Grã-Bretanha, uma economista e René Dubos, um franco-estadunidense da Columbia Rockefeller University em Nova York, que era um microbiologista. Eles escreveram esse livro juntos como um relatório da primeira grande conferência internacional sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo (1972, organizada pela ONU). Essa conferência foi cheia de conflitos, de pessoas apontando o dedo umas para as outras. Esse livro é uma primeira versão. Bem, em algum lugar deste livro, Barbara Ward e René Dubos dizem algo assim: hoje ou no futuro, todo homem - eles usaram a palavra homem, tenho certeza, o sexo é denominado - todo homem terá dois países, o seu e o planeta Terra. E pensei que esse era o tipo de História que eu queria fazer, talvez não apenas um país, eu tenho pelo menos dois, três, quatro, cinco, eu incluiria o Brasil. Amo a Holanda, a Alemanha tem sido boa para mim, Zimbábue, tive ótimas experiências lá, para cima e para baixo nas Américas, Ilhas da Polinésia, Nova Zelândia, mesmo que hoje em dia eu passe muito mais tempo no leste da Ásia do que nunca, mas o que quero dizer é que todos esses são meus países e acho que devemos começar a partir daí.

O primeiro princípio da história ambiental é livrar-se dessas fronteiras nacionais, parar de pensar apenas em termos dessas fronteiras nacionais, tudo que se fala em história ambiental ultrapassa essas fronteiras e as ignora. Então temos que aprender a ver o mundo historicamente, mas não apenas como um mapa político de estados-nação, porque eles estão quebrando, eles já estão mudando e o mais importante é, em vez de ver essas fronteiras políticas, ver que o planeta é absolutamente único, não apenas no sistema solar, mas possivelmente em todo o Cosmos.

Não há nada como a Terra que tenhamos descoberto em qualquer outro lugar, ainda podemos encontrar algo próximo a ela, mas nunca encontraremos algo assim e suspeito que se encontrarmos algumas bactérias crescendo em Marte, haverá muito alvoroço, mas Marte não é a Terra. O que estou dizendo aqui é que a Terra é o planeta mais criativo que conhecemos, que podemos sequer imaginar, não apenas criou a vida neste planeta, como sugere a Hipótese de Gaia, mas incluiu cérebros, humanos, isso é uma criatividade incrível, é impressionante a criatividade que aconteceu neste lugar, a criação, a destruição, a recriação. Então eu acho que quando você entende o planeta dessa forma, não há nenhum estado-nação que possa se comparar e acho que pensar sobre o planeta é, na verdade, uma fonte de grande esperança.

É isso que me mantém como um velho estudante de pós-graduação, ainda procurando um emprego, podemos criar uma nova maneira de pensar sobre a história e o passado e podemos criar uma que ajude nossas sociedades, mas principalmente que ajudará o planeta a progredir e renovar sua criatividade, e não a sufocar. Provavelmente, como Lovelock diz, não há como destruir esta Terra, é muito grande e complicada para nós. Existe há 4,6 bilhões de anos e ainda estará aqui por muito tempo. Então, foi preciso um pós-graduando na década de 1960 para começar a seguir esse caminho e muitas outras pessoas se juntaram a ele e acho isso incrível, realmente incrível. Eu nunca poderia ter imaginado sentar aqui conversando com três pessoas como vocês, pessoas inteligentes e alegres de um país distante, falando sobre um tipo de História que precisamos para nossos tempos.

Algumas pessoas dizem "ah, é deprimente aprender sobre tudo isso", eu digo, não, isso é a coisa mais divertida que há, eu saio, ando por aí, vou a lugares interessantes, viajo

pelo mundo, tenho uma vida que a maioria dos historiadores não pode desfrutar, e devo isso ao próprio campo, é onde ele me leva, então, continuo procurando por um pouco de diversão. Vamos fazer isso, eu tenho um livro restante, estou tentando escrevê-lo agora, é chamado provisoriamente, mas os editores podem mudá-lo algum dia, *Planet of Desire* [Planeta do Desejo], e é sobre nossa natureza humana e seu papel, não apenas vulcões, climas, oceanos e assim por diante, mas o que está dentro de nós faz parte desse mundo natural e teve um efeito profundo na recriação do planeta. Quero escrever uma história planetária agora, acho que é uma possibilidade real para que outros se juntem a mim, pensar na história planetária, não apenas na história de nossos países individuais.

ENTREVISTADOR 1: Muitíssimo obrigada Professor Worster, por essa entrevista incrível, não temos palavras para lhe agradecer por tudo, pelas suas publicações, seus pensamentos, tudo o que você fez pela história ambiental é muito importante para nós.

WORSTER: Bem, é muito gentil e generoso da sua parte dizer isso, foi um prazer conversar com vocês e espero poder vê-los no Brasil algum dia, ou nas ruas de Oregon talvez. Meus cumprimentos calorosos aos historiadores brasileiros e gratidão por vocês também terem se interessado por esses tópicos.

REFERÊNCIAS

- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010.
- FLADER, Susan. *In Memoriam: John Opie. 1934-2018.* **Environmental History**, v. 24, p. 5-8, 2019.
- MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- MORGAN, Edmund. **American Slavery, American Freedom: The Ordeal of Colonial Virginia.** New York: W. W. Norton & Company, 1975.
- MORGAN, Edmund. **Benjamin Franklin.** Yale University Press, 2002.
- THE LAND INSTITUTE. About us. Disponível em: <https://landinstitute.org/about-us/board-of-directors/>. Acesso em 18 jul. 2023.
- WARD, Barbara; DUBOS, René. **Uma Terra Somente.** São Paulo: Edgard Blücher, Editora Melhoramentos, Editora da USP, 1973.
- WERNER, Dennis. Marvin Harris (1927-2001). **Ilha**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 155-159, jul. 2002.
- WORSTER, Donald. **Nature's Economy: A History of Ecological Ideas.** [1977] Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- WORSTER, Donald. **Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s.** New York: Oxford University Press, 1979.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- WORSTER, Donald. **A River Running West: The Life of John Wesley Powell.** New York: Oxford University Press, 2001.
- WORSTER, Donald. **A Passion for Nature: The Life of John Muir.** New York: Oxford University Press, 2008.
- WORSTER, Donald. **Shrinking the Earth: The Rise and Decline of Natural Abundance.** New York: Oxford University Press, 2016.
- WORSTER, Donald. Ecological civilization. **Springs.** Rachel Carson Center Review. Munich, no. 2 (December 2022). Disponível em: <https://springs-rcc.org/ecological-civilization/>. Acesso em 19 jul 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Donald Worster: Doutor. Hall Distinguished Professor of American History da Universidade do Kansas; Professor Sênior da Escola de História da Universidade Renmin da China. Kansas, Estados Unidos e Renmin, China.

Elenita Malta Pereira: Doutora. Professora Adjunta, Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de História, Rondonópolis, MT, Brasil.

Denis Henrique Fiúza. Doutorando. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

Sara Rocha Fritz. Mestranda. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. dos Estudantes, 5055 - Cidade Universitária, Rondonópolis - MT, 78736-900.

AGRADECIMENTOS

Os entrevistadores Elenita, Denis e Sara agradecem ao entrevistado Donald Worster pela generosidade e disponibilidade.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

PREPRINT

A entrevista não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Elenita Malta Pereira, Denis Henrique Fiúza e Sara Rocha Fritz. Esta entrevista está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz
Beatriz Mamigonian

HISTÓRICO

Recebido em: 20 de julho de 2023
Aprovado em: 12 de janeiro de 2024

Como citar: PEREIRA, Elenita M.; FIUZA, Denis H.; FRITZ, Sara R. Por uma história ambiental planetária. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 117-141, 2024. [Entrevista concedida a]

